

Avaliação Sumativa do Programa "Educação Parental (PEP)" em São Tomé e Príncipe (2016-2018)

Relatório Final
São Tomé e Príncipe

JANEIRO 2020



Região Autónoma do Príncipe



MundiServiços – Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda.
Rua José Dias Coelho, n.º 36-B, 1300-329 Lisboa, Portugal
Tel.: (+351) 213 617 230 / Fax: (+351) 213 617 239
Email: mundiconsulting@mundiconsulting.net
Web site: <http://mundiconsulting.net>

Índice

Acrónimos	4
Tabelas	4
Figuras	5
Sumário executivo	6
1. Introdução	13
1.1. Contexto da Avaliação	13
1.2. Objeto da Avaliação	16
1.2.1. Enquadramento do Programa	16
1.2.2. Teoria de Mudança	21
1.2.3. Recursos do Programa	22
1.3. Finalidade da Avaliação	22
1.4. Objetivos da Avaliação	24
1.5. Escopo da Avaliação	24
1.5.1. Escopo temático	24
1.5.2. Escopo cronológico	24
1.5.3. Escopo geográfico	24
2. Enquadramento Metodológico	24
2.1. Critérios da avaliação	24
2.2. Questões de avaliação	25
2.3. Métodos de Recolha de Informação e Amostra	27
2.4. Análise de Dados	32
2.5. Considerações de natureza ética	32
2.6. Limitações e medidas de mitigação	34
3. Descobertas e conclusões preliminares (por Critério)	36
3.1. Relevância	36
3.2. Eficácia	40
3.3. Eficiência	59
3.4. Sustentabilidade	65
3.5. Temas transversais: Género, Direitos Humanos e Equidade	70
4. Conclusões Finais	76

5. Lições Aprendidas	78
6. Recomendações	79
7. Anexos	83
7.1. Termos de Referência	83
7.2. Composição Geográfica das Famílias Beneficiárias	105
7.3. Matriz de Avaliação	106
7.4. Lista de partes interessadas consultadas	110
7.5. Instrumentos de recolha de dados	114
7.5.1. Guião de Entrevista	114
7.5.2. Guião de Grupo Focal	117
7.5.3. Inquérito aos Beneficiários	120
7.6. Dados biográficos dos avaliadores	123
7.7. Referências	124

Acrónimos

AGR - Atividades Geradores de Rendimento

CDC - Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança

CPD – *Country Programme Document*

DPSSF – Direção de Proteção Social e Solidariedade e Família

EMIS - Sistema de Informação de Monitoria Educacional

ENRP - Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

ERIC - *Ethical Research Involving Children*

FONG - Federação de Organizações Não Governamentais

HRBA - Abordagem baseada nos Direitos Humanos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatística

MICS - *Multiple Indicator Cluster Surveys*

OCDE/CAD - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organizações Não Governamentais

PEP- Programa de Educação Parental

PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas

RAP - Região Autónoma do Príncipe

SIGE - Sistema de Informação e Gestão Escolar

TdR - Termos de Referência

UN SWAP - *United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women*

UNEG - *United Nations Evaluation Group*

Tabelas

Tabela 1- Perceção do grau de influência dos pais no desenvolvimento das crianças (pela visão das mães inquiridas).....	14
Tabela 2- Famílias Beneficiárias do PEP	19
Tabela 3 - Faixa Etária das crianças e pais das famílias beneficiárias	20
Tabela 4 – Outros beneficiários do PEP	20
Tabela 5- Usuários e usos pretendidos da avaliação	23
Tabela 6- Número de participantes do inquérito.....	29
Tabela 7- Faixa Etária dos participantes do inquérito.....	30
Tabela 8- Entrevistas semi-estruturadas.....	30
Tabela 9- Participantes dos Grupos Focais	31
Tabela 10- Grupo Focal Órgãos Comunicação Social	32
Tabela 11- Resultados e Produtos do PEP.....	42
Tabela 12- Citações de mães e pais nos grupos focais sobre as mudanças na sua vida familiar	48

Tabela 13- Citações das crianças nos grupos focais sobre as mudanças na sua vida familiar....	48
Tabela 14- Despesas do programa (em US \$), 2016-2018	60
Tabela 15- Número de elementos da equipa de implementação	60
Tabela 16- Critérios para Admissão das Famílias - PEP II	71

Figuras

Figura 1 - Regiões abrangidas pelo programa - Ilha do Príncipe.....	17
Figura 2- Regiões abrangidas pelo programa - Ilha de São Tomé.....	17
Figura 3- Teoria de Mudança	22
Figura 4- Métodos de Recolha de informação	28
Figura 5- Género dos beneficiários consultados.....	28
Figura 6- Grupo Focal com as Famílias de Cantagalo e Caué, em Ribeira Afonso	36
Figura 7- Grupo Focal com as Famílias de Cantagalo e Caué, em Ribeira Afonso	40
Figura 8- Assiduidade Famílias PEP I	44
Figura 9- Proporção de inquiridos que consideram que seria útil continuar com as formações	45
Figura 10- Exemplos das famílias sobre os temas mais relevantes abordados para as suas vidas familiares.....	46
Figura 11- Exemplos das famílias sobre as mudanças no quotidiano das famílias resultantes do PEP.....	47
Figura 12- Proporção de famílias PEP cujas crianças em idade escolar que vão à escola	51
Figura 13- Proporção de famílias PEP cujas crianças em idade escolar iam à escola antes do PEP	51
Figura 14- Respostas dos inquéritos sobre o local e formações do PEP	53
Figura 15- Respostas dos inquéritos sobre a relação com os membros da equipa do PEP	53
Figura 16- Grupo Focal com Meninas em Ribeira Afonso.....	59
Figura 17- Interação dos beneficiários com os técnicos e ativistas do PEP	61
Figura 18 - Centro Comunitário Porto Real	61
Figura 19- Escola Yô Grande.....	61
Figura 20- Inquérito realizado em Yô Grande, Caué	65
Figura 21- Famílias Beneficiárias em Plano de Agua Izé	70
Figura 22- Género dos representantes das famílias beneficiárias do PEP I e II	72
Figura 23- Workshop de Validação, São Tomé	79
Figura 24- Workshop de Validação, São Tomé	79

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Contexto

A Mundi Consulting realizou a avaliação do Programa "Educação Parental (PEP)" em São Tomé e Príncipe de Novembro 2019 a Janeiro 2020. O PEP foi implementado entre 2016 e 2018 nos distritos de Lembá, Cantagalo e Caué e na Região Autónoma do Príncipe (RAP) pela Direção de Proteção Social, Solidariedade e Família sob tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família, com apoio técnico e financeiro do escritório nacional do UNICEF em São Tomé e Príncipe. O programa tem como objetivo geral criar um ambiente em que as crianças desfrutem plenamente dos seus direitos à educação.

Enquadrado no setor das políticas sociais no país, o PEP foi criado com o intuito de dar uma resposta à situação famílias vulneráveis de São Tomé e Príncipe, com o objetivo específico de reforçar a capacidade dos pais, encarregados de educação e educadores para garantirem que as crianças beneficiam de uma educação parental sensível às questões de género, aprendizagem precoce e educação primária e secundária. Foi realizada uma experiência piloto (PEP I) de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 nos distritos de Lembá, Caué e Cantagalo, que beneficiou cerca de 37 famílias carenciadas, seguida de um alargamento do programa (PEP II) realizado de outubro de 2017 a janeiro de 2018 nas mesmas regiões do piloto, com o aditamento Região Autónoma do Príncipe (RAP), que abrangeu cerca de 155 famílias vulneráveis no total das duas fases. Estimamos que o orçamento total do programa tenha sido de 50.356,54 USD para as duas fases, com financiamento do UNICEF.

2. Finalidade e público-alvo

A avaliação sumativa teve uma finalidade dupla, pois responde à necessidade de responsabilidade vertical e horizontal, para além de gerar conhecimento que pode ajudar a melhorar futuras iniciativas. Esta avaliação também servirá de base para apoiar a expansão do PEP a nível nacional, tendo como destinatários principais o escritório nacional do UNICEF em São Tomé e Príncipe, o escritório regional do UNICEF, o Governo São-Tomense, os beneficiários e as comunidades, os doadores, ONG e outros parceiros. A avaliação cobrirá o programa piloto (PEP I) e o programa de alargamento (PEP II), realizados de 2016 a 2018 nas 19 comunidades dos distritos de Cantagalo, Caué, Lembá em São Tomé, e na Região Autónoma do Príncipe.

3. Objetivos da avaliação

A avaliação do PEP teve como objetivo verificar se as ações planeadas contribuíram efetivamente para os resultados definidos no programa de apoio às famílias de São Tomé e Príncipe, determinando até que ponto o programa contribuiu para mudanças nas práticas parentais, se as práticas prejudiciais ao desenvolvimento normal da criança foram abordadas e se as habilidades e os conhecimentos dos pais para abordar questões específicas foram fortalecidos.

4. Critérios de avaliação

A avaliação teve como base os quatro critérios da OCDE/CAD: relevância, eficácia, eficiência, e sustentabilidade, assim como considerações sobre direitos humanos, género e equidade, com base no Documento Orientador *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations*. Para cada critério, foram desenvolvidas questões específicas para orientação da avaliação.

5. Metodologia de avaliação

A abordagem de Análise de Contribuição foi utilizada para providenciar informação sobre a contribuição do programa para os resultados previstos, com base em métodos mistos para a recolha e análise de informação, que consistiu numa análise documental, uma análise de dados quantitativos primários (inquéritos) e secundários e uma análise de dados qualitativos primários (entrevistas semi-estruturadas e grupos focais). A avaliação utilizou diferentes linhas de evidência e triangulação de fontes e incorporou princípios de género, equidade e direitos da criança em todas as suas etapas, incluindo no desenho das ferramentas de recolha e análise de dados. Os dados primários foram recolhidos em todos os distritos/regiões do projeto (Caué, Lembá, Cantagalo e Região Autónoma do Príncipe), assim como na cidade capital. A seleção dos participantes foi feita com base em técnicas de amostragem de *snowballing*, conveniência e intencional. Foram realizadas 30 entrevistas semi-estruturadas com os *stakeholders* relevantes; cinco grupos focais com os representantes das famílias beneficiárias e crianças, com um total de 47 participantes (11 homens/meninos e 36 mulheres/meninas); um grupo focal com os meios de comunicação social (4 participantes); e 80 inquéritos com chefes das famílias beneficiárias de todas as regiões do programa (3 homens e 77 mulheres). A análise de dados qualitativos foi realizada manualmente através de uma revisão completa das transcrições de entrevistas e grupos focais. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva. A avaliação foi realizada em conformidade com os princípios elencados nos seguintes documentos: *UNEG Ethical Guidelines for Evaluation; Ethical Research Involving Children; Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations; United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women (UN-SWAP)*.

6. Descobertas e principais conclusões (por critério):

6.1. Relevância: A avaliação constatou que os objetivos gerais e específicos do programa estão plenamente alinhados com as prioridades do governo e políticas nacionais. O PEP foi elaborado com o objetivo de contribuir para a execução das recomendações da Política e Estratégia de Proteção Social de 2014, e combina as prioridades da educação, definidas no Plano do Sector da Educação 2012-2021, e os objetivos definidos na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II). O programa foi desenhado com base numa avaliação preliminar das necessidades dos beneficiários previstos selecionando as regiões onde as crianças enfrentavam as maiores privações. Contudo, constatou-se que após a seleção das comunidades, e principalmente no PEP piloto, a etapa de seleção das famílias poderia ter sido mais objetivamente planeada, não tendo sido definidos critérios quantitativos claros na sua seleção ou registo dos mesmos. Não se conseguiu, assim, comprovar que as famílias selecionadas foram aquelas que mais apoio precisam. As evidências demonstraram que as atividades e produtos previstos no PEP foram relevantes para atender os objetivos do programa, e ajustados às necessidades dos grupos-alvo. O desenho do programa foi adaptado para responder às necessidades de educação parental sobre diferentes temáticas relevantes para o desenvolvimento da criança, propiciando um ambiente em que as crianças beneficiem de uma educação parental sensível às questões de género, aprendizagem precoce e educação primária e secundária (objetivo específico) e, a longo prazo, desfrutem plenamente dos seus direitos à educação (objetivo geral).

6.2. Eficácia: O resultado esperado do PEP foi bem conseguido no sentido em que a capacitação de 155 famílias, 45 técnicos e ativistas e 76 organizações não-governamentais, líderes religiosos e meios de comunicação social nas temáticas de educação parental, contribuiu positivamente para sensibilizar as famílias

para as dinâmicas de educação parental positiva, provocando mudanças de comportamento imperiosas para o desenvolvimento integral das crianças; e criar uma rede de técnicos sociais e ativistas capacitados, motivados e ativos para a promoção de educação parental positiva nas suas comunidades. A avaliação constatou que o programa contribuiu para aumentar o conhecimento dos beneficiários nas áreas temáticas de educação parental, com foco na diminuição da violência e aumento de diálogo e afeto com as crianças, e que os temas abordados na formação eram relevantes e adequados ao contexto familiar dos beneficiários. No que respeita as mudanças nos comportamentos dos beneficiários, 91,2% das famílias inquiridas responderam que “concordam” ou “concordam plenamente” que as formações tiveram um impacto positivo no quotidiano das suas famílias. As famílias mostraram grande facilidade em explicar quais foram as mudanças resultantes das aprendizagens, com destaque para os direitos da criança, desenvolvimento integral e desenvolvimento e relacionamento emocional. Relatos das crianças que participaram nos grupos focais e dos ativistas e técnicos sociais em entrevistas confirmam uma alteração nos comportamentos dos pais e mães participantes da formação, resultantes das aprendizagens adquiridas no programa. Ao nível do impacto, a avaliação constatou um aumento de 5,6% de famílias cujas crianças começaram a frequentar a escola como resultado da formação, contudo, não foi possível comprovar melhorias significativas ao nível da retenção escolar.

Foram identificados alguns resultados positivos e negativos inesperados na conceção do programa: através da realização das sessões de formação e da disponibilização de meios de transporte, o programa permitiu que os técnicos sociais pudessem fazer um acompanhamento mais aproximado das famílias participantes e não participantes do PEP, e promoveu o combate ao isolamento social nas comunidades. Por outro lado, a introdução de um programa de Atividades Geradores de Rendimento (AGR) em 2018 para os beneficiários do PEP, onde foram selecionadas algumas famílias para beneficiar de um apoio para a criação de pequenos negócios, gerou alguma revolta por parte das famílias não selecionadas, que, em alguns casos, deixaram de frequentar a formação.

Ao nível de barreiras identificadas na implementação do programa, constatou-se que apesar das melhorias obtidas com o programa, ainda existe uma grande centralização dos técnicos sociais na cidade capital e falta de recursos humanos de forma generalizada no Departamento de Proteção Social, Solidariedade e Família, que prejudicou o acompanhamento individual das famílias em risco. A ausência de um sistema de monitoria do PEP, que permitisse registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos foi também uma barreira identificada. Foi, ainda, constatado que o foco inicial do programa na primeira infância (0 aos 5 anos) mostrou ser limitado para o contexto familiar, visto que as aprendizagens adquiridas pelas famílias foram utilizadas na educação das crianças nas diversas idades, e, em cerca de 27% das famílias beneficiárias do PEP, não se comprovou que existiam crianças com menos de 6 anos no seio familiar no momento da avaliação.

6.3. Eficiência: Com um custo total de 50.356,54 USD para os anos de 2016-2018, o programa provou ser eficiente em termos de adequação de recursos para a implementação das atividades previstas e o alcance dos resultados esperados. O programa foi eficiente no uso de estruturas existentes para ministrar as formações; nos custos com o pessoal, que foram principalmente assumidos pelos orçamentos governamentais; e na seleção de materiais de formação de baixo custo. Contudo, registou-se um valor elevado de despesas relacionadas com as deslocações dos técnicos e das famílias beneficiárias no terreno (cerca de 32% das despesas totais do programa), que se devem à excessiva centralização dos serviços sociais ao nível nacional,

visto que os coordenadores distritais têm que se deslocar aos respetivos distritos, e ausência de parcerias no terreno. Adicionalmente, alguns constrangimentos foram levantados pelos entrevistados em questões ligadas à desmotivação de alguns ativistas devido à falta de coordenação do Departamento de Proteção Social, Solidariedade e Família e por não receberem quaisquer contrapartidas financeiras para o investimento do seu tempo na formação e acompanhamento das famílias. A avaliação constatou que os custos de implementação do PEP por família beneficiária (cerca de 325 USD) são comparáveis aos de outros programas de parentalidade na região¹, e que os custos tendem a ser reduzidos com a expansão do programa. Foram identificados alguns mecanismos para o aumento da eficiência do programa, nomeadamente ao nível das sinergias com o Programa de transferências monetárias do Banco Mundial, que pode resultar na otimização de recursos humanos e financeiros.

6.4. Sustentabilidade: A estratégia de implementação do PEP garantiu o envolvimento do governo, nomeadamente o Departamento de Proteção Social, Solidariedade e Família como elemento responsável pela implementação do programa, almejando a institucionalização da educação parental a longo prazo, pela sua importância na formação da cidadania. O envolvimento dos técnicos sociais e ativistas locais na formação de formadores pretendia garantir a sua capacitação e responsabilização na sustentabilidade da dinâmica formativa futura do programa. Apesar de o parceiro de implementação do programa valorizar a intervenção e ter conseguido criar uma equipa de suporte permanente que poderá dar continuidade à educação parental, a sua capacidade é ainda deveras limitada para poder liderar este processo após o final do programa, nomeadamente no que respeita a falta de recursos humanos, a falta de especialização dos mesmos e a excessiva centralização dos serviços. Constatou-se a necessidade de haver uma maior apropriação e um reforço da articulação dos meios de comunicação social, câmaras distritais, Ministério da Educação, escolas e unidades de saúde, que não participaram de forma ativa na implementação do programa. Apesar de se constatar que, ao nível das comunidades, os benefícios experimentados tenderão a manter-se no futuro por próprio interesse das populações beneficiárias e constante supervisão e envolvimento dos técnicos e ativistas nas comunidades, a continuidade do programa será relevante para garantir que os benefícios atingem mais famílias e solidificam os conhecimentos dos beneficiários. Existe um forte potencial para a expansão do PEP no país visto que os resultados da avaliação sugerem que o programa possui um modelo eficaz e relevante para atender as necessidades das famílias beneficiárias em São Tomé e Príncipe.

6.5. Género, Direitos Humanos e Equidade: A avaliação constatou que o programa é coerente com os princípios da abordagem dos direitos humanos de não discriminação e igualdade, participação e inclusão e responsabilidade e estado de direito. Os objetivos do programa estão em conformidade com a normativa legal nacional e internacional, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a Lei de Família e a Lei sobre Violência Doméstica. Os inquéritos realizados e os grupos focais com as famílias beneficiárias relevam um grande nível de conhecimentos adquirido ao nível dos direitos das crianças, tanto ao nível dos pais, como ao nível das crianças. O programa terá sido sensível às questões de equidade, integrando intervenções para tentar alcançar as comunidades onde se concentra a franja da população mais carenciada e de regiões onde os meninos e meninas enfrentam as maiores privações. O incentivo à participação e inclusão de famílias marginalizadas, com uma grande maioria de chefes de família do género feminino, na fase de desenho e implementação do

¹ Programa *Parenting for Lifelong Health: Sinovuyo Teen*, África do Sul, Iniciativa *Parenting for Lifelong Health* da Organização Mundial de Saúde (OMS) e UNICEF

programa ajudou a garantir o respeito pela igualdade de gênero e equidade do PEP. Contudo, foi identificada a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) na formação, que no momento de seleção não foram, na sua generalidade, tomados em consideração pelos técnicos e ativistas, visto que a questão da corresponsabilidade do pai é muito importante e deve ser igualmente trabalhada nas formações. Caso contrário, o programa pode contribuir inadvertidamente para a perpetuação do estigma das mulheres enquanto únicas responsáveis pela educação das crianças no país.

7. Conclusões Finais: As conclusões retiradas das evidências da avaliação sugerem que o programa é altamente relevante no contexto do país e trouxe mudanças positivas nos comportamentos dos beneficiários, confirmando, em grande parte, a realização dos seus resultados e produtos esperados. As evidências encontradas estão de acordo com a literatura existente sobre programas de comportamento parental, que indica que este tipo de programas costuma produzir “melhorias nas relações entre o cuidador e a criança, reduzem comportamentos problemáticos das crianças e previnem a violência física e emocional”². O programa foi altamente recomendado pelos beneficiários, membros da comunidade e pelas entidades nacionais governamentais, que expressaram o seu consenso sobre a adequabilidade das intervenções. O programa foi eficaz na sensibilização e na melhoria do conhecimento dos beneficiários nas áreas temáticas de educação parental, nomeadamente nas temáticas dos direitos das crianças e desenvolvimento integral, contribuindo para os resultados esperados; e foram constatadas mudanças positivas nos comportamentos dos beneficiários ao nível da educação parental, com destaque para a redução de práticas de violência, melhoria nas práticas de saúde e higiene e demonstrações de afeto. A continuidade do programa mostra-se relevante para garantir que os resultados atingem mais famílias e solidificam os conhecimentos dos beneficiários, havendo a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) no programa, para permitir que as aprendizagens sejam sustentáveis no seio familiar, e promover o seu envolvimento na educação das crianças. O programa mostrou ser coerente com os princípios da abordagem dos direitos humanos, gênero e equidade, estando os objetivos do programa alinhados com a normativa legal nacional e internacional.

8. Principais lições aprendidas: Várias lições foram retiradas da implementação do PEP, com base nas evidências recolhidas no processo de avaliação, e têm como objetivo aproveitar a experiência adquirida com o PEP para identificar pistas para a melhoria da relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade para a expansão do programa ou para futuros projetos em diferentes contextos e/ou setores:

LA1. Na fase de conceção programática, é importante tomar em consideração as questões de equidade no processo de seleção dos beneficiários de um programa, garantido que há pouco lugar para subjetividade, com apoio de critérios qualitativos e quantitativos claros e coerentes, que permitam atingir a população-alvo pretendida.

LA2. É importante relevar as questões de igualdade de gênero na fase de programação e implementação de um programa. A composição do grupo de beneficiários quase exclusivamente do gênero feminino, poderá contribuir para a dificuldade na aplicação dos conhecimentos no seio das famílias, e inadvertidamente, para a perpetuação do estigma das mulheres enquanto únicas responsáveis pela educação das crianças.

² Centre for Evidence-Based Intervention, Department of Social Policy and Intervention, University of Oxford: “Parenting Interventions: How well do they transport from one country to another?”, 2017.

LA3. Este tipo de intervenção comunitária tem um efeito inesperado muito positivo no combate ao isolamento social, que provou ser muito vantajoso no quotidiano das famílias, permitindo, ainda, o fortalecimento das relações com agentes comunitários e técnicos sociais.

LA4. A constatação da existência de interesse genuíno das famílias em participarem neste tipo de programas, onde o seu benefício seria “unicamente” a aquisição de conhecimentos, sem quaisquer contrapartidas financeiras, é uma lição importante para futuros programas.

LA5. A descentralização dos serviços sociais nos distritos e comunidades é essencial para uma boa implementação e acompanhamento das atividades ao nível comunitário, que terá impacto na eficácia e eficiência deste tipo de programa.

LA6. A coordenação multisectorial entre diferentes atores governamentais, intergovernamentais e não-governamentais em programas com abordagens intersectoriais exige a criação de mecanismos de coordenação e articulação estruturados para garantir a apropriação adequada pelos diversos atores e apoio no terreno.

LA7. A falta de um sistema de monitoria do programa, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos, assim como um registo completo e atualizado dos beneficiários constitui um grande impedimento para aferir os reais resultados e o impacto do programa nos beneficiários.

9. Principais recomendações: As recomendações estratégicas e operacionais apresentadas foram apoiadas por evidências, conclusões e lições aprendidas, e recolhidas através das consultas com as partes interessadas no terreno. Estas são dirigidas aos utilizadores da avaliação para a sua aplicação na expansão do programa.

9.1. Recomendações Estratégicas

RE1. Rever os critérios de seleção dos beneficiários (UNICEF e governo; prioridade alta).

RE2. Reconsiderar a duração do programa de formação e sensibilização das famílias (UNICEF e governo; prioridade média).

RE3. Desenvolver uma estratégia de descentralização do programa nos distritos/comunidades, que permita uma implementação e acompanhamento das atividades ao nível comunitário mais aproximado (UNICEF, governo e ONG/outros parceiros; prioridade alta).

RE4. Desenvolver e implementar um plano/estratégia de comunicação, envolvendo os diferentes setores por forma a combater barreiras culturais e de género relacionadas com os cuidados da criança (UNICEF, governo, e outros parceiros de meios de comunicação social; prioridade média).

RE4. Explorar as ligações de complementaridade com outros programas sob a alçada da proteção social no país e/ou noutros setores, que promova a otimização de custos e resultados (UNICEF, governo e doadores; prioridade alta).

RE5. Criar um plano de ação multisectorial que defina o órgão de coordenação e os intervenientes e descreva as principais ações e papéis de cada interveniente governamental, intergovernamental e não-governamental ao nível local, distrital e nacional.

9.2. Recomendações Operacionais

RO1. Analisar em maior detalhe as especificidades de cada comunidade, por forma a ajustar as temáticas a cada realidade (UNICEF e governo; prioridade média).

RO2. Criar um sistema de monitoria simples do programa, em articulação com o existente, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos e programar um diagnóstico dos beneficiários a realizar antes do início da fase de expansão (UNICEF e governo; prioridade alta).

RO3. Considerar a coordenação com abordagens que promovam o aumento de rendimentos das famílias (UNICEF e governo; prioridade média).

RO4. Promover atividades de mentoria entre os beneficiários, enquadradas na estratégia individualizada (UNICEF e governo; prioridade baixa).

1. INTRODUÇÃO

Em Novembro de 2019, os escritórios nacionais do UNICEF na Guiné Bissau e em São Tomé e Príncipe, juntamente com o Escritório Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central contrataram a Mundi Consulting para a realização da Avaliação Sumativa do Programa "Escolas Amigas das Crianças (EAC)" na Guiné-Bissau (2011-2019) e do Programa "Educação Parental (PEP)" em São Tomé e Príncipe (2013-2018). A avaliação foi realizada entre Novembro de 2019 e Janeiro de 2020, com uma missão de recolha de dados realizada em São Tomé e Príncipe nas duas primeiras semanas de Dezembro de 2019.

O presente relatório reporta a avaliação sumativa do PEP em São Tomé e Príncipe. O PEP foi implementado de 2016 a 2018, pelo Departamento de Proteção Social, Solidariedade e Família sob tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família, com apoio técnico e financeiro do escritório nacional do UNICEF em São Tomé e Príncipe, visando criar um ambiente em que as crianças desfrutem plenamente dos seus direitos à educação, através do reforço da capacidade dos pais, encarregados de educação e educadores nos distritos de Lembá, Cantagalo e Caué e na Região Autónoma do Príncipe (RAP).

A avaliação sumativa teve uma finalidade dupla, pois responde à necessidade de responsabilidade vertical e horizontal³, para além de gerar conhecimento que pode ajudar a melhorar futuras iniciativas. A avaliação do PEP teve como objetivo verificar se as ações planeadas e implementadas contribuíram efetivamente para os resultados definidos no programa de apoio às famílias de São Tomé e Príncipe, determinando até que ponto o programa contribuiu para mudanças nas práticas parentais, se as práticas prejudiciais ao desenvolvimento normal da criança foram abordadas e se as habilidades e os conhecimentos dos pais para abordar questões específicas foram fortalecidos. Esta avaliação também servirá de base para apoiar a expansão do PEP a nível nacional.

O relatório foi dividido em seis capítulos, que incluem o enquadramento do PEP, nomeadamente o seu contexto e objeto; seguindo-se pelo enquadramento metodológico da avaliação: finalidade, objetivos, escopo, critérios, questões, fontes, amostra e análise de dados, considerações de natureza ética, e limitações da avaliação. O capítulo seguinte, relativo às descobertas e conclusões preliminares da avaliação, é segmentado por critérios de avaliação: relevância, eficácia, eficiência, e sustentabilidade, direitos humanos, género e equidade. Por último, são apresentadas as conclusões finais, lições aprendidas e recomendações para a expansão do programa. Em anexo, são apresentados dados adicionais de apoio ao relatório de avaliação, nomeadamente os termos de referência, a matriz de avaliação, a lista de partes interessadas consultadas, os instrumentos de recolha de dados, dados biográficos da equipa de avaliação e referências bibliográficas.

1.1. CONTEXTO DA AVALIAÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD de 2018, classifica São Tomé e Príncipe como um país de Desenvolvimento Humano Médio, ocupando o 143º lugar de 189 países. O mesmo índice, que incide sobre três dimensões básicas do desenvolvimento humano: esperança de vida à nascença, capacidade de adquirir

³ Avaliar o uso dos recursos alocados ao programa do UNICEF para doadores (responsabilidade vertical) e beneficiários (responsabilidade horizontal).

conhecimento medido pela média de anos de escolaridade e capacidade de atingir um nível de vida digno medido pelo rendimento nacional bruto per capita; tem um valor de 0,589 em 2018: um valor no limiar dos países com categorização de Desenvolvimento Humano Médio. De acordo com os dados do *Multiple Indicator Cluster Surveys* (MICS) de 2014⁴, 21,7% das famílias no país vivem abaixo do limiar de pobreza extrema. Os dados do Banco Mundial indicam que a esperança de vida é de 67 anos em 2015. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) a taxa de alfabetização é de 88,8% em 2012 e a taxa de desemprego, em geral, de 13% em 2015 (mantendo-se fixa desde 2012).

O país é caracterizado por uma população predominantemente jovem em que a população de 0 aos 17 anos representa cerca de 48% da população total⁵. A idade média no país é de 19,4 anos⁶. A percentagem de crianças e adolescentes é maior nos distritos menos populosos, sendo superior a 50% da população nos distritos de Caué, Lembá e Cantagalo⁷. De acordo com dados do Censo Geral sobre População e Habitação, “apenas 40% das crianças vivem com os pais, 13,4% das crianças e adolescentes vivem em famílias monoparentais e 1% vive sozinho”⁸.

As famílias são-tomenses apresentam configurações muito diversas, caracterizadas por uniões de facto que se iniciam precocemente e comportamentos poligâmicos que resultam fortemente em monoparentalidade⁹. O modelo monoparental é significativo na educação das crianças e existem quebras frequentes nos laços familiares, o que prejudica o funcionamento familiar, e a educação das crianças. Adicionalmente, destaca-se o grande número de famílias que sofrem de dificuldades económicas, grandes níveis de violência conjugal e abuso de álcool. O estudo “Práticas parentais para com crianças de menos de 6 anos em São Tomé e Príncipe”, realizado em Julho de 2013, com o apoio do UNICEF, realçou o reduzido tempo de interação que as mães¹⁰ têm com os seus filhos e a existência de uma grande variação nas práticas parentais que não são explicadas por variáveis socioeconómicas ou geográficas. O estudo verificou, ainda, que quase metade das mães inquiridas têm a perceção que o seu papel no desenvolvimento das crianças é nada ou pouco relevante, como representado na tabela 1.

Tabela 1- Perceção do grau de influência dos pais no desenvolvimento das crianças (pela visão das mães inquiridas)

Perceção do papel dos pais no desenvolvimento das crianças	Número	%
Pobre porque as crianças desenvolvem-se essencialmente ao seu próprio ritmo	290	32,3
A influência dos pais existe, mas é bastante limitada	103	11,5
Os pais têm uma forte influência no desenvolvimento das crianças	506	56,3
Total	899	100,0

Fonte: Tabela traduzida do Estudo “Pratiques Parentales vis-a-vis des Enfants de Moins de 6 ans à São Tomé et Príncipe”.

⁴ UNICEF: “Termes de Reference pour le recrutement d’un Bureau d’Etudes/Centre de recherche - Consultation pour l’appui à l’Evaluation Multi-Pays Sommative des Programmes “Ecole Amis des Enfants” en Guinée Bissau et de l’Education Parentale” en Sao Tome et Principe”, 2019.

⁵ idem

⁶ Fonte: Population pyramid

⁷ ACEP: “Direitos das crianças em São Tomé e Príncipe”, 2015.

⁸ UNICEF: “Termes de Reference pour le recrutement d’un Bureau d’Etudes/Centre de recherche - Consultation pour l’appui à l’Evaluation Multi-Pays Sommative des Programmes “Ecole Amis des Enfants” en Guinée Bissau et de l’Education Parentale” en Sao Tome et Principe”, 2019.

⁹ UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental” 2014.

¹⁰ O estudo só inquiriu mães.

O estudo releva espaço para melhorias significativas dos conhecimentos das mães ao nível da saúde e prevenção de riscos nas crianças. Sugere que “22% das mães não conseguem identificar os sintomas que sugerem que o seu filho possa estar doente”. Quando identificam sintomas de febre na criança, 93% das mães optam pela automedicação e 60% não sabem que devem dar água à criança. No caso de diarreia na criança, 13% das mães pensam que o problema desaparecerá por si só e 22% afirmam que se deve evitar dar uma bebida à criança. A cobertura vacinal é geralmente boa no país, mas uma em cada 10 crianças com menos de 15 meses não recebe atendimento médico mais de duas vezes por ano. No que respeita às práticas de higiene, foi constatado que 77% das mães explicam regularmente as práticas de higiene às crianças com mais de 3 anos, contudo apenas 54% o fazem com crianças de 16 a 36 meses de idade. Contudo, as práticas reais de higiene das crianças são classificadas como muito boas. Já no que respeita à prevenção de riscos, a maioria das mães aborda estas questões de proteção contra os perigos com a criança.

Nas questões de alimentação, o estudo constatou que cerca de 18% das crianças não fazem três refeições durante o dia e que 8% das mães não providenciam comida suficiente às crianças. O acesso à água tratada é exclusiva a um terço das crianças. O grau de diversidade na dieta alimentar de 20% das crianças é baixo (não consomem regularmente mais do que 3 tipos de alimentos e cerca de uma em cada 10 crianças (acima de 10 meses) não tem acesso a carne, frutas ou vegetais na sua dieta.

Noutras questões relevantes do desenvolvimento infantil abordadas no estudo, como o tempo de repouso, as demonstrações de afeto e o desenvolvimento social e cognitivo, são identificados aspetos relevantes e necessários para serem trabalhados juntos das famílias em prol do desenvolvimento da criança.

Neste sentido, o estudo recomendou a necessidade de educar os pais, incentivando comportamentos positivos “nas áreas de saúde, nutrição, descanso e sono, higiene, proteção, bem como para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças”¹¹.

A proteção social no país apresenta ainda diversas dificuldades que impedem o desenvolvimento alargado de ações no cumprimento das suas obrigações, o que pode por em causa o pleno exercício dos direitos sociais. Neste sentido, a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP, 2012-2016) definiu um eixo estratégico dedicado à proteção social, que recomendou o desenvolvimento de um sistema mais sólido e integrado de proteção social. O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família, que detêm a tutela da proteção social de cidadania, gere programas de proteção social como o Programa “Mães Carenciadas”¹², sendo a grande maioria dos programas não contributivos direcionados para setores de educação e nutrição de crianças¹³. Outros programas desenvolvidos pela DPSSF, com apoio do UNICEF foram: a atualização do Direito da Família, o programa de 1000 dias, e o programa de desenvolvimento da primeira infância. Em paralelo, são desenvolvidas outras estratégias de proteção social das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade pelo governo e outras entidades da sociedade civil nacional e internacional.

O PEP enquadra-se, igualmente, no setor das políticas sociais no país, com base na ENRP II e na Política e Estratégia de Proteção Social de 2014, surgindo com o intuito de dar uma resposta à situação vulnerável das

¹¹ UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental” 2014.

¹² Nome que evoluiu agora para Programa de Apoio às Famílias Vulneráveis.

¹³ Departamento de Proteção Social da OIT: “Extensão da Proteção Social em São Tomé e Príncipe”.

famílias de São Tomé e Príncipe, com o objetivo de reforçar a capacidade dos pais, encarregados de educação e educadores para garantirem que as crianças beneficiem de uma educação parental sensível às questões de género, aprendizagem precoce e educação primária e secundária. Esse reforço procurou “fortalecer as competências do papel do pai e da mãe em várias áreas do desenvolvimento infantil - especialmente nos cuidados básicos apropriados e eficazes - para garantir o seu pleno desenvolvimento: na estimulação precoce, no fortalecimento das relações afetivas e na redução de modelos educacionais baseados em disciplina violenta, em favor de uma disciplina mais positiva”¹⁴.

1.2. OBJETO DA AVALIAÇÃO

1.2.1. Enquadramento do Programa

O estudo sobre “Práticas parentais para crianças de menos de 6 anos” foi realizado em 2013 com o objetivo de subsidiar a elaboração de um programa de educação parental e contribuir para a execução das recomendações da Política e Estratégia de Proteção Social. Este estudo recolheu informação sobre os comportamentos dos pais, em particular, com crianças em idade pré-escolar, servindo como base para a conceção do programa de educação familiar. Como referido, o estudo constatou o reduzido tempo de interação que as mães têm com os seus filhos, a existência de uma grande variação nas práticas parentais, e uma subvalorização do papel dos pais no desenvolvimento das crianças. Contudo, essas práticas parentais divergem por zona do país, por exemplo, as mães do Príncipe têm práticas semelhantes, que diferem daquelas das mães do Sudeste do país, nomeadamente no que diz respeito a dimensões de afeto, violência, alimentação, saúde, entre outras.

Como resultado do estudo, foi desenvolvido o Programa Nacional de Apoio às Famílias 2015-2018 em São Tomé e Príncipe, que tem como objetivo contribuir para a realização dos preceitos constitucionais, da Lei de Família e demais Leis, bem como a execução da Política e Estratégia de Proteção Social na vertente de Proteção Social da Cidadania¹⁵. O PEP oriundo do Programa Nacional de Apoio às Famílias, assenta no apoio da parentalidade para lidar com situações físicas, económicas e sociais que irão encontrar ao longo do seu desenvolvimento, tendo em conta as especificidades económicas, sociais e culturais de cada contexto.

O programa insere-se no produto 1 e 2 do resultado 2 do documento de programa do país do UNICEF: “A capacidade dos pais, cuidadores, comunidades e educadores para fornecer um desenvolvimento integrado de qualidade na primeira infância (estímulo precoce, aprendizagem, segurança, cuidados e nutrição) é fortalecida.”

É adotada uma abordagem de intersectorialidade nas intervenções de apoio ao Governo na área da proteção social no país, visando abordar as múltiplas privações das crianças e melhorar a eficiência do programa nacional. Neste sentido, a implementação do programa de educação parental, que visa fornecer apoio social a pais e filhos e promover novas normas e práticas sociais e individuais, insere-se dentro do programa de

¹⁴ UNICEF: “Termes de Reference pour le recrutement d’un Bureau d’Etudes/Centre de recherche - Consultation pour l’appui à l’Evaluation Multi-Pays Sommativ des Programmes “Ecole Amis des Enfants” en Guinée Bissau et de l’Education Parentale” en Sao Tome et Principe”, 2019.

¹⁵ UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018”, 2014

proteção da criança,¹⁶. Assim, o PEP focou-se no incentivo a comportamentos mais adequados nas áreas de saúde, nutrição, higiene, proteção e desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças¹⁷.

Foi realizada uma experiência piloto do PEP (agosto de 2016 a fevereiro de 2017) nos distritos de Lembá, Caué e Cantagalo, seguida de um alargamento do programa (outubro de 2017 a janeiro de 2018) nos mesmos distritos do piloto, com o aditamento da Região Autónoma do Príncipe (ver figuras 1 e 2).



Figura 2 - Regiões abrangidas pelo programa - Ilha de São Tomé



Figura 1 - Regiões abrangidas pelo programa - Ilha do Príncipe

O programa foi desenhado para famílias vulneráveis com base na Análise da Situação das Crianças e das Mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015 (SITAN), donde foram selecionadas os distritos onde as crianças enfrentavam as maiores privações, nomeadamente abandono escolar, níveis de pobreza monetária das crianças, entre outros, nos distritos de Lembá, Cantagalo e Caué na fase piloto, com inclusão da RAP na fase de alargamento. Na fase piloto, com base na lista de famílias beneficiárias do programa de transferências monetárias do Programa Mães Carentiadas do Banco Mundial dos distritos selecionados, os técnicos de proteção social e ativistas envolvidos no programa fizeram a seleção das famílias beneficiárias, tendo por base alguns critérios pré-definidos como a existência de um número elevado de filhos ou de menores a seu cargo, assim como os encargos com outros membros familiares em condições de fragilidade (e.g. deficientes ou idosos), entre outros.

A fase piloto em 2016, com a duração de 6 meses, beneficiou cerca de 37 famílias carenciadas de 4 comunidades (Santa Catarina, Neves, Angolares e Ribeira Afonso) de 3 distritos (Lembá, Caué e Cantagalo) da ilha de São Tomé, sob a responsabilidade da Direção de Proteção Social e Solidariedade (DPSSF), com o apoio do UNICEF e com a consultoria científica do Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do

¹⁶ UNICEF: "Country programme document", 2016.

¹⁷ UNICEF: "Termes de Reference pour le recrutement d'un Bureau d'Etudes/Centre de recherche - Consultation pour l'appui à l'Evaluation Multi-Pays Sommativ des Programmes "Ecole Amis des Enfants" en Guinée Bissau et de l'Education Parentale" en Sao Tome et Principe", 2019.

Minho¹⁸. O programa formou, ainda, uma equipa de 14 elementos composta pelos técnicos da DPSSF e pessoas chave (ou casais) e líderes comunitários pertencentes às referidas comunidades para ministrarem a formação às famílias. As atividades temáticas educativas e formativas desenvolvidas com as famílias focaram-se em 3 áreas de intervenção transversais:

- Educativa (promover o desenvolvimento integral das crianças);
- Jurídica (divulgar os textos de lei e promover o acesso das famílias ao sistema judiciário);
- Económica (reorientar as estratégias da economia doméstica familiar)

Foram realizadas sessões de formação/sensibilização semanais para as famílias beneficiárias em nove temáticas: Dimensão Afetiva do Ser Humano; Desenvolvimento Psicomotor da Criança; Socialização e Cidadania; Infância e Direitos; Saúde e Nutrição; Proteção e Segurança; Jogo e Criatividade; Estimulação Intelectual e Linguagem; e Interações Familiares Geracionais.

Um inquérito realizado no final de programa piloto para aferir o nível de conhecimento adquirido pelas famílias beneficiárias, permitiu concluir que, de um modo geral, as sessões de formações tiveram impacto direto no quotidiano das famílias, e que os conteúdos ministrados das temáticas permitiram melhorar o tipo de educação transmitida aos seus filhos.

O alargamento do PEP, igualmente implementado pela DPSSF, com apoio do UNICEF, teve a duração de 4 meses, alargando o espectro de beneficiários e regiões abrangidas. O PEP II tinha como objetivos gerais:

- “Contribuir para o incremento do Programa Nacional de Apoio à Família, tornando visível e público os investimentos realizados junto da população mais vulnerável com a finalidade de realizar os direitos a um nível de vida digno, nomeadamente das crianças, de acordo com a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe.
- Desenvolver estratégias de proteção social da cidadania das famílias são-tomenses, sobretudo junto das famílias em situação de pobreza e fragilidade extrema.
- Criar condições operacionais para a divulgação e o cumprimento do artigo 18 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), por respeito à responsabilização primordial da família na educação e desenvolvimento da criança, ao garantir e promover uma assistência adequada dos pais, ou representantes legais da criança, no exercício parental que lhes cabe, assim como promover o acesso das famílias às instituições, instalações e serviços de apoio e assistência à Infância¹⁹.”

O PEP II beneficiou cerca de 155 famílias em 4 distritos (Caué, Lembá, Cantagalo, Região Autónoma do Príncipe), incluindo as famílias beneficiárias do programa piloto. Um grupo de formação de formadores, composto por cerca de 45 pessoas (técnicos e coordenadores da DPSSF dos diversos distritos, algumas chefias indicadas pela própria DPSSF, pessoas chave identificadas pelos técnicos nas comunidades e profissionais da educação pré-escolar), recebeu formação nas temáticas do PEP II, contudo apenas 30 pessoas participaram na equipa de formação das famílias. Jornalistas, líderes religiosos e ONG foram também alvo de seminários de sensibilização nas temáticas de educação parental.

¹⁸ UNICEF: “Avaliação do Nível de Conhecimento das famílias Beneficiadas do Programa Educação Parental em Relação às Temáticas Ministradas durante as Sessões de Formação 2016-2017”, 2017.

¹⁹ UNICEF: “Relatório Final - Alargamento do Programa de Educação Parental PEP-STP II”, 2018.

Foi aplicado um questionário de diagnóstico a algumas das famílias inscritas, para aferir os seus conhecimentos quanto às conceções e práticas em relação às crianças antes da frequência das sessões PEP-STP II. As sessões de formação para as famílias beneficiárias, realizadas duas vezes por semana, abarcaram quatro temáticas: Dimensão Afetiva; Desenvolvimento Integral; Direitos da Criança; Estimulação Intelectual e Linguagem, sendo que as restantes abordadas na fase piloto foram aglutinadas nas referidas anteriormente. Realizaram-se 140 sessões de formação em São Tomé, e oito sessões na RAP. Adicionalmente, o desenho do PEP contemplava uma abordagem intersectorial, que envolvesse em simultâneo a formação das famílias, uma campanha massiva de comunicação parental e a elaboração de um plano de sensibilização de atores chave para a temática da Educação Parental, dirigido a profissionais da comunicação social, líderes religiosos, ONG, agentes de saúde, profissionais de educação entre outros, que permitisse trabalhar mais vertentes intersectoriais, como a divulgação das mensagens-chave nos hospitais, escolas, fazendo ligações com os restantes programas, como o programa Escolas Amigas das Crianças. Estes atores foram envolvidos na elaboração de mensagens-chave dirigidas a todas as famílias são-tomenses para utilização nos programas abertos na TV e rádios nacionais e no apoio às ações de sensibilização sobre a importância do PEP-STP no desenvolvimento da criança durante a 1ª infância, nomeadamente com a produção de 4 spots televisivos sobre a campanha. Beneficiários do programa

O programa visou cerca de 155 famílias: 125 pertencem a Caué, Lembá e Cantagalo, distritos onde foi implementado o piloto e o alargamento do PEP. As restantes 30 famílias estiveram envolvidas nas intervenções na RAP na fase de alargamento. Foram incluídas famílias de 19 comunidades nos quatro distritos, sendo a sua grande maioria representadas por mulheres (cerca de 89% no PEP I e 96% no PEP II eram do género feminino), como se apresenta na tabela 2.

Tabela 2- Famílias Beneficiárias do PEP²⁰

Distrito	# Famílias beneficiárias do programa			Representantes das famílias	
	Fase piloto	Alargamento	Total	Mulheres	Homens
Lembá	17	29	46	46	0
Caué	9	30	39	34	5
Cantagalo	8	32	40	39	1
RAP	0	30	30	30	0
Total	34	121	155	149	6

No seu total, à data da implementação do programa, os participantes das famílias tinham idade entre os 23-68 anos (média de 39 anos de idade), 96% do género feminino, 80% são solteiros ou viúvos, com um nível de alfabetização do grupo de 44%. A média de idade dos filhos pertencentes às famílias beneficiárias é de 9,3 anos. A faixa etária dos 7 aos 17 anos concentra o maior número de crianças (48,9%) e a proporção de crianças com menos de 6 anos é de 26,6%) (ver tabela 3).

²⁰ Ver composição geográfica das famílias beneficiárias de forma mais detalhada em anexo.

Tabela 3 - Faixa Etária das crianças e pais das famílias beneficiárias

Mães e Pais Beneficiários	Total		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Até aos 30	18	11,61%	0	0,00%	18	11,61%
31-45	105	67,74%	0	0,00%	102	65,81%
46 em Diante	26	16,77%	3	1,94%	23	14,84%
Sem registo de idade	6	3,87%	1	0,65%	5	3,23%
Total	155	100,0%	3	2,6%	143	95,5%

FAIXA ETÁRIA	Crianças	
	Total Filhos	%
Ida 1: < 1 ano	17	2,1%
Ida 2: 1 - 6 anos	194	24,5%
Ida 3: 7 - 17 anos	383	48,3%
Ida 4: > 18 anos	42	5,3%
Sem registo de idade	157	19,8%
Total	793	100,0%

Adicionalmente, foram formados cerca de 121 participantes do setor público, como a DPSSF; a comunicação social; e a sociedade civil, nomeadamente ONG e entidades religiosas, como se apresenta na tabela 4.

Tabela 4 – Outros beneficiários do PEP

Entidade	Papel	Participantes	
		PEP I	PEP II
DPSSF	<ul style="list-style-type: none"> Parceiro de implementação do programa Formadores do PEP 	6 membros da equipa da DPSSF	10 membros da equipa da DPSSF (incluindo os do PEP I)
Líderes comunitários/ativistas	<ul style="list-style-type: none"> Formadores e ativistas do PEP 	8	35 ²¹ (incluindo os do PEP I)
Líderes Religiosos e ONG	<ul style="list-style-type: none"> Participantes dos seminários de sensibilização 	-	24
Agentes de Saúde		-	24
Meios de Comunicação Social		-	28
Total		14	121

²¹ Informação retirada da lista de participantes do programa. Contudo, identificamos alguns nomes de ativistas que não estão presentes nesta lista.

1.2.2. Teoria de Mudança

Apesar de o PEP não possuir uma teoria de mudança específica no início do programa em 2016, foi criada no ano seguinte uma teoria de mudança no Programa de Cooperação entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o UNICEF (2017-2021)²², associada ao “resultado esperado 2” do programa, que engloba as intervenções do PEP e outros programas. Contudo, verificou-se a necessidade de alguma revisão da Teoria de Mudança por forma a representar o processo de mudança previsto e a cadeia de resultados, com o objetivo de orientar a avaliação. A equipa de avaliação trabalhou com a equipa do UNICEF no sentido de discutir as alterações propostas na teoria de mudança para orientar a avaliação. A teoria de mudança reconstruída é apresentada nos parágrafos seguintes.

A Educação é um direito humano fundamental e um investimento, fornecendo benefícios económicos, sanitários e sociais às nações, comunidades e indivíduos. Por partilhar esta definição, o país prevê que no seu segundo plano no sector da Educação para o período 2012-2022, que todas as crianças atinjam a educação plena. Isto implica que as capacidades dos pais e dos serviços do sistema nacional de ensino devem ser reforçadas, particularmente em áreas onde vivem crianças mais vulneráveis. Para além disso, as mentalidades e as atitudes em relação à educação mudarão gradualmente, protegendo mais as crianças e levando eventualmente a mudanças de práticas nocivas, principalmente crianças que exigem cuidados especiais e reparigas na educação secundária. Isto significa que os encarregados de educação e professores, principalmente a nível comunitário, estarão em condições de interpretar a legislação nacional já existente e políticas sobre estimulação precoce e a educação, dentro de disposições prestando efetivamente serviços parentais e educativos a crianças, a fim de garantir o seu desenvolvimento holístico e total. Em coordenação com sectores relevantes, pais, líderes comunitários, professores, diretores das escolas e decisores políticos estarão cientes das suas responsabilidades para com a educação e o desenvolvimento das crianças e usarão competências necessárias e meios para proporcionar a estimulação precoce e o ensino de qualidade.

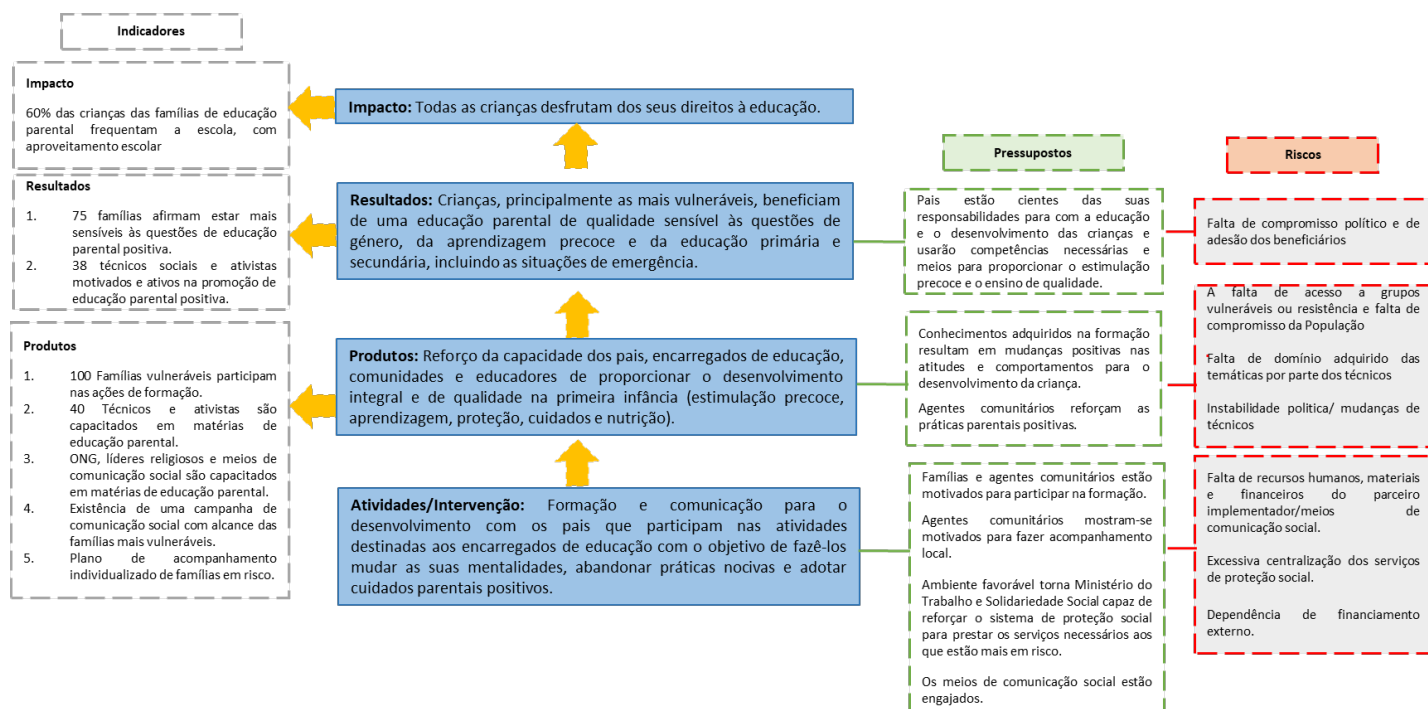
Se recomendações sobre o envolvimento dos pais em criar condições positivas em casa e nas escolas forem desenvolvidas e devidamente implementadas, juntamente com as capacidades de gestão da escola em comunicar e interagir com os pais sobre os problemas dos filhos, e se o engajamento das crianças nas escolas for fortalecido, então essas crianças encontrarão um ambiente propício a uma melhor aprendizagem.

A teoria de mudança defende que uma importância crucial deve ser dada às atividades envolvendo famílias e a comunidade em geral (incluindo líderes religiosos e comunitários) como os guardiões e os decisores políticos. Com base nesta teoria e na premissa que a melhoria do conhecimento dos cuidadores diretos sobre as práticas parentais positivas pode levar a mudanças positivas nas atitudes e comportamentos para o desenvolvimento da criança, as atividades serão implementadas em forma de campanhas de massa, publicidades, campanhas de mobilização social, atividades no terreno e de grupo tendo como alvo os pais, crianças e comunidades e ajudará os intervenientes a compreender o desenvolvimento infantil e a sua responsabilidade social em criar condições de ambiente favoráveis necessárias para estimular e cuidar das crianças pequenas, apoiando a aprendizagem em cada nível de classe e melhor participação na gestão escolar.

²² UNICEF: “Nota Estratégica - Programa do país São Tomé e Príncipe (2017-2021)”, 2017.

O objetivo geral do programa é criar um ambiente em que as crianças desfrutam plenamente dos seus direitos à educação. O objetivo específico, por sua vez, é reforçar a capacidade dos pais, encarregados de educação e educadores para garantirem que as crianças beneficiem de uma educação parental sensível às questões de género, aprendizagem precoce e educação primária e secundária – ver figura 3.

Figura 3- Teoria de Mudança



1.2.3. Recursos do Programa

De acordo com os dados fornecidos até ao momento pelo UNICEF, conseguimos aferir que no período de 2016 a 2018, foi utilizado o valor de 50.356,54 USD no programa: 23 053,33 USD no PEP I e 27 303,21 USD no PEP II, através de financiamento do UNICEF²³.

1.3. FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

Cerca de três anos após o lançamento do programa, o UNICEF considera importante entender melhor os pontos fortes e fracos do processo de planeamento e implementação do programa, assim como se este traduz uma resposta eficaz e contextualizada às necessidades dos beneficiários, de forma a introduzir os necessários ajustes, antes de se avançar com a proposta de uma expansão a nível nacional. A avaliação sumativa tem um objetivo duplo, pois responde à necessidade de responsabilidade vertical e horizontal, para além de gerar conhecimento que pode ajudar a melhorar futuras iniciativas.

²³ Não se conseguiu ainda obter os valores relativos às despesas realizadas/taxa de realização por parte do UNICEF ou DPSSF.

A avaliação do PEP verificará se as ações planeadas contribuíram efetivamente para os resultados definidos no programa de apoio às famílias de São Tomé e Príncipe. Em particular, a avaliação determinará até que ponto o programa PEP contribuiu para mudanças nas práticas parentais, se as práticas prejudiciais ao desenvolvimento normal da criança foram abordadas e se as habilidades e os conhecimentos dos pais para abordar questões específicas foram fortalecidas. Esta avaliação visa, também, examinar o processo de implementação da experiência piloto, em particular para verificar se as estratégias de proteção social para as famílias de São Tomé e Príncipe que vivem na pobreza e vulnerabilidade podem ser uma referência importante. Pretende-se, ainda, verificar se os procedimentos utilizados são sustentáveis. Esta avaliação também servirá de base para a expansão a nível nacional do PEP.

Posto isto, os utilizadores e usos pretendidos desta avaliação são apresentados na tabela 5.

Tabela 5- Usuários e usos pretendidos da avaliação

Utilizadores da avaliação	Usos da avaliação
Escritório do UNICEF em São Tomé e Príncipe	Efetuar ajustamentos ao PEP ao nível da concepção, implementação e monitoria com vista à expansão do programa em 2020.
Doadores	Orientar o financiamento para o UNICEF e outros doadores no desenvolvimento da primeira infância.
Escritório Regional do UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e disseminar as boas práticas e lições aprendidas na região, a fim de alcançar o resultado regional sobre o acesso à educação (KRC3). - Defender investimentos adequados para garantir programas de educação de qualidade e os melhores resultados de aprendizagem
Comunidades/beneficiários	Melhor apropriação dos resultados do programa e reforço dos conhecimentos adquiridos através de um ciclo de feedback positivo.
Governo (Ministério da Educação e outros ministérios)	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a definição e implementação de um programa de educação parental a nível nacional. - Assegurar uma melhor sustentabilidade dos resultados do PEP; com vista à gestão autónoma de atividades no futuro, assim como no funcionamento das equipas de coordenação e supervisão das ações e sessões no terreno.
ONG/outras parceiros	Otimizar e focar melhor a estratégia operacional na educação, proteção, saúde e desenvolvimento da primeira infância, especialmente em futuras parcerias com o UNICEF

1.4. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

De acordo com os Termos de Referência (TdR), os objetivos específicos da avaliação são os seguintes:

1. Determinar a relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade, e temas transversais como: direitos humanos, equidade e género do Programa de Educação Parental;
2. Analisar os desafios na implementação das abordagens (incluindo possíveis lacunas entre o desenvolvimento de padrões e sua implementação prática);
3. Identificar e documentar as principais lições aprendidas e boas práticas para replicar a implementação das abordagens;
4. Formular recomendações operacionais e estratégicas para melhorar a qualidade da educação por meio da abordagem PEP.

1.5. ESCOPO DA AVALIAÇÃO

De acordo com os termos de referência da avaliação, determinou-se o escopo temático, cronológico e geográfico do programa, que se apresenta de seguida.

1.5.1. Escopo temático

A avaliação concentrar-se-á no planeamento e implementação do programa de educação parental, realizado com uma abordagem intersectorial, nomeadamente nos setores de educação, proteção social, proteção da criança, saúde e comunicação. A integralidade do programa foi avaliada.

1.5.2. Escopo cronológico

A avaliação cobriu o programa piloto (PEP I) e o programa de alargamento (PEP II), realizados em agosto 2016 - fevereiro 2017 e outubro 2017 - janeiro 2018, respetivamente.

1.5.3. Escopo geográfico

O escopo geográfico da avaliação teve como foco as regiões de implementação do programa, nomeadamente as 19 comunidades dos distritos de Cantagalo, Caué, Lembá em São Tomé, e a Região Autónoma do Príncipe.

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1. CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação teve como base os quatro critérios da OCDE/CAD: relevância, eficácia, eficiência, e sustentabilidade. Considerações sobre direitos humanos, género e equidade também foram apreciadas como parte desta avaliação, com base no Documento Orientador *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations*.

O critério de impacto não foi sido selecionado para a avaliação devido à falta de dados de base (*baseline*) e pelo facto da vigência do PEP (na sua implementação efectiva) revelar-se ainda insuficiente para propiciar

mudanças para as quais o mesmo foi chamado a contribuir e susceptíveis de melhorar, com uma certa sustentabilidade, as situações dos seus principais beneficiários. No entanto espera-se que algumas indicações preliminares de impacto sejam capturadas no critério de eficácia.

Relevância	Medida segundo a qual os objetivos de uma intervenção de desenvolvimento correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas dos parceiros e dos doadores. Confere se as atividades e os resultados da intervenção estão em linha com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada às necessidades identificadas.
Eficácia	Medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida a ajuda atinge os seus objetivos. É, assim, a relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados.
Eficiência	Medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados da forma mais económica. Se há uma boa relação custo-benefício. Mede a produtividade da intervenção, no sentido em que ela será tanto mais eficiente quanto conseguir atingir os seus objetivos ao menor custo possível.
Sustentabilidade	Continuidade em relação aos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão. Medir a probabilidade dos benefícios perdurarem no longo prazo. Visa saber em que medida os grupos alvo podem e querem apropriar-se dos resultados dessa intervenção.
Direitos Humanos, Igualdade de Género e Equidade	Mede a inclusão das dimensões de direitos humanos, género e equidade tanto em termos de processos empregues durante a intervenção quanto em relação a os resultados alcançados.

2.2. QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

Um conjunto de questões de avaliação foram desenvolvidas pelo UNICEF nos TdR para orientação da avaliação, que foram revistas pela equipa de avaliação, como se apresenta seguidamente. Com base nestas questões, foi criada uma matriz de avaliação (apresentada no anexo 7.3.) que liga cada questão a um conjunto de indicadores de avaliação e a instrumentos e métodos necessários para recolha de dados.

Relevância	
1.	Em que medida os objetivos estão alinhados com os objetivos de planeamento nacional/estratégias nacionais?
2.	Em que medida as atividades da iniciativa PEP são pertinentes para as mudanças desejadas para as crianças (meninas e meninos), por todas as partes interessadas?

3.	Em que medida as diferentes necessidades dos beneficiários previstos e, em particular, os mais vulneráveis, foram objeto de uma avaliação preliminar na fase de conceção do programa? Em que medida os resultados dessa avaliação informaram o planeamento e a implementação dos programas?
4.	Em que medida as atividades propostas foram adaptadas aos objetivos pretendidos do programa? (Permite que as crianças beneficiem de ambiente familiar mais seguro e estimulante no caso do PEP.)
Eficácia	
Resultados	
1.	<p>Quais são os resultados concretos alcançados no final do período de implementação da iniciativa em relação aos objetivos? Quais são os resultados não intencionais?</p> <p><u>Sub-questões:</u></p> <p>1.1. Em que medida o programa contribuiu para mudanças positivas dos beneficiários nas seguintes áreas: desenvolvimento e relacionamento emocional, desenvolvimento integral, direitos da criança, estímulo intelectual e linguagem?</p> <p>1.2. Em que medida o PEP foi implementado de acordo com as diretrizes do Programa de Apoio às Famílias? E até que ponto a implementação foi padronizada?</p> <p>1.3. Em que medida e de que forma é que o programa influenciou a perceção das famílias beneficiárias e comunidades em geral sobre os cuidados e desenvolvimento na primeira infância?</p> <p>1.4. Em que medida o PEP contribui para melhorar a frequência e a retenção de crianças na escola?</p>
2.	Quais são os fatores facilitadores e/ou barreiras identificados para a eficaz implementação do PEP?
Processo	
3.	<p>Em que medida as partes interessadas e beneficiários foram envolvidos apropriadamente no desenvolvimento das atividades?</p> <p><u>Sub-questões:</u></p> <p>3.1. Em que medida o programa oferece uma alternativa complementar aos programas existentes para famílias vulneráveis e seus filhos? Existem lacunas não cobertas por outros parceiros ou pelo governo?</p> <p>3.2. Em que medida a abordagem intersectorial e as parcerias estabelecidas promoveram ou prejudicaram a obtenção dos resultados esperados?</p>
Eficiência	
1.	<p>Em que medida os recursos financeiros, humanos e patrimoniais foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Suficientes (em quantidade) em relação às necessidades identificadas e aos resultados esperados? - Adequados (em termos de qualidade) em relação aos resultados esperados? - Implementados atempadamente?
2.	Em que medida os mesmos resultados poderiam ser alcançados por outras alternativas menos dispendiosas?
3.	Quais são os fatores de gestão que favoreceram ou prejudicaram a eficiência do programa?
Sustentabilidade	

1.	Em que medida o governo, inspetores, diretores, professores, pais e comunidades se apropriaram da abordagem no seu país?
2.	Em que medida foram implementadas as condições necessárias para a apropriação nacional e municipal das intervenções do UNICEF e os seus parceiros, após o final do programa? Qual foi o grau e o tipo de participação e envolvimento das equipas de coordenação e controlo durante a fase de implementação?
3.	Em que medida as intervenções do programa continuarão no país sem o apoio de parceiros, como o UNICEF?
4.	Em que medida esta abordagem poderá ser replicada/expandida no país?
Temas transversais: género, direitos humanos e equidade	
1.	Em que medida os meninos/meninas mais vulneráveis e/ou de áreas mais desfavorecidas dos municípios cobertos foram beneficiados pelo programa no país?
2.	Em que medida o programa oferece as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para meninas e meninos?
3.	Em que medida o programa abordou as barreiras específicas de género que impedem que meninas e meninos tenham acesso às atividades e serviços à sua disposição?
4.	De forma geral, em que medida considerações específicas de género, direitos humanos e equidade foram tomadas em consideração na conceção, planeamento, implementação e monitoramento do programa. (Por exemplo, em relação à participação das mães e dos pais, das professoras e professores etc.).

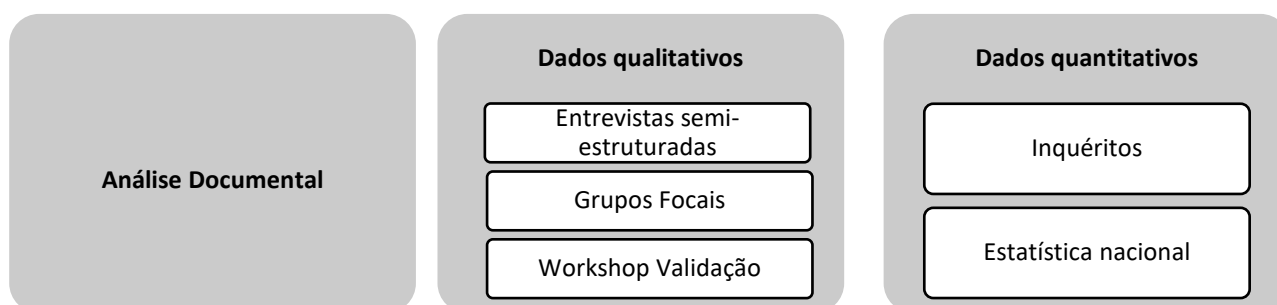
2.3. MÉTODOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO E AMOSTRA

A metodologia desenvolvida tomou em consideração as diretrizes do *United Nations Evaluation Group (UNEG)*, as Normas e *Standards* para Avaliação da UNEG, vis-à-vis a integração de elementos transversais (abordagem baseada nos direitos humanos (*HRBA*), equidade e igualdade de género, com base no Documento Orientador *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations* e no *United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women (UN-SWAP)*.

A abordagem da Análise de Contribuição²⁴ foi utilizada para proporcionar informação sobre a contribuição do programa para os resultados previstos, com base em métodos mistos para a recolha e análise de informação, que consistiu numa análise documental, uma análise de dados quantitativos primários (inquéritos) e secundários e uma análise de dados qualitativos primários (entrevistas semi-estruturadas e grupos focais) (ver figura 4). A avaliação utilizou diferentes linhas de evidência e triangulação de fontes.

²⁴ Abordagem de avaliação que explora atribuição através da análise da contribuição de um programa em resultados observados (Mayne, 2008).

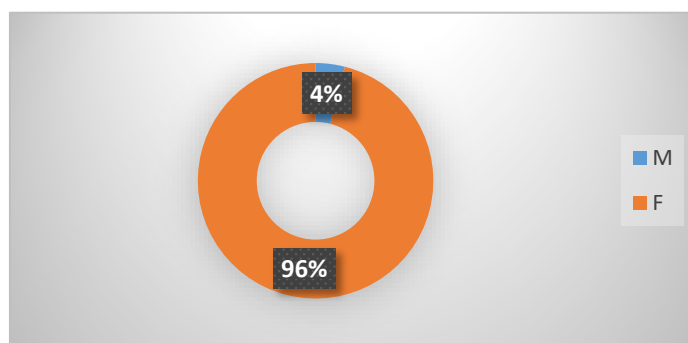
Figura 4- Métodos de Recolha de informação



A metodologia incluiu a incorporação dos princípios de género, equidade e direitos da criança em todas as etapas da avaliação, incluindo o desenho das ferramentas de recolha e análise de dados, adotando uma estratégia de envolvimento de todas as partes interessadas e beneficiárias do programa que permitiram a participação de indivíduos particularmente vulneráveis. Foram, igualmente, desagregados os dados por diferentes categorias de vulnerabilidade (idade e género).

Durante o exercício de avaliação foi atribuída uma importância primordial ao envolvimento das comunidades (beneficiários finais), uma vez que as populações alvo das intervenções são entendidas como agentes ativos e, deste modo, são responsáveis pela prossecução dos resultados que foram previamente estabelecidos. Deste modo, as questões colocadas com estes interlocutores incidiam sobre aspetos relacionados com o seu envolvimento no programa, com os benefícios percebidos e com a permanência dos efeitos alcançados. No que respeita à caracterização dos chefes das famílias beneficiárias envolvidos no processo de avaliação, destacamos que 89% dos participantes são do género feminino enquanto que 11% são do género masculino, como se apresenta na figura 5 o que reflete a composição dos beneficiários do programa (96% do género feminino no conjunto das global dos chefes de famílias). As diferentes faixas etárias dos chefes de família (≤ 30 anos; 31-45; e ≥ 46) foram igualmente tidas em consideração na seleção dos participantes da avaliação (ver anexo 7.4).

Figura 5- Género dos beneficiários consultados



Foram desenvolvidos diferentes instrumentos de recolha de dados (guiões de entrevistas, guiões de grupos focais e inquéritos), tendo em consideração a tipologia de interlocutores (os instrumentos são apresentados no Anexo 7.5).

2.3.1. Análise Documental

A análise documental teve por base as informações de relatórios de progresso e finais do programa, documentos do governo, estudos, documentação legal, documentos de planeamento e relatórios anuais do UNICEF, assim como outras fontes que foram recolhidos na fase de instalação e fase de recolha de dados da avaliação. Esta informação apoiou o processo de refinamento das perguntas para as entrevistas, mas também foi crucial para obter uma visão geral do programa, identificar lacunas de conhecimento e apoiar no desenvolvimento de hipóteses sobre os critérios de relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade, direitos humanos, equidade e igualdade de género no respetivo contexto do país.

2.3.2. Dados quantitativos

- **Dados secundários**

Os dados recolhidos pelo UNICEF e os seus parceiros através do *Multiple Indicator Cluster Survey* (MICS) de 2014 foram utilizados para complementar a análise documental no estabelecimento da base de conhecimento e orientar a recolha primária de dados qualitativos. Além disso, serviu como um ponto de referência para a triangulação de dados.

- **Dados primários**

Inquéritos: Na ausência de dados de monitoria sistematizados do programa em relação aos resultados alcançados (ver capítulo 2.6. - *Limitações e medidas de mitigação*), e por forma a analisar as famílias beneficiárias com mais detalhe, a equipa de avaliação tomou a decisão, a pedido do UNICEF, de aplicar inquéritos presenciais com as famílias beneficiárias do programa. A aplicação dos inquéritos permitiria recolher informação quantitativa relevante para responder às questões de avaliação, em particular, sobre as experiências e alterações nos conhecimentos e comportamentos das famílias, resultantes da sua participação no programa. Visto que este método foi só incluído na avaliação já no terreno, a técnica de amostragem utilizada foi a amostra por conveniência, em que a equipa de avaliação aplicaria os inquéritos a todas as famílias beneficiárias presentes nas suas comunidades, aquando da visita para a aplicação dos mesmos, com exceção do distrito de Lembá, onde se verificaram restrições de tempo. De um total de 155 famílias, foi possível inquirir 80 chefes das famílias beneficiárias (77 mulheres e 3 homens), como se apresenta na tabela 6 e 7). Os inquéritos foram administrados oralmente aos participantes por forma a colmatar problemas de alfabetização. Foi elaborado um questionário na realização dos inquéritos, que se apresenta no Anexo 7.5.

Tabela 6- Número de participantes do inquérito

Participantes - Inquérito		
Distrito	Mulheres	Homens
Caué	25	3
Cantagalo	17	-
Caué	7	-
RAP	28	-
Total	77	3

Tabela 7- Faixa Etária dos participantes do inquérito

Inquéritos	Totais		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Faixa Etária						
Até aos 30	10	12,50%	0	0,00%	10	12,50%
31-45	44	55,00%	2	2,50%	42	52,50%
46 em diante	26	32,50%	1	1,25%	25	31,25%
Total de Inquiridos	80	100,0%	3	3,8%	77	96,3%

2.3.3. Dados qualitativos

Entrevistas com informadores-chave: No âmbito da avaliação, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas, presenciais e via skype, com as principais partes interessadas das respetivas entidades governamentais a nível nacional e regional, parceiros implementadores, funcionários do UNICEF, ativistas e beneficiários do programa. Os participantes foram identificados propositadamente com base nas recomendações do UNICEF e através da técnica de amostragem de *snowballing* (ver tabela 8). Um total de 30 entrevistas foram realizadas (37 entrevistados; 26 mulheres e 11 homens). A lista detalhada de partes interessadas consultadas é apresentada no anexo 7.4.

Tabela 8- Entrevistas semi-estruturadas

Entidade/participante	Local	# Entrevistas	# Entrevistados	# Mulheres	# Homens
UNICEF	São Tomé	2	4	3	1
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família (DPSSF)	São Tomé	1	1	1	0
Consultora PEP	Skype	1	1	1	0
Ministério da Educação e Ensino Superior	São Tomé	1	2	2	0
Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos	São Tomé	1	1	0	1
Secretariado do Estado da Comunicação Social	São Tomé	1	1	0	1
Banco Mundial	Skype	1	1	0	1
ONG FONG	São Tomé	1	3	1	2
ONG ARCAR	São Tomé	1	1	1	0
ONG MOVE	São Tomé	1	2	2	0
Líderes religiosos (Igreja Católica)	São Tomé	2	2	1	1
Ativistas	Caué, Lembá, Cantagalo e Região Autónoma do Príncipe	12	13	11	2

Coordenadores Distritais PEP	Caué, Lembá e Cantagalo	3	3	2	1
Coordenadores PEP RAP	Região Autónoma do Príncipe	2	2	1	1
Total		30	37	26	11

As perguntas para os entrevistados foram projetadas especificamente para revelar a extensão da conscientização dos entrevistados e a percepção das mudanças ou melhorias resultantes das atividades do programa. Os guiões para as entrevistas podem ser encontrados no anexo 7.5. Os dados que emergiram das entrevistas foram usados para colmatar lacunas no conhecimento identificadas na análise documental e também serviram como outro ponto de referência para a triangulação de dados.

Grupos Focais: Dados qualitativos foram também recolhidos através da realização de seis grupos focais com os chefes de família e crianças beneficiárias e com os meios de comunicação social, onde se utilizou guiões com questões abertas. Tal como nas entrevistas presenciais, os grupos focais tinham como objetivo preencher lacunas no conhecimento identificadas durante a análise de dados secundários.

Cada grupo focal foi composto por 4 a 15 participantes, e teve a duração de 60 a 90 minutos. Os participantes dos grupos focais com as famílias foram selecionados, em conjunto com a DPSSF, com base numa amostra intencional, com as seguintes características: i) terem participado em mais do que uma formação do PEP e ii) estarem disponíveis para o horário proposto, por forma a não impactar na rotina das famílias, já que se teriam que deslocar das suas comunidades para um ponto de encontro na capital de distrito. No que diz respeito às crianças, foram realizados 3 grupos focais com crianças com idades entre os 5 e os 18 anos. Entendendo os constrangimentos existentes para a mobilização das crianças neste contexto, foi utilizada uma amostra por conveniência, em que a equipa de avaliação seguiu a sugestão da DPSSF em selecionar as crianças dos beneficiários que participaram nos grupos focais dos pais. Dois dos grupos focais com as crianças foram diferenciados por género, para facilitar a livre expressão dos meninos e meninas. Tal medida não se aplicou aos representantes famílias, que por força do contexto do programa, foram quase exclusivamente mulheres. Foram realizadas gravações de áudio dos grupos focais. Mais detalhe sobre a composição dos grupos focais realizados (nomeadamente a idade, género, número de crianças e distrito) é apresentado na tabela 9, e no anexo 7.4

Tabela 9- Participantes dos Grupos Focais

Grupos Focais		Participantes		
Tipo	Número	Mulheres/ Meninas	Homens / Meninos	Total
Mães e pais Lembá	1	10	0	10
Mães e pais Cantagalo e Caué	1	13	1	14
Crianças Lembá (misto)	1	7	4	11
Meninas Cantagalo e Caué	1	6	0	6
Meninos Cantagalo e Caué	1	0	6	6
Meios de comunicação social	1	1	3	4

Por sua vez, a composição do grupo focal com os meios de comunicação teve como base uma seleção de parceiros discutida com o UNICEF, como se apresenta na tabela 10. Desta lista de convidados, compareceram apenas 4 participantes dos 7 convidados, nomeadamente da TV São Tomense, Radio Nacional, Rádio Lembá e Rádio Cantagalo. Foram utilizados guiões de entrevista para a realização dos grupos focais, que são apresentados no Anexo 7.5.

Tabela 10- Grupo Focal Órgãos Comunicação Social

Organização Convidada	Tipo	Participou (S/N)
1. STP Press	Nacional – Setor Publico	N
2. TV São Tomense	Nacional – Setor Publico	S
3. Radio Nacional	Nacional – Setor Publico	S
4. RTP Africa	Nacional – Setor Privado	N
5. Radio Lembá	Nacional – Setor Privado	N
6. Radio Caué	Nacional – Setor Privado	S
7. Radio Cantagalo	Nacional – Setor Privado	S

2.3.4. Workshop de Validação

Foi realizado um *workshop* de validação no dia 28 de Janeiro de 2020, com o UNICEF, parceiros de implementação, parceiros governamentais e não-governamentais, por forma a recolher feedback que foi incorporado no relatório da avaliação.

2.4. ANÁLISE DE DADOS

Após apresentar e receber feedback sobre os achados iniciais, a equipa de avaliação realizou uma revisão sistemática e análise de todos os dados, identificando temas-chave, padrões, relacionamentos e explicações relevantes para as questões e indicadores na matriz de avaliação. A análise foi realizada manualmente por uma revisão completa das transcrições de entrevistas e grupos focais.

Os dados quantitativos recolhidos foram analisados por meio de estatística descritiva, a fim de descrever as características dos dados disponíveis e fornecer um resumo sobre a amostra. Os dados foram desagregados por género e idade. A matriz de avaliação foi utilizada como um quadro para organizar dados e orientar a análise quantitativa e qualitativa. A avaliação utilizou diferentes linhas de evidência e triangulação de fontes.

2.5. CONSIDERAÇÕES DE NATUREZA ÉTICA

A avaliação foi sujeita a diretrizes éticas que foram aplicadas em todas as etapas da avaliação. A recolha e processamento de dados foram realizados em total conformidade com o *UNEG Ethical Guidelines for Evaluation*, e os seus princípios, nomeadamente:

- Intencionalidade: tomar em consideração a utilidade e a necessidade de uma avaliação desde o início;
- Conflito de interesses: exercer o compromisso de evitar conflitos de interesse em todos os aspetos do trabalho, mantendo assim os princípios de independência, imparcialidade, credibilidade, honestidade, integridade e responsabilidade;

- Interações com os participantes: envolvimento apropriado e respeitoso com os participantes nos processos de avaliação, mantendo os princípios de confidencialidade e anonimato e as suas limitações; dignidade e diversidade; direitos humanos; igualdade de género; e prevenção de danos;
- Processos e produtos de avaliação: garantir precisão, integridade e confiança; inclusão e não discriminação; transparência; e relatórios justos e equilibrados que reconhece perspectivas diferentes; e
- Descoberta de irregularidades: relatando discretamente a descoberta de qualquer aparente conduta imprópria a um organismo competente.

Para a realização do trabalho de avaliação com as crianças envolvidas no programa, foram respeitados os princípios éticos chave do *Ethical Research Involving Children (ERIC)*, nomeadamente, o respeito, a justiça e o benefício.

No que respeita os direitos humanos, equidade e género, a avaliação tomou em consideração a integração de elementos transversais (abordagem baseada nos direitos humanos (*HRBA*), equidade e igualdade de género, com base no Documento Orientador *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations* e no *United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women (UN-SWAP)*.

A equipa de avaliação tomou as seguintes medidas para respeitar estes princípios éticos:

- Confirmar que todas as crianças envolvidas, assim como os seus pais ou encarregados de educação recebem informação completa sobre a avaliação e consentem a sua participação;
- Assegurar consentimento (oral) informado por parte dos informadores-chave, e beneficiários (pais e crianças);
- Solicitar a permissão para a gravação de áudio e/ou fotografias em todas as interações do programa;
- Respeitar confidencialidade e anonimidade;
- Identificar e respeitar normas culturais, sociais e de género das comunidades identificadas previamente, através do conhecimento da equipa de trabalho do UNICEF e os membros locais da equipa de avaliação.
- Incluir questões de avaliação específicas para endereçar os temas da equidade, género e direitos humanos no desenho da avaliação, definição dos respetivos indicadores e fontes na matriz de avaliação e integração dos mesmos nos instrumentos de recolha de informação no âmbito da avaliação. Adicionalmente, foram recolhidos dados sensíveis ao género e direitos das crianças (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança), para informar os resultados da avaliação.

A equipa de avaliação local e internacional analisou de forma rigorosa os documentos orientadores referidos neste capítulo e providenciou apoio contínuo e supervisão para a equipa durante a fase de recolha de informação.

2.6. LIMITAÇÕES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Foram identificadas algumas limitações à avaliação, que foram colmatadas por medidas de mitigação.

- Não se verificou a existência de um sistema de monitoria contínuo do PEP, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos, o que constitui um grande impedimento para aferir os reais resultados e o impacto do programa nas famílias beneficiárias. A informação existente relativa aos dados de base do programa (*baseline*) mostrou ser bastante limitada, no sentido em que foi apenas aplicado um questionário de diagnóstico simples a algumas das famílias beneficiárias em São Tomé, antes do início da implementação das atividades do PEP II. Face à indisponibilidade de dados de base do programa e disponibilidade limitada de dados de monitoria das intervenções, a equipa de avaliação realizou inquéritos às famílias beneficiárias do programa por forma a conseguir obter dados quantitativos para análise dos resultados do programa nos beneficiários. Adicionalmente, os avaliadores pediram aos entrevistados dados retrospectivos sobre a situação anterior e de que forma a situação se alterou devido a intervenções do programa ou outros fatores.
- Foram também identificadas algumas inconsistências em relação ao registo dos beneficiários ou aos conhecimentos dos técnicos sociais e ativistas sobre os beneficiários do seu distrito. A equipa de avaliação tentou certificar-se de que todos os beneficiários envolvidos na avaliação estavam efetivamente incluídos no registo das famílias beneficiárias. Neste sentido, alguns inquéritos realizados no distrito de Caué tiveram que ser invalidados porque se verificou que alguns nomes dos inquiridos não constavam no registo.
- Destacou-se, em alguns casos, algumas barreiras linguísticas, nomeadamente na utilização da língua portuguesa por alguns beneficiários, assim como níveis altos de analfabetismo. Neste sentido, a aplicação dos inquéritos foi feita oralmente aos participantes, com o apoio de um consultor local com competências se expressar nos dialetos locais, quando necessário.
- Uma das limitações identificada está relacionada com a timidez e constrangimento das mulheres e meninas das famílias beneficiárias para participarem nos grupos focais e inquéritos, visto que as questões de avaliação incluíram questões sensíveis de cariz pessoal e familiar. Para mitigar esta questão, foi realizado um trabalho próximo com os coordenadores distritais do programa na seleção de locais que as beneficiárias conhecem e onde se sentem confortáveis²⁵, foram realizadas dinâmicas de quebra-gelo no início dos grupos focais, e foi explicado que as intervenções seriam anónimas, voluntárias e flexíveis, de forma a poderem partilhar os aspetos em que estivessem confortáveis, na língua portuguesa ou nos seus dialetos. No caso das crianças, foi realizado um grupo focal para meninas e meninos em separado. No caso das mães e pais beneficiários, não houve essa necessidade visto que o número de pais (homens) era muito reduzido²⁶.
- Para colmatar constrangimentos com viés de respostas, ou respostas tendenciosas por parte das famílias beneficiárias, que podem ser comuns em perguntas sobre competências parentais, a equipa de avaliação

²⁵ Os locais onde foram realizadas as formações do PEP.

²⁶ Houve apenas um pai participante dos grupos focais.

utilizou técnicas de triangulação de informação, através da busca de variadas fontes de informação (dados dos inquérito aplicados; exemplos práticos para os respondentes justificarem as suas afirmações; e cruzamento de informações dos pais e filhos sobre questões como violência, afeto, entre outras).

- Destacamos, por último, a necessidade de planeamento de um maior período de tempo para a realização da avaliação, que permita uma maior interação e mais momentos de reflexão e discussão com os diferentes intervenientes sobre as evidências encontradas, que irá impactar positivamente no trabalho de avaliação do programa e na apropriação das respetivas descobertas, lições aprendidas e recomendações.

3. DESCOBERTAS E CONCLUSÕES PRELIMINARES (POR CRITÉRIO)

Este capítulo tem como objetivo responder às questões de avaliação dos diferentes critérios de avaliação (relevância, eficácia, eficiência, sustentabilidade, direitos humanos, género e equidade), apresentando evidências para cada questão e conclusões preliminares no final de cada critério.

3.1. RELEVÂNCIA

Q1) Em que medida os objetivos estão alinhados com os objetivos de planeamento nacional/estratégias nacionais?

Q2) Em que medida as atividades da iniciativa PEP são pertinentes para as mudanças desejadas para as crianças (meninas e meninos), por todas as partes interessadas?

Q3) Em que medida as diferentes necessidades dos beneficiários previstos e, em particular, os mais vulneráveis, foram objeto de uma avaliação preliminar na fase de conceção do programa? Em que medida os resultados dessa avaliação informaram o planeamento e a implementação dos programas?

Q4) Em que medida as atividades propostas foram adaptadas aos objetivos pretendidos do programa? (Permite que as crianças beneficiem de ambiente familiar mais seguro e estimulante no caso do PEP.



Figura 6- Grupo Focal com as Famílias de Cantagalo e Caué, em Ribeira Afonso

Q1) Em que medida os objetivos estão alinhados com os objetivos de planeamento nacional/estratégias nacionais?

1. A avaliação constatou que os objetivos gerais e específicos do programa estão plenamente alinhados com as prioridades do governo e políticas nacionais. O PEP foi elaborado com o objetivo de contribuir para a execução das recomendações da Política e Estratégia de Proteção Social de 2014, que identifica a importância de apoiar as famílias em extrema pobreza, especificamente aquelas com crianças dos 0-5 anos, enquanto condicionalidade de um programa de transferências monetárias^{27/28}. A educação parental foi incluída numa das medidas políticas de curto prazo preconizadas para atingir os objetivos da Política e Estratégia de Proteção Social.
2. Em paralelo, a abordagem intersectorial assumida pelo programa combina, igualmente, as prioridades da educação, definidas no Plano do Sector da Educação 2012-2021, que têm como objetivo que todas as crianças atinjam a educação plena, fornecendo 12 anos de educação gratuita de qualidade a todas as crianças e jovens. Tal implicará o reforço das capacidades dos pais, particularmente em áreas mais vulneráveis. De referir ainda que o PEP procurou apoiar as prioridades do governo em relação ao setor da saúde, onde a redução da mortalidade infantil, assim como a melhoria das intervenções preventivas na comunidade relativas às temáticas da nutrição, promoção da higiene, monitorização do crescimento infantil, entre outras²⁹.
3. De referir, ainda, que o PEP se insere nos objetivos definidos na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II (ENRP II), nomeadamente no Eixo 3 relativo ao Desenvolvimento do Capital Humano e Melhoria dos Serviços Sociais Básicos, e no Eixo 4 relativo ao reforço da Coesão e Proteção Social, que se desdobrou nos objetivos da Política e Estratégia de Proteção Social
4. É evidente que os objetivos do PEP são relevantes para as prioridades políticas do governo nas áreas de educação, proteção social e saúde, e que o programa fez a sua contribuição para a implementação e realização destas prioridades, apoiando o governo no seu envolvimento com a população mais vulnerável do país, através do reforço das capacidade dos pais e encarregados de educação nas áreas da nutrição e saúde, estimulação precoce, fortalecimento das relações afetivas e na redução de modelos educacionais baseados em disciplina violenta. Por outro lado, o PEP reforçou o trabalho do setor da proteção social, tentando alcançar as famílias e crianças em situações mais vulneráveis, combatendo o isolamento social e reforçando as capacidades e instrumentos dos técnicos sociais para uma interação mais próxima e informada com estas famílias.

Q3) Em que medida as diferentes necessidades dos beneficiários previstos e, em particular, os mais vulneráveis, foram objeto de uma avaliação preliminar na fase de conceção do programa? Em que medida os resultados dessa avaliação informaram o planeamento e a implementação dos programas?

5. O estudo de 2013 sobre “Práticas parentais para crianças de menos de 6 anos” pelo UNICEF, que tinha como objetivo subsidiar a elaboração de um programa de educação parental e contribuir para a execução das recomendações da Política e Estratégia de Proteção Social, recolheu informação sobre os

²⁷ Programa Mães Carenciadas

²⁸ Objetivo específico 1.1. da Política e Estratégia de Protecção Social

²⁹ Ministério da Saúde: “Plano Nacional do Desenvolvimento da Saúde 2017 – 2021”, 2017.

comportamentos dos pais, em particular, com crianças em idade pré-escolar (0-5 anos), servindo como base para a conceção do Programa Nacional de Apoio às Famílias.

6. Por sua vez, o Programa Nacional de Apoio às Famílias resultou na elaboração do PEP, que assenta no apoio da parentalidade para lidar com situações físicas, económicas e sociais que irão encontrar ao longo do seu desenvolvimento, tendo em conta as especificidades económicas, sociais e culturais de cada contexto.
7. De acordo com o estudo, foi recomendado que houvesse um ajuste das dimensões a trabalhar com os pais no programa de educação parental para cada região, reforçando em determinados locais as áreas temáticas mais importantes. A metodologia de investigação-ação utilizada na formação dos técnicos, ativistas e famílias tomou em consideração esta necessidade de ajuste dos conteúdos da formação, adotando estratégias de adequação ao contexto e aos grupos de participantes.
8. O programa foi justamente desenhado para famílias mais vulneráveis pertencentes às regiões onde as crianças enfrentavam as maiores privações. A avaliação constatou que o processo de seleção dos beneficiários, nomeadamente na etapa de seleção das famílias, foi pouco objetivo, não tendo sido definidos critérios quantitativos claros na sua seleção. Não foi possível constatar registo da aplicação dos critérios de seleção utilizados pelos técnicos de proteção social e/ou ativistas em nenhuma das fases. Apesar de ter sido elaborada uma grelha de avaliação na fase 2, a equipa de avaliação não identificou os registos da sua aplicação, em termos de número de famílias ou localização geográfica. Alguns testemunhos referiram que, enquanto ativistas, fizeram a seleção das famílias mais carenciadas da sua comunidade através do seu conhecimento real da situação, isto é “escolhidas a olho”.

Q2) Em que medida as atividades do PEP são pertinentes para as mudanças desejadas para as crianças (meninas e meninos) por todas as partes interessadas? Q4) Em que medida as atividades propostas foram adaptadas aos objetivos pretendidos do programa? (Permite que as crianças beneficiem de ambiente familiar mais seguro e estimulante no caso do PEP.)

9. A avaliação constatou que as atividades previstas no PEP são plenamente relevantes para atender os objetivos e ajustados às necessidades dos grupos-alvo. Os cuidados e a educação das crianças são influenciados por padrões de género e pelos conhecimentos dos pais sobre as necessidades das crianças³⁰, o que resulta numa maior exposição das crianças de famílias mais desfavorecidas a riscos de cariz social, educação, saúde, entre outros. O desenho do programa foi adaptado para responder a estas necessidades de educação parental sobre diferentes temáticas relevantes para o desenvolvimento da criança, nomeadamente nos cuidados básicos apropriados, na estimulação precoce das crianças, no reforço de relações afetivas e na redução dos estilos educativos que se apoiam numa disciplina violenta³¹, propiciando um ambiente em que as crianças beneficiem de uma educação parental sensível às questões de género, aprendizagem precoce e educação primária e secundária (objetivo específico) e, a longo prazo, desfrutem plenamente dos seus direitos à educação (objetivo geral).

³⁰ UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental” 2014.

³¹ UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.

10. A abordagem intersectorial concebida mostra-se relevante, juntando diversos sectores de política social que têm necessariamente interesse na educação parental, como os sectores da saúde, educação, proteção social, por forma a impactar uma diversidade de necessidades coletivamente, maximizando o seu impacto e garantindo mudanças sustentáveis e duradouras.
11. Os objetivos e resultados esperados do programa foram formulados com base numa avaliação das necessidades dos grupos-alvo, em estreita cooperação com o governo, mais especificamente com o parceiro de implementação (DPSSF), com base em evidências sobre as necessidades dos pais e crianças do país.
12. Os produtos e atividades previstas são consistentes com os objetivos do PEP. De acordo com o Programa Nacional de Apoio às Famílias, as temáticas de formação desenvolvidas com as famílias em torno de 3 áreas de intervenção transversais: educativa (promover o desenvolvimento integral das crianças); jurídica (divulgar os textos de lei e promover o acesso das famílias ao sistema judiciário); e económica (reorientar as estratégias da economia doméstica familiar) foram programadas para responder ao contexto e necessidades das famílias são-tomenses mais carenciadas, com o propósito de criar um ambiente familiar mais seguro e estimulante para as crianças³².

Conclusões preliminares do critério relevância

Conclusão	Parágrafo correspondente
REL1: Os objetivos gerais e específicos do programa estão plenamente alinhados com as prioridades do governo e políticas nacionais.	Parág. 1- 4
REL2: Os objetivos do PEP são relevantes face às necessidades identificadas dos beneficiários do programa: as famílias vulneráveis. A conceção do programa, de cariz intersectorial, foi considerado apropriado para alcançar os objetivos propostos.	Parág. 9-12
REL3: O processo de seleção dos beneficiários, nomeadamente na etapa de seleção das famílias, foi pouco objetivo, não tendo sido definidos critérios quantitativos claros na sua seleção, garantindo a participação das famílias beneficiárias mais vulneráveis nos distritos.	Parág. 8
REL4: As atividades e produtos previstos no PEP foram relevantes para atender os objetivos, e ajustados às necessidades dos grupos-alvo.	Parág. 9 e 12

³² UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental” 2014.

3.2. EFICÁCIA

Q1) Quais são os resultados concretos alcançados no final do período de implementação da iniciativa em relação aos objetivos? Quais são os resultados não intencionais?

Q1.1) Em que medida o PEP foi implementado de acordo com as diretrizes do Programa de Apoio às Famílias? E até que ponto a implementação foi padronizada?

Q 1.2) Em que medida e de que forma é que o programa influenciou a percepção das famílias beneficiárias e comunidades em geral sobre os cuidados e desenvolvimento na primeira infância?

Q 1.3) Em que medida o programa contribuiu para mudanças positivas dos beneficiários nas seguintes áreas: desenvolvimento e relacionamento emocional, desenvolvimento integral, direitos da criança, estímulo intelectual e linguagem?

Q2) Quais são os fatores facilitadores e/ou barreiras identificados para a eficaz implementação do PEP?

Q3) Em que medida as partes interessadas e beneficiários foram envolvidos apropriadamente no desenvolvimento das atividades?

Q3.1) Em que medida o programa oferece uma alternativa complementar aos programas existentes para famílias vulneráveis e seus filhos? Existem lacunas não cobertas por outros parceiros ou pelo governo?

Q3.2) Em que medida a abordagem intersectorial e as parcerias estabelecidas promoveram ou prejudicaram a obtenção dos resultados esperados?



*Figura 7- Grupo Focal com as Famílias de Cantagalo e Caué, em
Ribeira Afonso*

Q1.1) Em que medida o PEP foi implementado de acordo com as diretrizes do Programa de Apoio às Famílias? E até que ponto a implementação foi padronizada?

13. O Programa Nacional de Apoio às Famílias previa três componentes-chave complementares para a obtenção do objetivo geral proposto (promover o bem estar das famílias, sobretudo as mais vulneráveis, entendidas como células de base da sociedade e como espaço primordial de vida e de desenvolvimento das crianças): 1) a comunicação através dos meios de comunicação social; 2) a Formação em Grupos de Pais; e 3) o acompanhamento individualizado de famílias em dificuldade. O PEP I e II implementou com sucesso a componente 2 relativa à formação em grupos de pais, tendo sido menos bem-sucedido nas componentes 1 e 3 relativas à comunicação social e acompanhamento individualizado. Este foco na componente 2 deveu-se a questões de priorização de tempo e recursos disponíveis, que exploraremos em mais detalhe no critério eficiência. Na fase piloto, as atividades de comunicação social, nomeadamente de divulgação do programa não foram realizadas, enquanto que na fase de alargamento não se realizou trabalho de acompanhamento individualizado para famílias e/ou crianças em risco de forma sistematizada.
14. A implementação foi, de forma geral, padronizada nos diferentes distritos e RAP, onde se utilizou a mesma metodologia de formação (investigação-ação) e os mesmos conteúdos programáticos na fase piloto (9 temáticas³³) e de alargamento (4 temáticas³⁴). Relativamente à realização e frequência das formações, na fase piloto foram realizadas 72 sessões de formação nas 4 comunidades, enquanto que na fase de alargamento foram realizadas 140 sessões de formação (8 a 16 em cada comunidade, com exceção da RAP e Yô Grande, onde se realizaram apenas 4 e 2 sessões, respetivamente). As datas e horário das formações foram decididos em conjunto com as famílias beneficiárias.
15. A abordagem foi consistente nas sessões de grupo. Os formadores aplicaram as formações da mesma forma e existiam mecanismos de supervisão. Adicionalmente, eram realizadas reuniões de coordenação para garantir a estratégia de implementação com os vários formadores, em simultâneo nas diferentes comunidades.
16. Ainda em relação à padronização da implementação, identificou-se alguma subjetividade ou falta de clareza na seleção das famílias participantes (um aspeto que já foi explorado no critério relevância), pelo que foi feita a recomendação para se proceder à sua revisão no futuro. Adicionalmente, algumas comunidades tinham uma presença mais assídua dos ativistas, técnicos sociais e coordenadores distritais, que permitia um acompanhamento mais aproximado no reforço das práticas parentais positivas. Caué e a RAP foram as regiões com menor acompanhamento.

“Na eventualidade de continuidade do programa, deve-se proceder a sua profunda revisão na medida em que os critérios de seleção devem ser mais transparentes possíveis a fim de eleger os chefes de família que mais apoios precisam.”³⁵

³³ Dimensão afetiva do ser humano, Desenvolvimento psicomotor da criança, Socialização e cidadania, Direitos da Criança, Saúde e Nutrição, Proteção e Segurança, Jogo e Criatividade, Estimulação intelectual e Linguagem e Interações familiares Geracionais

³⁴ Dimensão Afectiva, Desenvolvimento Integral, Direitos da Criança, Estimulação Intelectual e Linguagem

³⁵ Entrevista individual, RAP, 16.12.2019.

Q1) Quais são os resultados concretos alcançados no final do período de implementação da iniciativa em relação aos objetivos? Quais são os resultados não intencionais?

Q 1.2) Em que medida e de que forma é que o programa influenciou a percepção das famílias beneficiárias e comunidades em geral sobre os cuidados e desenvolvimento na primeira infância?

Q 1.3) Em que medida o programa contribuiu para mudanças positivas dos beneficiários nas seguintes áreas: desenvolvimento e relacionamento emocional, desenvolvimento integral, direitos da criança, estímulo intelectual e linguagem?

17. “Crianças, principalmente as mais vulneráveis, beneficiam de uma educação parental de qualidade sensível às questões de género, da aprendizagem precoce e da educação primária e secundária, incluindo as situações de emergência.” Este era o resultado esperado do PEP, que foi bem conseguido no sentido em que, como se demonstra na tabela 11, a capacitação de 155 famílias nas temáticas de educação parental, 45 técnicos e ativistas e 76 ONG, líderes religiosos e meios de comunicação social, contribuiu positivamente para sensibilizar as famílias para as dinâmicas de educação parental positiva, provocando mudanças de comportamento imperiosas para o desenvolvimento integral das crianças no seio destas famílias (indicador 1). De referir, ainda, a muito importante criação de uma rede de técnicos sociais e ativistas capacitados, motivados e ativos para a promoção de educação parental positiva, nas suas comunidades (indicador 2).

Tabela 11- Resultados e Produtos do PEP

Resultados: Crianças, principalmente as mais vulneráveis, beneficiam de uma educação parental de qualidade sensível às questões de género, da aprendizagem precoce e da educação primária e secundária, incluindo as situações de emergência.		
Indicador	Nível de realização	Observações
75 famílias afirmam estar mais sensíveis às questões de educação parental positiva.	Meta alcançada	91,3% das famílias beneficiárias inquiridas afirma estar mais sensível às questões de educação parental positiva. Isto corresponde a um número de 73 famílias. Adicionalmente, os dados recolhidos nos grupos focais com 24 famílias adicionais sugerem que esta meta foi largamente alcançada.
38 técnicos sociais e ativistas motivados e ativos na promoção de educação parental positiva.	Meta parcialmente alcançada	Apesar de terem sido formados 45 técnicos e ativistas, apenas 30 participaram na equipa de formação das famílias. A avaliação constatou que os níveis de motivação e iniciativa diferem muito. Contudo, de forma geral, o nível de conhecimento dos conteúdos formativos, das situações e práticas familiares em cada comunidade e a dedicação dos mesmos para com o programa é surpreendente.
Produtos: Reforço da capacidade dos pais, encarregados de educação, comunidades e educadores de proporcionar o desenvolvimento integral e de qualidade na primeira infância (estimulação precoce, aprendizagem, proteção, cuidados e nutrição).		
Indicador	Realizações	

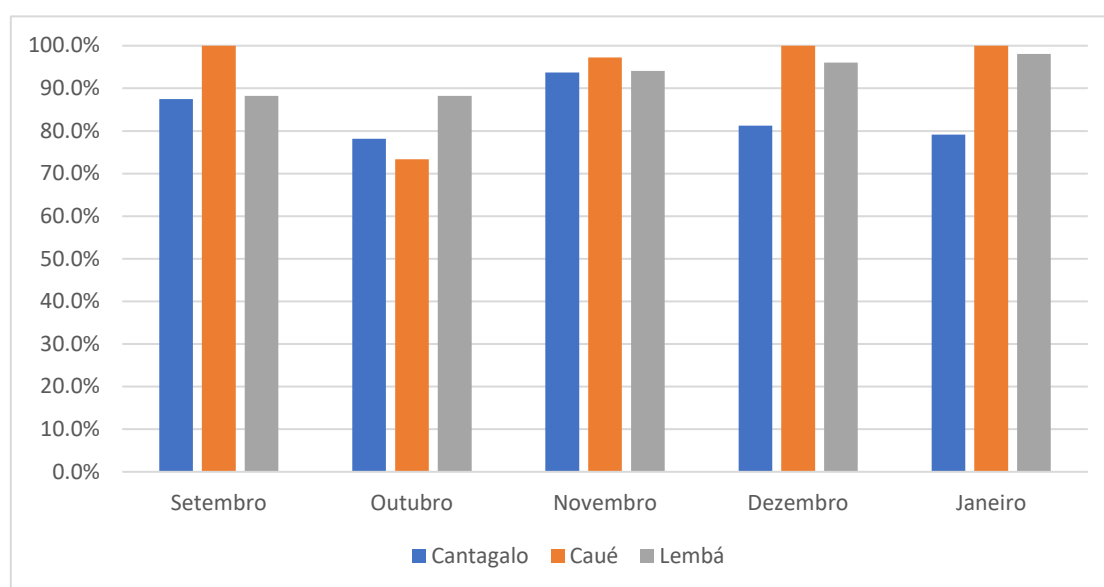
<i>100 Famílias vulneráveis participam nas ações de formação.</i>	Meta alcançada	O número de famílias capacitadas em educação parental (155 famílias) ultrapassou em muito o número previsto.
<i>40 técnicos e ativistas são capacitados em matérias de educação parental.</i>	Meta alcançada	O número de técnicos e agentes comunitários capacitados (45 técnicos e agentes) ultrapassou o número previsto.
<i>ONG, líderes religiosos e meios de comunicação social são capacitados em matérias de educação parental.</i>	Meta alcançada	Um número total de 76 ONG, líderes religiosos e meios de comunicação social foram envolvidos em seminários de sensibilização sobre o PEP, de acordo com um plano de sensibilização desenvolvido. Foram realizados 3 seminários em São Tomé (comunicação social, líderes religiosos e ONG, e agentes da saúde) e 3 na RAP (comunicação social, líderes religiosos e ONG, e agentes da saúde). Os resultados destes seminários foram a capacitação dos atores e a produção de um plano de comunicação intersectorial com mensagens-chave e estratégias eficazes para veicular às famílias.
<i>Existência de uma campanha de comunicação social com alcance das famílias mais vulneráveis.</i>	Meta parcialmente alcançada	Apesar de ter sido desenvolvida uma campanha de comunicação social, que incluiu a elaboração de mensagens-chave para serem amplamente fundidas em todas as comunidades através dos meios de comunicação locais e nacionais, assim como guiões de programas e spots para a rádio e TV, estes só foram lançados no final do PEP. A disseminação da campanha em paralelo da realização do programa de formação teria produzido um efeito mais positivo.
<i>Plano de acompanhamento individualizado de famílias em risco.</i>	Meta não alcançada	Apesar de terem sido identificados alguns casos de acompanhamento mais personalizado, não foram elaborados sistematicamente planos de acompanhamento individualizado de famílias em risco.

18. De forma geral, a avaliação constatou que o programa contribuiu para aumentar o conhecimento dos beneficiários nas áreas temáticas de educação parental – as mães, pais, avós e avôs conseguiram, de forma muito clara, explicitar várias aprendizagens adquiridas na formação nos inquéritos e grupos focais realizados, com foco na diminuição da violência e aumento de diálogo e afeto com as crianças. Relatos das crianças que participaram nos grupos focais e dos ativistas e técnicos sociais em entrevistas confirmam uma alteração nos comportamentos dos pais e mães participantes da formação resultantes das aprendizagens adquiridas no programa.

“Os resultados foram surpreendentes, porque na realidade, as mães participaram no programa imbuídas de vontade de mudança dos seus comportamentos.”³⁶

19. As famílias mostraram-se motivadas para participar na formação, o que foi demonstrado pela sua assiduidade, como se pode ver na figura 9, mesmo sabendo que não usufruiriam de nenhuma contrapartida financeira. Os participantes identificavam-se com os conteúdos da formação, que se inspiravam nos seus saberes e tradições e que tinham um carácter interativo e divertido. As sessões juntavam pessoas da comunidade que podiam partilhar experiências e trocar ideias num ambiente confortável.

Figura 8- Assiduidade Famílias PEP I

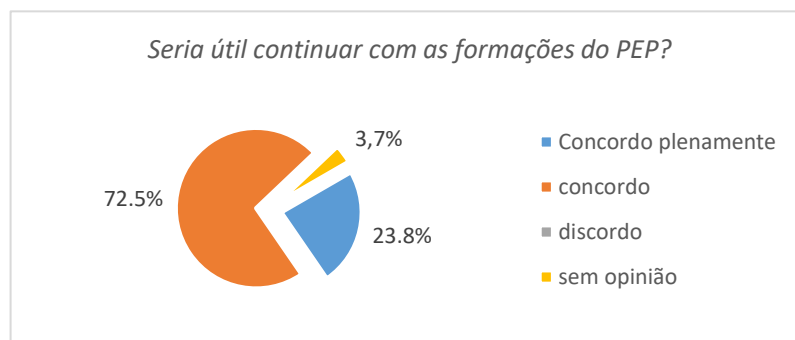


Fonte: Adaptado de Relatório Final - Programa Piloto de Educação Parental PEP – STP, 2017.

20. De acordo com o inquérito aplicado (ver figura 10), as famílias demonstraram bastante motivação para continuar com as formações (23,8% afirmaram que concordam plenamente e 72,5% afirmaram que concordam com a utilidade em continuar com as formações). Foi, ainda, identificado interesse de muitas outras famílias em integrar o programa, através dos testemunhos das famílias e dos ativistas.

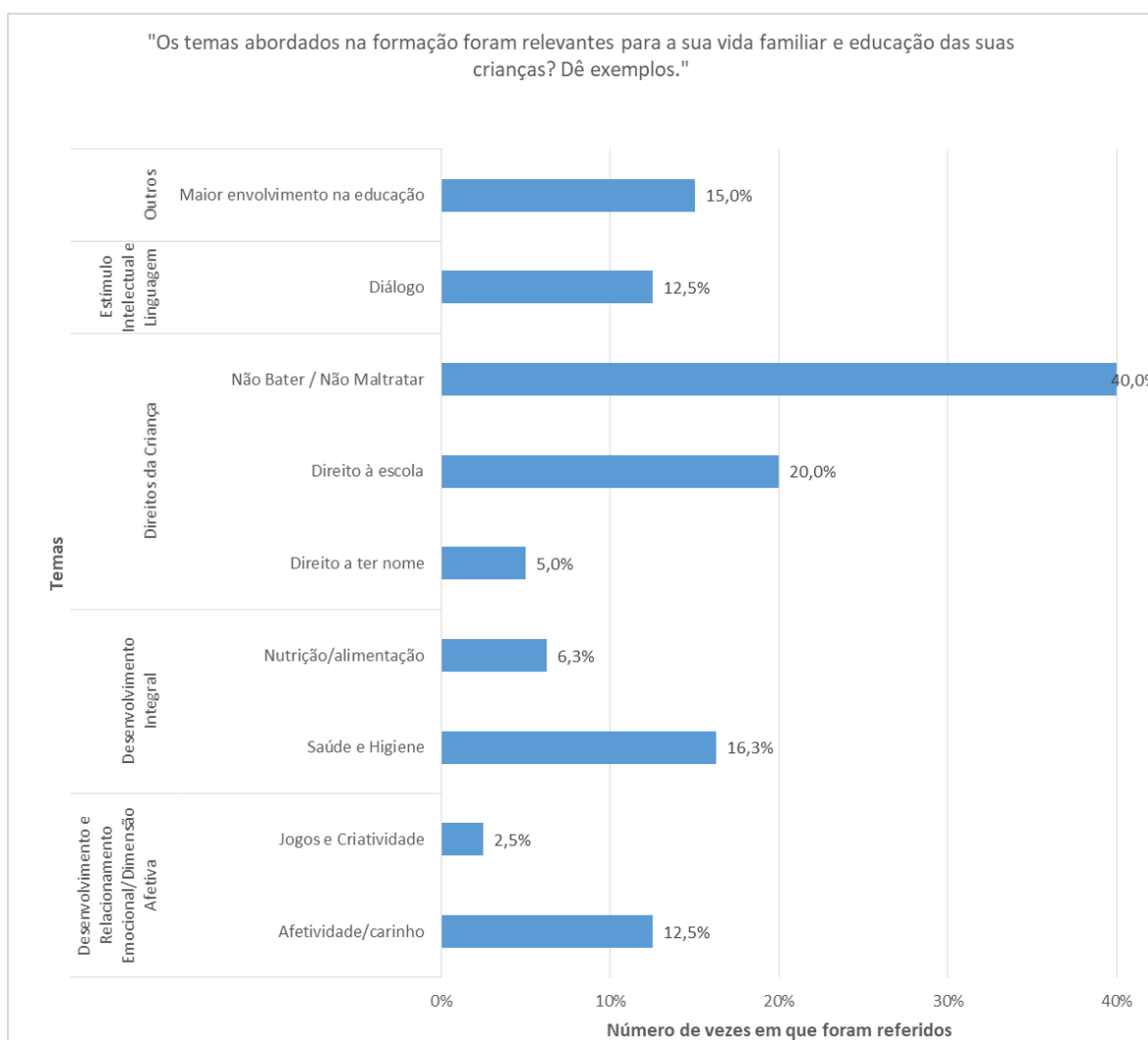
³⁶ Entrevista individual, RAP, 16.12.2019.

Figura 9- Proporção de inquiridos que consideram que seria útil continuar com as formações



21. A avaliação da formação, realizada no final da fase piloto do PEP, que reuniu feedback das famílias que participaram por forma a aferir o nível de conhecimentos adquiridos e ajustar os conteúdos de formação do alargamento do PEP, aferiu que a totalidade dos inquiridos no diagnóstico de 2017 afirmou achar a formação importante para si próprios e para as suas famílias. Da mesma forma, o inquérito ministrado pela equipa de avaliação constatou que os temas abordados na formação foram relevantes para a vida familiar dos beneficiários e para a educação das suas crianças, onde 72,5% concordaram com esta afirmação e 15% concordaram plenamente. Os temas mais relevantes para as famílias foram os direitos da criança (referido por 65% dos respondentes), e o desenvolvimento integral (22,6%), como se apresenta na figura 11.

Figura 10- Exemplos das famílias sobre os temas mais relevantes abordados para as suas vidas familiares



22. No que respeita as mudanças nos comportamentos dos beneficiários na educação das suas crianças, as famílias participantes dos grupos focais afirmaram que o programa resultou em mudanças positivas nos seus comportamentos parentais e na sua vida familiar. As famílias mostraram grande facilidade em explicar quais as mudanças resultantes das aprendizagens, referindo que aprenderam a educar as suas crianças de uma forma diferente, que inclui mais diálogo, afeto, e preocupação com o seu bem-estar.

“Antes a gente não ligava à criança, a gente ficava com criança mas não se preocupava. Depois da formação, a gente aprendeu bastantes coisas”³⁷.

23. Das famílias inquiridas, 91,2% responderam que “concordam” ou “concordam plenamente” que as formações tiveram um impacto positivo no quotidiano das suas famílias. Destas famílias, 72,5% foram

³⁷ Grupo focal Famílias, Cantagalo, 11.12.2019

capazes de referir exemplos claros das principais mudanças nos seus comportamentos que impactaram a sua vida familiar, com destaque para os direitos da criança (referido por 10% dos respondentes, com destaque para a redução da violência/maus-tratos), seguido pelo desenvolvimento integral (7,6%, com destaque para a saúde e higiene da criança), e desenvolvimento e relacionamento emocional (6,3%). 21,3% dos inquiridos não referiram exemplos concretos, mas indicaram que houve uma melhoria no relacionamento com as suas crianças. Apenas 3,8% referiram que só melhoraram o seu conhecimento e nada mais (ver figura 12).

Figura 11- Exemplos das famílias sobre as mudanças no quotidiano das famílias resultantes do PEP.

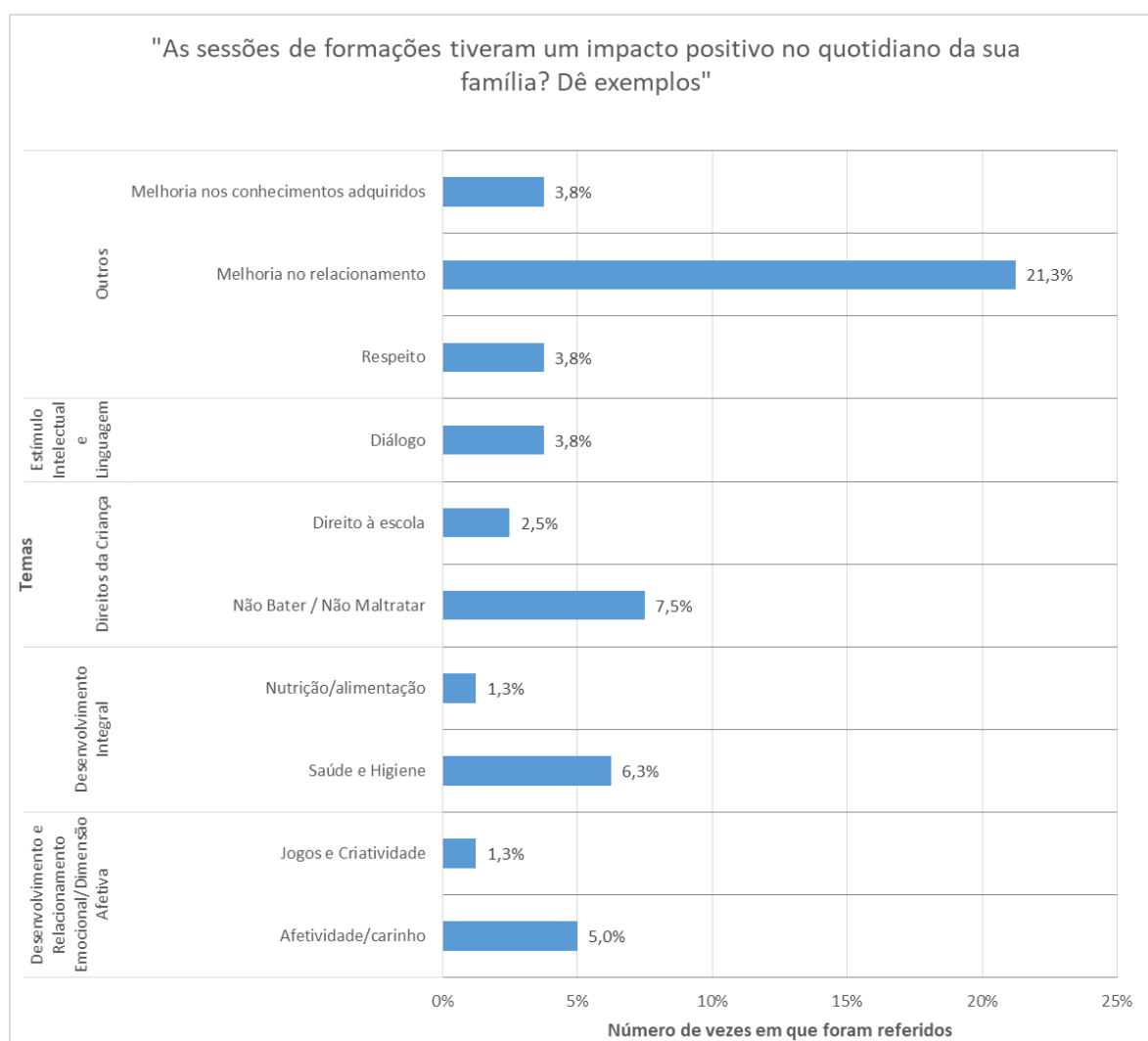


Tabela 12- Citações de mães e pais nos grupos focais sobre as mudanças na sua vida familiar

- “Eu era uma mãe frustrada, um bocadinho de coisa só e eu agito e pego criança e ninguém me podia tirar a criança da mão que eu dava na criança e na pessoa que me tentasse tirar a criança. A formação ensinou-me a criar e a educar a criança”.
- “Eu estou a superar, formar quatro filhos sem mãe, eu não bato só ameaço, troco ideias, com diálogo”.
- “O PEP trouxe alegria para mim”.
- “Antes de abrir a mochila, eu é que pergunto como correu a escola”.
- “Eu enxerguei que as crianças não tinham culpa de nada”.
- “Eu batia muito e deixei de bater”.
- “Eu era uma mãe muito malvada- dava muita “porrada”. Eu agora falo com as crianças”.
- “Agora somos mulheres empoderadas”.

24. As crianças que participaram nos grupos focais foram questionadas acerca das mudanças nos comportamentos das suas famílias, fazendo, quando possível, um exercício retrospectivo sobre como eram os seus comportamentos antes e após a formação. Estas foram unânimes em confirmar as aprendizagens das famílias e as mudanças no comportamento dos encarregados de educação, principalmente nas questões ligadas à diminuição de castigos físicos e violência com as crianças, maior frequência nas demonstrações de afeto, maior diálogo, acompanhamento mais próximo dos estudos e cuidados de saúde. As próprias crianças, algumas delas participantes de algumas formações, referiram que aprenderam que elas próprias também devem dar carinho aos seus pais e que procuram partilhar a informação com outros adultos e crianças. Contudo, quando questionadas sobre o que acontece quando existe um conflito na família, os testemunhos das crianças indicaram a que continuam expostas a conflitos familiares, como violência conjugal, e, várias pediram para falar sobre a violência por parte dos seus professores na escola, exemplificando várias práticas de castigos violentos com as crianças.

“Os professores mandam com o apagador à cabeça, batem com o chicote. As mães vão às escolas falar com eles, mas eles não ligam.”³⁸

Tabela 13- Citações das crianças nos grupos focais sobre as mudanças na sua vida familiar

- “A minha mãe batia, mas agora fala comigo”.
- “A minha mãe batia antes da formação e agora não bate mais”.
- “A minha mãe agora quer saber o que estou a estudar”.
- “A minha mãe ficava muito stressada, agora fica mais calma”.
- “Quando falava com a minha mãe, ela ficava com raiva, agora não fica mais”.

³⁸ Grupo focal crianças, Cantagalo, 11.12.2019

- “Hoje a nossa casa é diferente, porque a formação ajuda”.
- “Se aprendemos uma coisa, não a temos que a deixar só dentro de nós”

25. Os ativistas do PEP, que participaram no programa de forma totalmente voluntária e têm um papel fundamental na supervisão dos comportamentos das famílias, referiram consensualmente que identificaram mudanças positivas nos comportamentos das famílias. Grande parte das famílias mostrou ter uma maior consciência sobre a importância da educação parental para os seus filhos, que se demonstrava na formação, quando estas se autocorrigiam ou corrigiam os comportamentos de outras mães e pais.

“Houve alguns pais que mudaram totalmente o seu comportamento, mas alguns que ainda não. Agora levam mais os filhos para a escola, trazem mais para a saúde, batem menos.”³⁹

26. Contudo, referiram, ainda, que apesar de haver um número considerável de beneficiários que mudou de comportamento, existe ainda um conjunto de beneficiários cujas ações ainda não impactaram o seu comportamento no seio familiar, e acreditam que uma alteração sustentável e perene de comportamento deverá ter por base a continuidade da formação, e um acompanhamento individual mais próximo e continuado.

27. O foco inicial do programa na primeira infância (0 aos 5 anos) mostrou ser limitado para os contextos familiares, visto que as aprendizagens adquiridas pelas famílias foram utilizadas na educação das crianças nas diversas idades. Os exemplos recolhidos nos grupos focais e inquéritos demonstraram que os benefícios do conhecimento adquirido resultaram em mudanças de atitudes na educação de todos os filhos das diversas idades, não só aqueles na primeira infância. A avaliação constatou que os critérios de seleção das famílias não contemplavam a idade das crianças e que, para além disso, em cerca de 27% (42 famílias) das famílias beneficiárias do PEP não se comprovou que existiam crianças com menos de 6 anos no seio familiar. Adicionalmente, foi relatado que a participação das crianças na dinâmica formativa do programa mostrou que, embora não inicialmente prevista, a participação das crianças das famílias foi frequente, principalmente as crianças mais velhas.

28. Analisando o nível de influência do programa na perceção das comunidades sobre os cuidados e desenvolvimento na primeira infância, de referir que a pequena dimensão das comunidades no país e a interação assídua entre os habitantes das comunidades provocou uma maior disseminação da informação do programa junto das famílias não participantes. Houve inclusivamente a necessidade de se alargar o número de famílias do programa, para abarcar outras famílias que se mostraram interessadas em participar. Vários testemunhos referiram que muitas vezes os filhos e outras famílias assistiam à formação por curiosidade.

“As mães do PEP influenciam as outras positivamente. Os bairros no distrito vão passando a informação de uns para os outros.”⁴⁰

³⁹ Entrevista individual, Lembá, 6.12.2019

⁴⁰ Entrevista individual, Caué, 12.12.2019

“Só o comportamento das mães do PEP influenciou as outras a fazerem alterações na educação dos seus filhos. Agora quase toda a gente está interessada na formação.”⁴¹

29. As respostas aos inquéritos mostram que 70% “concordam ou concordam plenamente” que o PEP teve um impacto positivo na sua comunidade (nas outras famílias não participantes do PEP), enquanto que 11.2% discordam com esta afirmação e 18,8% não tem opinião. Dos exemplos recolhidos, os respondentes referiram que ensinam aos vizinhos e outras pessoas da comunidade aquilo que aprendem nas formações (17,5% dos respondentes), chamam à atenção os outros quando sinalizam algum comportamento negativo (5%), e dão conselhos aos outros (5%). Um apelo era lançado pela equipa de formação que se dirigia às famílias participantes para que partilhassem aquilo que tinham aprendido entre os membros das suas comunidades⁴², passando a assumir um papel de ativistas. Este tipo de partilha pode ter um impacto muito positivo na promoção das aprendizagens da formação junto dos seus pares e na mudança de comportamentos resultantes do programa. A literatura existente demonstra que os sistemas de apoio de pares também podem desempenhar um papel importante e positivo nas comunidades para o desenvolvimento das crianças⁴³. Este tipo de abordagem mostrou ser promissora em intervenções ligadas à sobrevivência da criança, principalmente crianças com menos de 5 anos de idade.⁴⁴

“A gente conversa com o vizinho aquilo que a gente aprende aqui. Nossa criança conta aos colegas da escola o que a mãe aprendeu.”

Algumas famílias assumem-se agora como ativistas citando um lema que aprenderam na formação “eu quero, eu posso, eu consigo.”⁴⁵

30. Foram identificados alguns resultados positivos e negativos que não foram previstos na conceção do programa. O programa criou uma base de apoio ao trabalho da DPSSF e, mais especificamente, aos técnicos sociais que, através das suas deslocações às comunidades no âmbito das formações, puderam fazer um acompanhamento mais aproximado das famílias participantes e não participantes do PEP. As intervenções nas comunidades conseguiram, ainda, promover um menor isolamento social e o estabelecimento de uma rede social fortalecida. As sessões de formação foram uma oportunidade para se criar mais amizade e união entre as pessoas da comunidade.

“Há mais diálogo com os outros na formação, há troca de ideias,”⁴⁶

“O diálogo e as relações de vizinhança na comunidade melhorou consideravelmente.”⁴⁷

⁴¹ Entrevista individual, Caué, 12.12.2019

⁴² UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.

⁴³ UNICEF: “Ending Violence against Children”, 2014.

⁴⁴ BMC Public Health: “Evaluation of the effectiveness of care groups in expanding population coverage of Key child survival interventions and reducing under-5 mortality: a comparative analysis using the lives saved tool (LiST)”, 2015.

⁴⁵ Grupos focais Famílias, Lembá e Cantagalo, 6.12.2019 e 11.12.2019

⁴⁶ Grupo focal Famílias, Cantagalo, 11.12.2019

⁴⁷ Entrevista individual, Caué, 12.12.2019

31. Por outro lado, a introdução de um programa de Atividades Geradores de Rendimento (AGR) em 2018, pelo UNICEF e DPSSF para os beneficiários do PEP, onde foram selecionadas algumas famílias para beneficiar de um apoio para a criação de pequenos negócios, gerou alguma revolta por parte das famílias não selecionadas, que, em alguns casos, deixaram de frequentar a formação. Um dos motivos registados para a revolta era a falta de clareza no processo de seleção das famílias.

“Muitas das mães que não foram selecionadas para o programa AGR ficaram muito revoltadas e deixaram de frequentar a formação.”⁴⁸

“Na comunidade de Yô Grande, as famílias revoltaram-se contra a única beneficiária do programa AGR.”⁴⁹

Q1.4) Em que medida o PEP contribuiu para melhorar a frequência e a retenção de crianças na escola?

32. A avaliação constatou, através da aplicação dos inquéritos, que a grande maioria das crianças em idade escolar pertencentes às famílias do PEP frequentam a escola (93,8%). Por outro lado, e por forma a entender se o PEP contribuiu para melhorar a frequência das crianças na escola, os inquiridos foram questionados sobre se as suas crianças em idade escolar estavam na escola antes do início do programa, e 88,8% afirmaram que sim, o que revela um aumento de 5,6% de famílias cujas crianças começaram a frequentar a escola como resultado da formação (ver figuras 13 e 14)

Figura 12- Proporção de famílias PEP cujas crianças em idade escolar vão à escola

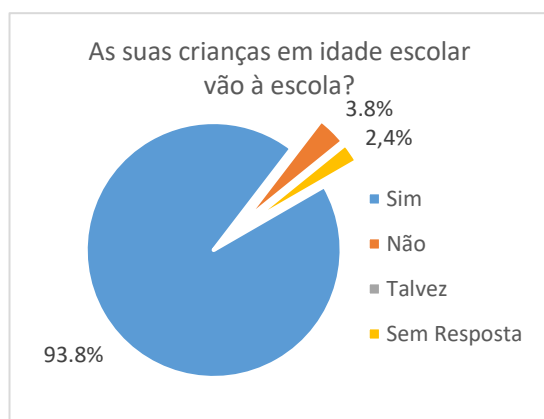
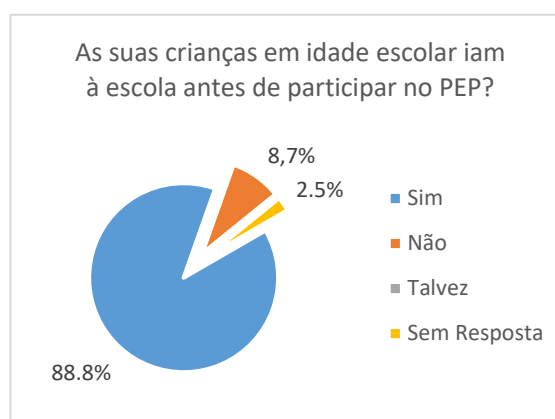


Figura 13- Proporção de famílias PEP cujas crianças em idade escolar iam à escola antes do PEP



33. Nos grupos focais, as famílias referiram que atualmente tinham todos os filhos em idade escolar a frequentar a escola, e todas as crianças dos grupos focais afirmaram frequentar a escola. Contudo, testemunharam que houve casos em que algumas famílias tinham filhos em idade escolar fora da escola antes do programa.

⁴⁸ Entrevista individual, Caué, 12.12.2019

⁴⁹ Entrevista individual, Caué, 12.12.2019

“Eu tinha um filho de 15 anos que nunca foi para a escola e estava com a avó. Depois da formação, eu fui buscá-lo à avó e ele começou a ir para a escola e agora está na 1ª classe e já sabe escrever o nome dele. Eu senti na escola parental que tinha que cuidar dele.”⁵⁰

34. Quando questionados sobre o acompanhamento das crianças na escola, as famílias referiram que mostram mais interesse em saber do aproveitamento escolar das crianças, preparam as crianças para ir para a escola, e fazem mais perguntas sobre a escola. Contudo, não foi possível comprovar melhorias significativas ao nível da retenção escolar.

“Agora, antes dos meus filhos abrirem a mochila, eu é que pergunto como correu a escola.”

“Todos os dias tenho que saber o que a minha filha fez na escola e ensiná-la que deve ser independente.”⁵¹

Q2) Quais são os fatores facilitadores e/ou barreiras identificados para a eficaz implementação do PEP?

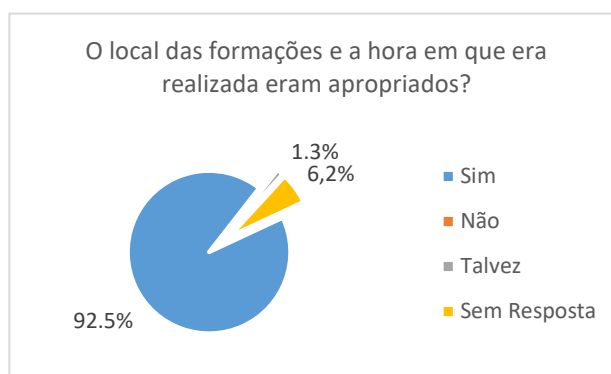
35. A estrutura do programa (ciclo investigação-ação), face às necessidades dos grupos-alvo e a construção dos materiais de formação ajustada ao contexto tiveram um papel preponderante na implementação do PEP. A formação dos técnicos e ativistas, mais especificamente, e dos agentes comunitários, no seu geral, criaram uma rede de apoio muito relevante para o trabalho comunitário e nacional de educação parental. O registo da sua assiduidade nos relatórios de monitorização do programa, quer nas sessões de formação com as famílias quer nas sessões de formação da equipa de Implementação reforçam esta constatação.
36. O formato das formações, com um carácter interativo e contextualizado, cativou a participação e assiduidade das famílias beneficiárias, permitindo-lhes adquirir conhecimentos que resultam em comportamentos educativos mais adequados ao bom desenvolvimento das crianças. A metodologia de investigação-ação utilizada para a formação, que progride num processo de planificação, reflexão, ação, permitiu, igualmente, avaliar e refletir se os conhecimentos tinham sido adquiridos.
37. A frequência⁵² e horários da formação foram selecionados em concertação com as famílias beneficiárias, ativistas e técnicos sociais. Os inquéritos realizados demonstraram que tanto os locais selecionados como os horários das formações eram adequados para a participação das famílias, o que também se demonstra pela sua assiduidade (ver figura 15).

⁵⁰ Grupo Focal Famílias, Cantagalo, 11.12.2019

⁵¹ Grupo Focal Famílias, Cantagalo. 11.12.2019

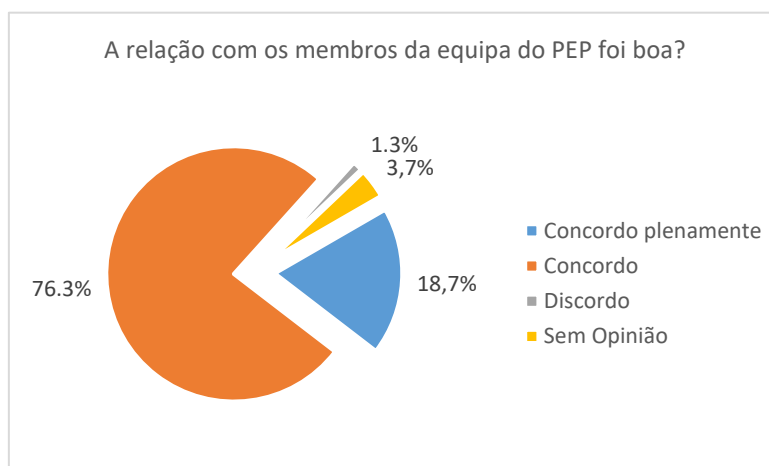
⁵² Uma sessão por semana no PEP I e duas sessões no PEP II.

Figura 14- Respostas dos inquéritos sobre o local e formações do PEP



38. No que respeita a duração das sessões de formação, entrevistas com a equipa implementadora do programa indicam que a duração das sessões de formação era curta, e se tivessem mais tempo poderiam identificar mais falhas e mais necessidades nos beneficiários.⁵³
39. A relação com os membros da equipa de implementação com as famílias também mostrou ser positiva, de acordo com os dados recolhidos. 95% dos inquiridos referiram “concordar” ou “concordar plenamente” com esta afirmação (ver figura 16), referindo que os membros da equipa eram bons formadores (16,3% dos respondentes que referiram exemplos), mantinham boas relações (13,8%) e davam bons conselhos (3,8%).

Figura 15- Respostas dos inquéritos sobre a relação com os membros da equipa do PEP



40. Uma das barreiras identificadas na implementação do programa foi a centralização dos técnicos sociais na cidade capital e a falta de recursos humanos de forma generalizada na DPSSF. Uma das dimensões do programa seria o acompanhamento individual das famílias, onde seriam identificadas famílias e/ou crianças em risco. Contudo, esta atividade não foi implementada por falta de recursos especializados⁵⁴ que fizessem um acompanhamento das necessidades das famílias.

⁵³ UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.

⁵⁴ Existem atualmente distritos com apenas 1 a 2 técnicos sociais.

“Foi identificada uma situação de violência em Cantagalo, mas como não houve recetividade por parte da mãe, não se conseguiu fazer nada.”⁵⁵

41. Adicionalmente, foi constatado que o programa não possuía nenhum plano de intervenção específico para famílias que enfrentam situações mais complexas (como problemas graves de álcool, por exemplo), para que estas possam usufruir de um acompanhamento mais frequente.
42. No âmbito da implementação do programa registou-se, como referido anteriormente, que algumas regiões do programa sofreram maiores desafios no que respeita a interação com a equipa de implementação. Um consenso generalizado sobre um menor acompanhamento por parte da equipa de implementação no distrito de Caué e na RAP (regiões mais remotas), onde as famílias inquiridas e os ativistas entrevistados referiram que há pouca coordenação com o DPSSF⁵⁶, nomeadamente falta de comunicação, poucos encontros e pouco tempo de aviso para a programação das atividades⁵⁷.
43. Por outro lado, a não existência de um sistema de monitoria contínuo do PEP, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos constituiu um grande impedimento para aferir os reais resultados e o impacto do programa nas famílias beneficiárias. Ao nível das atividades e produtos, apesar de terem sido criados alguns instrumentos para registo das sessões de formação⁵⁸, não se conseguiu verificar registos por parte dos formadores das presenças dos participantes, atividades desenvolvidas, avaliação dos formandos. No que respeita os resultados esperados, não se verificou a criação de instrumentos que permitam registar a evolução dos indicadores de resultados e/ou de impacto, nomeadamente no que respeita o número de famílias mais sensíveis às questões de educação parental, ou a proporção de crianças que desfrutam dos seus direitos à educação. Também não foram desenvolvidas metodologias para medir os indicadores junto dos beneficiários. Por outro lado, foram produzidos alguns relatórios de atividades do programa que relatavam as atividades desenvolvidas junto dos beneficiários, assim como um conjunto de apreciações e recomendações sobre o programa.
44. A informação existente relativa aos dados de base do programa (*baseline*) mostrou ser bastante limitada, no sentido em que foi apenas aplicado um questionário de diagnóstico (Pré-teste) a algumas das famílias beneficiárias em São Tomé, antes do início da implementação das atividades do PEP II, com o objetivo de testar os seus conhecimentos. Contudo, dados específicos sobre as práticas parentais, como por exemplo a frequência das crianças na escola, não foram recolhidos, por forma a poder-se ajustar a intervenção e analisar a mudança de comportamento resultante do programa. O conhecimento do cenário de base poderia ter apoiado o PEP a entender de que forma as práticas dos beneficiários mudaram ao longo do programa.

⁵⁵ Entrevista individual, São Tomé, 11.12.2019.

⁵⁸ Caderno de registo

45. Por último, não foi criada uma base de dados do PEP com informação sistematizada de todos os beneficiários. Apesar de ter sido criado um registo de caracterização das famílias beneficiárias envolvidas no PEP, com dados sobre o género, idade, estado civil, ocupação, alfabetização e número de filhos, teria sido relevante fazer também o registo informação sobre os critérios de seleção, atividades em que participaram e situação de cada criança (género, registo, frequência da escola, aproveitamento escolar, crianças portadoras de deficiência, entre outros). No terreno, foram também identificadas algumas inconsistências em relação ao registo dos beneficiários ou aos conhecimentos dos técnicos sociais e ativistas sobre os beneficiários do seu distrito. Por exemplo, na comunidade de Ribeira Peixe, no distrito de Caué, havia registo de 5 famílias beneficiárias do PEP, contudo, no terreno vários entrevistados referiram à equipa de avaliação que não tinham conhecimento da existência de famílias beneficiárias nesta comunidade.

Q3) Em que medida as partes interessadas e beneficiários foram envolvidos apropriadamente no desenvolvimento das atividades?

46. A avaliação constatou que o UNICEF e o parceiro de implementação utilizaram uma abordagem participativa na conceção do programa de formação, através da utilização da metodologia de investigação-ação, que procurou ajustar os conteúdos ao contexto e aos participantes. A participação ativa dos intervenientes, nomeadamente os beneficiários, formadores, ativistas nas comunidades e outras entidades governamentais envolvidas, foi utilizada para identificar as características das famílias beneficiárias, assim como as maiores preocupações e dificuldades das comunidades. Permitiu, ainda, o ajuste dos conteúdos de cada temática às vivências dos próprios beneficiários, para que possam ser, por sua vez, replicados nas suas vidas familiares.

“Pela primeira vez, tiveram um programa em que os beneficiários eram os próprios atores da formação. As famílias vulneráveis sentiam-se “gente”, e podiam explorar suas emoções.”⁵⁹

47. Contudo, não se registou a existência de mecanismos de feedback dos beneficiários sobre a formação no decurso da implementação do programa, por forma a possibilitar a correção de alguns aspetos, com exceção da avaliação da formação levada a cabo no final do PEP piloto. O relatório final do PEP⁶⁰ faz referência a reuniões periódicas com a equipa de implementação do programa, por forma a monitorizar as atividades desenvolvidas pelos técnicos junto das famílias.

Q3.1) Em que medida o programa oferece uma alternativa complementar aos programas existentes para famílias vulneráveis e seus filhos? Existem lacunas não cobertas por outros parceiros ou pelo governo?

48. A complementaridade entre as diferentes intervenções dos parceiros no país, destinadas a combater as diversas privações das crianças, é uma prioridade do UNICEF, sendo “uma das estratégias mais importantes para garantir apoio eficiente e eficaz ao Governo nas áreas de proteção social”⁶¹, pelo que se

⁵⁹ Entrevista individual, São Tomé, 5.12.2019

⁶⁰ UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.

⁶¹ UNICEF: “UNICEF Annual Report”, 2018.

procurou explorar modelos integrados de atividades intersectoriais para serem apropriados pelo governo, com o apoio dos parceiros.

49. Neste sentido, o PEP apresenta pontos de interseção com outros programas a nível nacional, nomeadamente o Programa dos Primeiros 1.000 Dias Mais Críticos, que focaliza o acesso aos serviços de nutrição e saúde e articulação com a proteção social, com o objetivo de que todas as crianças tenham um começo de vida saudável e o desenvolvimento que as ajude a atingir o seu potencial pleno; e com o programa de transferências monetárias do Programa Mães Carentiadas do Banco Mundial. Várias famílias beneficiárias deste programa de transferências monetárias estiveram envolvidas na fase piloto e no alargamento do PEP. Estes programas apresentam intervenções complementares em termos de proteção social, que visam promover abordagens holísticas em benefício das famílias e crianças mais vulneráveis.
50. Em termos de lacunas identificadas no âmbito dos programas de proteção social e educação parental, identificou-se a necessidade de coordenação de programas ligados à geração de rendimentos das famílias. Recomendações internacionais dão conta de que “a educação parental das famílias mais carentiadas não pode ser desvinculada de outras ações que visam reforçar as suas capacidades económicas”⁶². Como se trata de famílias vulneráveis com níveis de pobreza acentuados, algumas das aprendizagens adquiridas no programa de educação parental podem unicamente ser postas em prática se as famílias tiverem recursos financeiros para o fazer, nomeadamente no que respeita a alimentação, saúde, retenção escolar das crianças, entre outros. Esta dimensão foi explorada com o programa AGR, como uma tentativa de encontrar uma forma de aliviar o sofrimento das famílias em termos económicos e foi aplicada a alguns dos beneficiários do PEP⁶³, contudo, havendo o tempo e recursos financeiros para tal, teria sido importante alargar o escopo às restantes beneficiárias.
51. Aliar o programa de transferências monetárias ao PEP de forma estruturada poderia trazer grandes benefícios para ambos os programas. Alguns relatos indicaram que se todas as famílias beneficiárias do PEP puderem usufruir de algum apoio financeiro condicionado à participação nas formações de educação parental, serão criados meios para uma melhor aplicação real dos conhecimentos adquiridos na formação⁶⁴. O nível de participação e assiduidade das famílias beneficiárias no PEP, sem qualquer contrapartida financeira, demonstrou que a sua motivação deriva de um interesse genuíno em adquirir conhecimentos sobre a educação das suas crianças.
52. Adicionalmente, sinergias com o Programa Escolas Amigas das Crianças, promovido pelo UNICEF, poderão ser explorada por forma a apoiar a disseminação do PEP junto dos professores e das crianças⁶⁵.

Q3.2) Em que medida a abordagem intersectorial e as parcerias estabelecidas promoveram ou prejudicaram a obtenção dos resultados esperados?

⁶² António Neto-Mendes e Gabriela Portugal: “Educação, culturas e cidadania das crianças: Livro de Atas do IV Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância & I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação”, 2019.

⁶³ 58 Beneficiários.

⁶⁴ Entrevista individual, skype, 29.12.2019

⁶⁵ Entrevista individual, skype, 29.12.2019

53. O desenho do PEP contemplava uma abordagem intersectorial, que envolvesse em simultâneo a formação das famílias, uma campanha massiva de comunicação parental⁶⁶, e o envolvimento de diferentes atores da saúde, educação, que permitisse trabalhar mais vertentes intersectoriais, como a divulgação das mensagens-chave nos hospitais, escolas, fazendo ligações com os restantes programas, como o programa Escolas Amigas das Crianças. Contudo, o reduzido tempo do programa foi impeditivo para a realização de uma abordagem intersectorial eficaz, como se demonstra nos parágrafos seguintes.
54. O PEP foi bem-sucedido em envolver os “fazedores de opinião e multiplicadores”, sinalizados previamente pela DPSSF e UNICEF (nomeadamente atores da saúde, educação, religião, comunicação social) em seminários de sensibilização do PEP II e no processo de desenvolvimento de mensagens-chave, contudo, este processo não teve continuidade no sentido em que os mesmos não voltaram a ser envolvidos nas sessões de formação, ou em outras atividades de disseminação de informação, que permitissem ao grupo contribuir para este processo de formação.
55. O mesmo aconteceu com o envolvimento da comunicação social, onde apenas no final do programa de formação foram transmitidos os *spots* de rádio e televisão. No grupo focal realizado com os meios de comunicação social foi referida importância de um maior envolvimento das rádios comunitárias no programa⁶⁷, da Rádio Regional do Príncipe e da Televisão Santomense nas formações, assim como um maior número de formações para os agentes de comunicação social. Para este efeito, o desenvolvimento de um plano de comunicação que incluía todos os sectores da comunicação social, nomeadamente, a Rádio Nacional e outras rádios existentes, a Televisão Nacional e privadas, e as Agências de Informação seria relevante na fase de conceção do programa, assim como o estabelecimento de pontos focais de comunicação nas comunidades, que assegurem a disseminação da informação junto dos mais variados pares.
56. No que respeita às parceiras da sociedade civil, foram estabelecidas algumas parceiras com ONG e entidades religiosas para prestarem auxílio no terreno, de forma menos estruturada. A falta de recursos técnicos e logísticos nas comunidades poderia ter sido apoiada com uma maior intervenção dos atores da sociedade civil nas comunidades.

Conclusões preliminares do critério eficácia

Conclusão	Parágrafo correspondente
ECA1: O PEP foi mais eficaz na implementação da componente 2) Formação de grupos de pais; do que nas restantes componentes relativas à comunicação social e acompanhamento individual pelos técnicos sociais, onde se perdeu o foco devido ao tempo e recursos disponíveis.	Parág. 13

⁶⁶ Especialmente para envolver os pais (homens).

⁶⁷ Apesar de muitas rádios comunitárias não estarem em funcionamento neste momento, por razões diversas (falta de recursos, problemas com equipamentos, etc.)

<p>ECA2: O programa foi eficaz na sensibilização e na melhoria do conhecimento dos beneficiários nas áreas temáticas de educação parental, nomeadamente nas temáticas dos direitos das crianças e desenvolvimento integral. Os conteúdos utilizados foram particularmente cativantes para a motivação das famílias, o que se comprovou com a sua assiduidade e vontade de continuar a formação.</p>	<p>Parág. 18 -21</p>
<p>ECA3: As evidências sugerem que o PEP contribuiu para mudanças positivas nos comportamentos dos beneficiários no que respeita a educação das suas crianças, nomeadamente na melhoria do relacionamento em geral, práticas de saúde e higiene, demonstrações de afetividade/carinho, e na redução de práticas de violência.</p>	<p>Parág. 22-24</p>
<p>ECA4: As evidências sugerem que, para além da influência das famílias beneficiárias, o PEP teve influência nas restantes comunidades provocada pela disseminação de informação por parte dos próprios beneficiários.</p>	<p>Parág. 28-29</p>
<p>ECA5: Em termos de resultados inesperados, as intervenções nas comunidades conseguiram promover um menor isolamento social, e o estabelecimento de uma rede social fortalecida, com possibilidade de maior intervenção dos técnicos sociais, que no âmbito do programa tinham acesso mais frequente às comunidades. Por outro lado, o processo de seleção dos beneficiários do programa AGR gerou alguma revolta por parte das famílias não selecionadas, que, em alguns casos, deixaram de frequentar a formação.</p>	<p>Parág. 30-31</p>
<p>ECA6: O programa teve um impacto positivo na frequência das crianças na escola, embora não se tenha registado uma grande evolução, visto que a maioria das crianças em idade escolar das famílias já se encontravam a frequentar a escola antes do projecto.</p>	<p>Parág. 32-34</p>
<p>ECA7: Uma das barreiras identificadas na eficácia do programa foi a centralização dos técnicos sociais em São Tomé e a falta de recursos humanos de forma generalizada na DPSSF, que prejudicaram a implementação das atividades de acompanhamento individual das famílias em risco.</p>	<p>Parág. 40</p>
<p>ECA8: A falta de um sistema de monitoria contínuo do PEP, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos constitui um grande impedimento para aferir os reais resultados e o impacto do programa.</p>	<p>Parág. 43</p>
<p>ECA9: O programa de educação parental não se pode desvincular da necessidade de coordenação com programas ligados à geração de rendimentos das famílias.</p>	<p>Parág. 50</p>
<p>ECA10: Ao nível de parcerias, constatou-se a relevância do envolvimento estruturado dos “fazedores de opinião e multiplicadores”, assim como dos meios de comunicação social em seminários de sensibilização. Contudo, foram identificados alguns constrangimentos ao nível da continuidade do seu envolvimento nas restantes atividades do programa.</p>	<p>Parág. 53-56</p>

3.3. EFICIÊNCIA

Q1) Em que medida os recursos financeiros, humanos e patrimoniais foram:

- *Suficientes (em quantidade) em relação às necessidades identificadas e aos resultados esperados?*
- *Adequados (em termos de qualidade) em relação aos resultados esperados?*
- *Implementados atempadamente?*

Q2) Em que medida os mesmos resultados poderiam ser alcançados por outras alternativas menos dispendiosas?

Q3) Quais são os fatores de gestão que favoreceram ou prejudicaram a eficiência do programa?



Figura 16- Grupo Focal com Meninas em Ribeira Afonso

Q1) Em que medida os recursos financeiros, humanos e patrimoniais foram:

- Suficientes (em quantidade) em relação às necessidades identificadas e aos resultados esperados?
- Adequados (em termos de qualidade) em relação aos resultados esperados?
- Implementados atempadamente?

57. O desenho do programa provou ser eficiente em termos de adequação de recursos para a implementação das atividades previstas e o alcance dos resultados esperados em termos de reforço da capacidade dos pais, encarregados de educação, comunidades e educadores para proporcionar um desenvolvimento integral e de qualidade às crianças.

58. De acordo com os dados fornecidos até ao momento pelo UNICEF, conseguimos aferir que no período de 2016 a 2018, foi utilizado o valor de 50.356,54 USD no programa⁶⁸ (ver tabela 14).

Tabela 14- Despesas do programa (em US \$), 2016-2018

Ano	Despesas
2016 – 2017 (PEP I)	23 053,33
2017- 2018 (PEP II)	27 303,21
Total	50 356,54

59. O programa foi implementado por uma pequena equipa da DPSSF: cerca de 6 colaboradores do DPSSF na fase piloto e 10 colaboradores na fase de alargamento em São Tomé e na RAP, como se apresenta na tabela 15, incluindo um coordenador geral e três coordenadores distritais em São Tomé, e dois coordenadores na RAP. Contaram, ainda, com o apoio de uma técnica voluntária internacional/consultora e a supervisão das responsáveis da Educação e da Políticas Sociais do UNICEF. Os colaboradores da DPSSF combinavam as suas responsabilidades na organização e implementação do PEP, com as suas restantes responsabilidades no âmbito das suas funções.

Tabela 15- Número de elementos da equipa de implementação

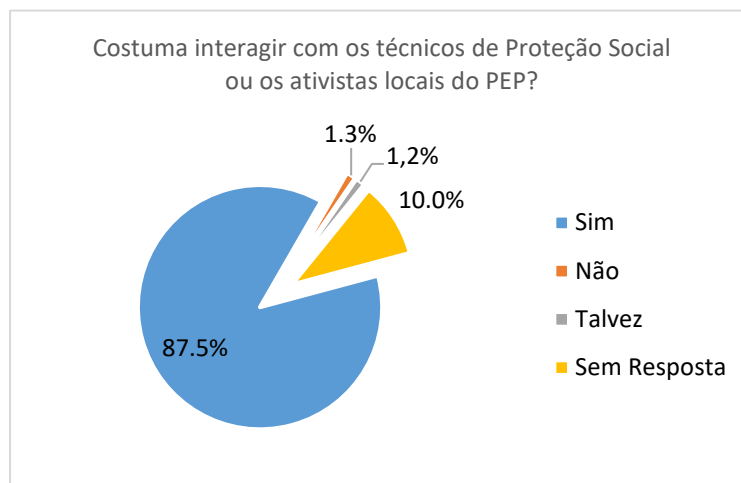
Entidade	Equipa					
	PEP I			PEP II		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DPSSF	6	2	4	13	3	10
Líderes comunitários/ativistas	8	6	2	21	13	8

60. Os ativistas recrutados, que apoiaram as atividades de formação e acompanhamento das comunidades, apesar de serem em número superior, participaram de forma voluntária no desenvolvimento das atividades, tentando compatibilizar as suas responsabilidades no programa com as suas ocupações quotidianas. Os inquéritos realizados com as famílias beneficiárias relevaram o elevado grau de interação

⁶⁸ Não se conseguiu ainda obter os valores relativos às despesas realizadas/taxa de realização por parte do UNICEF. Estes seriam elementos importantes para analisar o critério de eficiência.

entre estas e os ativistas ou técnicos sociais no âmbito do PEP. Cerca de 87,5% relevou ter uma interação frequente com os técnicos ou ativistas (ver figura 18).

Figura 17- Interação dos beneficiários com os técnicos e ativistas do PEP



61. O programa foi eficiente no uso de estruturas existentes, na sua grande maioria, para ministrar as formações, nomeadamente nos centros comunitários e escolas locais. Alguns exemplos de locais utilizados para a formação são apresentados nas figuras 20 e 21. A utilização dessas estruturas terá contribuído para a redução dos custos do programa.



Figura 19- Escola Yô Grande



Figura 18 - Centro Comunitário Porto Real

62. Os custos com pessoal são cobertos principalmente pelos orçamentos governamentais, com exceção da consultoria contratada para apoio implementação do programa (com um peso de cerca de 55% das despesas totais). O programa não criou nenhuma estrutura específica para a sua implementação, mas procurou fortalecer a estrutura existente do governo para este efeito, reforçando as capacidades da DPSSF. Contudo, os maiores custos do programa estão ligados às deslocações dos técnicos e das famílias beneficiárias no terreno (cerca de 32% das despesas totais do programa).

63. Numa perspetiva de custo-eficácia, foram utilizadas abordagens economicamente eficazes, nomeadamente na seleção de materiais de apoio às formações de carácter simples e económico, procurando a reutilização de materiais existentes, linguagem gestual, música e dramatização, para que esta pudesse ser reproduzida pelas próprias famílias e em futuras ações. O peso das despesas de materiais de apoio e pontuais alugueres de salas foi de 6% das despesas totais.
64. Fazendo uma análise do orçamento para a implementação do PEP, apresentado na tabela 14, conclui-se que o programa teve um custo médio de 325 USD por família beneficiária. Estes custos são comparáveis aos de outros programas de parentalidade, como por exemplo o Programa *Parenting for Lifelong Health: Sinovuyo Teen*⁶⁹, implementado na África do Sul, desenvolvido como parte da Iniciativa *Parenting for Lifelong Health* da Organização Mundial de Saúde (OMS) e UNICEF. No seu período piloto, o programa sul-africano teve um custo por pessoa de 135 USD ou de 504 USD por família, onde os custos com o pessoal representaram cerca de 58% do valor global. Contudo, no caso de uma expansão, foi previsto que os custos estimados conseguiriam ser reduzidos para 266 USD por família⁷⁰. Com efeito, estudos sugerem que os programas de educação parental produzem resultados positivos, mas ainda há pouca informação disponível sobre a relação custo-benefício⁷¹.
65. Por fim, em termos de planificação do programa, no seu geral, o PEP foi implementado de acordo com o cronograma, tanto no programa piloto como no alargamento, tendo realizado a maior parte das atividades previstas, com exceção das atividades ligadas ao acompanhamento individualizado das famílias. Contudo, vários testemunhos nas entrevistas individuais alertaram para o facto de o tempo programado ter sido curto, e que com mais tempo teria sido possível ajustar melhor os conteúdos ao contexto e promover uma estratégia integrada mais eficaz com diferentes atores que veiculam as mensagens chave às famílias (hospitais, escolas, meios de comunicação social e líderes religiosos)⁷². A avaliação constatou que na Região Autónoma do Príncipe, o tempo do programa foi especialmente limitado. Apesar de terem cumprido com as atividades planeadas, tiveram que fazer uma redução da carga horária de formação, porque só tiveram 20 dias para ministrar a formação, ao contrário dos dois meses inicialmente planeados⁷³.

Q3) Quais são os fatores de gestão que favoreceram ou prejudicaram a eficiência do programa?

66. A avaliação encontrou algumas barreiras na eficiência da implementação do programa. Relatos de entrevistas individuais apontam para alguma falta de coordenação entre a DPSSF e os ativistas, devido a questões de menor presença dos coordenadores em alguns distritos de mais difícil acesso, falta de partilha de informação, e ausência de aviso prévio para mobilização das famílias para o desenvolvimento de atividades.

⁶⁹ Com o objetivo desenvolver evidências para melhorar as práticas parentais e prevenir o risco de maus-tratos infantis.

⁷⁰ BMJ Glob Health: "Cost and cost-effectiveness of a parenting programme to prevent violence against adolescents in South Africa", 2019

⁷¹ BMJ Glob Health: "Cost and cost-effectiveness of a parenting programme to prevent violence against adolescents in South Africa", 2019

⁷² Entrevista individual, Skype, 29.12.2019.

⁷³ Ver mais informação sobre esta evidência no critério Sustentabilidade.

67. Alguns constrangimentos foram levantados pelos entrevistados em questões ligadas às deslocações para os distritos e comunidades, assim como, desmotivação de alguns ativistas por não receberem contrapartidas para o investimento do seu tempo na formação e acompanhamento das famílias. Relatos das entrevistas demonstram a necessidade de garantir o envolvimento dos ativistas nas atividades do programa, que detém um papel preponderante no conhecimento da realidade local e das famílias, assim como no acompanhamento e reforço da capacitação dos beneficiários. O processo de angariação de ativistas deverá passar por pensar numa estratégia de reconhecimento remuneratório de cariz simbólico, que garanta a sua disponibilidade para o programa.

“Alguns ativistas têm outros afazeres e quando são convocados para reuniões com as mães não têm disponibilidade.”⁷⁴

“No início viram muita motivação dos ativistas, mas como não recebem nenhuma remuneração para motivar, só alguns ficaram mais ativos.”⁷⁵

68. Os serviços da DPSSF estão bastante centralizados na capital, não havendo recursos logísticos distritais. Os coordenadores distritais também trabalham a partir da capital, efetuando deslocações frequentes aos distritos. As deslocações ao terreno são efetuadas em transporte pago (mota ou táxi), através de um subsídio mensal que, segundo relatos, sofre atrasos significativos. Existia, no momento da implementação do programa, apenas uma viatura de serviço utilizada esporadicamente em deslocações com os técnicos⁷⁶. Este problema foi resolvido através da atribuição de subsídios de deslocação aos técnicos, para se poderem deslocar no âmbito do programa. O facto de não existirem condições ao nível de recursos humanos e logísticos ao nível dos distritos/comunidades reflete-se negativamente nos custos de implementação do programa, e na capacidade de supervisão e acompanhamento das atividades. Estes constrangimentos locais também contribuíram para as dificuldades encontradas na realização das atividades de acompanhamento individualizado de famílias em risco.

69. As entrevistas na RAP revelaram alguma insatisfação por parte dos técnicos de proteção social devido a falat de meios para deslocação no terreno para realizarem os seus trabalhos. Houve, no decorrer da realização do programa, falta de comunicação e alguns constrangimentos nos recursos financeiros, materiais e humanos.

70. Ao nível da eficiência na gestão do programa, as estruturas governamentais que vêm gerindo este processo, nomeadamente a DPSSF, não obstante a vontade de fazer mais, na realidade não têm condições, quer em termos de recursos financeiros, quer materiais, quer humanas. O reforço estrutural de gestão deste processo é condição fundamental para o sucesso das ações futuras.

Q2) Em que medida os mesmos resultados poderiam ser alcançados por outras alternativas menos dispendiosas?

⁷⁴ Entrevista individual, Lembá, 6.12.2019.

⁷⁵ Entrevista individual, Lembá, 6.12.2019.

⁷⁶ UNICEF: “Diagnóstico organizacional e funcional da Direção da Proteção Social e da Solidariedade do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, 2016

71. Vários relatos recolhidos nas entrevistas individuais apontaram para a necessidade do fortalecimento da presença da DPSSF ao nível dos distritos e comunidades para a implementação das atividades do PEP, que permitiria a redução de um custo significativo do programa: as deslocações. Alternativamente, seria importante trabalhar a articulação com entidades e atores locais, como por exemplo as câmaras distritais, educadores e professores e/ou ONG estabelecidas localmente, que possam colmatar a capacidade reduzida da DPSSF⁷⁷. No caso dos professores e educadores, a sua cobertura geográfica e a interação frequente com os pais poderia facilitar a cobertura do programa, uma questão que não foi bem explorada no programa.
72. Uma maior sinergia entre o PEP e o Programa de transferências monetárias do Banco Mundial poderia, certamente, ter trazido benefícios em termos de otimização de recursos humanos e financeiros, em termos de deslocações ao terreno, ações conjuntas desenvolvidas, e recrutamento e capacitação dos técnicos da DPSSF.

Conclusões preliminares do critério eficiência

Conclusão	Parágrafo correspondente
EFI1: A utilização dos recursos disponíveis mostrou ser eficiente para o alcance dos objetivos, no seu cômputo geral. Em particular, o programa fez um uso eficiente do staff pois não criou nenhuma estrutura específica para a sua implementação, mas procurou fortalecer a estrutura existente do governo para este efeito, reforçando as capacidades da DPSSF. O mesmo aconteceu com as restantes despesas, por exemplo na reutilização de materiais de formação e utilização de locais de formação disponibilizados por entidades do governo ou sociedade civil nas comunidades.	Parág. 61-63
EFI4: Concluiu-se que o custo do programa por beneficiário (325 USD) não difere muito de outros programas similares na região.	Parág. 64
EFI5: Registou-se que o tempo para a realização das atividades foi curto, principalmente para permitir um maior acompanhamento individual das famílias, e a implementação eficaz de uma estratégia integrada com diferentes atores que veiculam as mensagens chave às famílias.	Parág. 65
EFI2: Foram encontrados constrangimentos ao nível da falta de motivação de alguns ativistas por ausência de meios de coordenação para a realização de atividades.	Parág. 66-67
EFI3: A elevada centralização dos serviços da DPSSF na capital também foi identificada como um entrave à realização das atividades nas comunidades, e um custo muito elevado do programa.	Parág. 68-69

⁷⁷ Entrevista individual, São Tomé, 9.12.2019.

3.4. SUSTENTABILIDADE

Q1) Em que medida o governo, inspetores, diretores, professores, pais e comunidades se apropriaram da abordagem no seu país?

Q2) Em que medida foram implementadas as condições necessárias para a apropriação nacional e municipal das intervenções do UNICEF e os seus parceiros, após o final do programa? Qual foi o grau e o tipo de participação e envolvimento das equipas de coordenação e controlo durante a fase de implementação?

Q3) Em que medida as intervenções do programa continuarão no país sem o apoio de parceiros, como o UNICEF?

Q4) Em que medida esta abordagem poderá ser replicada/expandida no país?



Figura 20- Inquérito realizado em Yô Grande, Caué

Q1) Em que medida o governo, inspetores, diretores, professores, pais e comunidades se apropriaram da abordagem no seu país?

73. Constatou-se a necessidade de haver uma maior apropriação e um reforço da articulação dos meios de comunicação social, câmaras distritais, Ministério da Educação (Direção de Ensino Pré-escolar), escolas (inspetores, diretores, professores, associações de pais), unidades de saúde, que apesar de terem sido envolvidos pontualmente em reuniões e seminários de sensibilização, não participaram de forma ativa na implementação do programa. A coordenação deste programa com o Ministério da Educação seria importantíssima para garantir sinergias entre o trabalho do ministério e do PEP no que respeita a retenção das crianças na escola e identificação de casos de risco.
74. Ao nível das comunidades, os benefícios experimentados tenderão a manter-se no futuro por próprio interesse das populações beneficiárias e constante supervisão e envolvimento dos ativistas nas comunidades. Contudo, a continuidade do programa será relevante para garantir que os benefícios atingem mais famílias e solidificam os conhecimentos dos beneficiários. Adicionalmente, levanta-se a questão sobre a sustentabilidade da aprendizagem do programa para os beneficiários que participam isoladamente de outros membros da família, que influenciam as práticas parentais e familiares, nomeadamente os pais e avôs (esta questão é explorada em mais detalhe no capítulo 3.2).

“O que foi feito até ao momento deixará uma marca, mesmo que o projeto termine. Os ensinamentos mudaram as famílias”⁷⁸

Q2) Em que medida foram implementadas as condições necessárias para a apropriação nacional e municipal das intervenções do UNICEF e os seus parceiros, após o final do programa? Qual foi o grau e o tipo de participação e envolvimento das equipas de coordenação e controlo durante a fase de implementação?

75. A avaliação constatou que apesar de o PEP carecer de uma abordagem específica para garantir a sustentabilidade do programa, a estratégia de implementação garantiu o envolvimento do governo, nomeadamente o DPSSF como elemento responsável pela implementação do programa. Neste sentido, o PEP almejou a institucionalização da Educação Parental a longo prazo pela sua importância na formação da cidadania: O PEP deve, então, estar incorporado na ação da política social do governo.

“O Estado deve apropriar-se dele e fazer dele uma das suas políticas públicas, envolvendo mais atores políticos, pais, educadores, entre outros.”⁷⁹

“No nosso entender, o PEP não é só um programa, mas insere-se nas atividades profissionais da DPSSF”. O nosso sonho é que um dia o PEP seja totalmente assumido pelo próprio estado.⁸⁰”

⁷⁸ Entrevista individual, São Tomé, 3.12.2019.

⁷⁹ Entrevista, São Tomé, 13.12.2019

⁸⁰ Entrevista, São Tomé, 10.12.2019

76. Neste sentido, o envolvimento dos técnicos sociais e ativistas locais na formação de formadores pretendia garantir a sua capacitação e responsabilização na sustentabilidade da dinâmica formativa futura do programa, tendo sido inclusivamente abordado este tema no plano de formação de formadores. Esta formação contribuiu para apoiar os técnicos e ativistas locais a aumentarem os seus conhecimentos sobre as temáticas, e incorporarem estas questões no seu trabalho com as comunidades, após o término do programa. A avaliação constatou que os temas abordados na formação foram bem interiorizados pelos coordenadores, técnicos e ativistas, que adquiriram bastante experiência nas sessões ministradas aos beneficiários, e que usufruíram de uma série de ferramentas (como o manual do PEP, o caderno de registos, entre outros) que podem ser utilizadas futuramente no seu trabalho com as comunidades. Foi constatado que os coordenadores do PEP foram bem formados e preparados para a apropriação e continuidade do programa, algo que foi avaliado pela coordenação do PEP nas atividades realizadas⁸¹. A formação possibilitou-lhes a aquisição de conhecimento “que lhes permitem no futuro influir e servir de modelo nas comunidades santomenses de uma forma geral”⁸². Contudo, a sua supervisão deve ser reforçada, criando processos frequentes de prestação de contas, para garantir que todos os registos são efetuados.

Q3) Em que medida as intervenções do programa continuarão no país sem o apoio de parceiros, como o UNICEF?

77. O parceiro de implementação do programa valoriza a intervenção e conseguiu criar uma equipa de suporte permanente que poderá dar continuidade à educação parental. Contudo, os recursos financeiros e uma supervisão próxima serão elementos ainda não dispensáveis para uma boa implementação do PEP. A capacidade da DPSSF é ainda deveras limitada para poder liderar este processo após o final do programa, nomeadamente no que se respeita a falta de recursos humanos e falta de especialização dos mesmos, a ausência de descentralização, visto que os coordenadores distritais não estão baseados nos distritos, e o número de técnicos sociais nos distritos, que é consideravelmente reduzido para as necessidades do trabalho de proteção social em geral, e do PEP em particular.

78. Do ponto de vista dos ativistas locais, o trabalho tem sido continuado, mesmo quase dois anos do final do programa. Estes continuam a fazer visitas às comunidades e famílias dos distritos onde atuam, prestando apoio e conselhos às famílias sobre as temáticas aprendidas.

“As mães chamam-me diariamente para fazerem perguntas depois do programa (como dar um medicamento, quando recomeça a formação, etc.).”⁸³

Para estes, a continuidade do programa deve também passar por um “maior acompanhamento, mais visitas às famílias e mais ativistas.”⁸⁴

79. Foi, contudo, referido em várias entrevistas que a continuidade do programa é essencial para se atingirem

⁸¹ UNICEF: “Relatório Final - Programa Piloto de Educação Parental PEP – STP”, 2017.

⁸² UNICEF: “Relatório Final - Programa Piloto de Educação Parental PEP – STP”, 2017.

⁸³ Entrevista individual, Lembá, 6.12.2019.

⁸⁴ Entrevista individual, Santana, 11.12.2019.

resultados a longo-prazo. A literatura existente sobre programas semelhantes de educação parental indica que para garantir a geração de resultados perenes, é necessário que a intervenção formativa tenha uma duração superior 12 meses, e/ou então que haja um acompanhamento domiciliário frequente pelo mesmo período⁸⁵.

“O programa correu bem, mas não é contínuo. Fazem 2 ou 3 sessões por mês e pára. O tempo do programa foi curto e não podem parar [com a formação] senão vão perder tudo o que construíram.”⁸⁶

Q4) Em que medida esta abordagem poderá ser replicada/expandida no país?

80. Existe um forte potencial para a expansão do PEP no país, de forma a atingir cobertura nacional, visto que os resultados da avaliação sugerem que o programa possui um modelo eficaz e relevante para atender as necessidades das famílias beneficiárias em São Tomé e Príncipe. De acordo com as recomendações das famílias beneficiárias e ativistas sobre recomendações para a melhoria do programa, vários testemunhos indicaram que o programa deveria continuar com as formações para as famílias beneficiárias, e abranger mais famílias.

“Há muitos pais que querem participar, porque as mulheres falam umas com as outras explicam as coisas que devem fazer ou não. Na minha zona todo o mundo quer participar”⁸⁷.

81. O sucesso do programa indica a possibilidade (ou até mesmo a necessidade) da replicação do mesmo a outros distritos e comunidades, sem esquecer a RAP, mas releva a importância de envolvimento de outros grupos de profissionais que estejam envolvidos nos serviços às crianças e às famílias. O desenvolvimento sustentável do programa deveria, necessariamente, passar pelo envolvimento fundamental de mais atores nas comunidades: entidades governamentais, ativistas, técnicos de educação, ONG, agentes comunitários, que serão essenciais para garantir uma rede estratégica de apoio à sustentabilidade dos benefícios, garantindo que as mudanças e aprendizagens se refletem nas ações quotidianas das famílias beneficiárias, e, colmatando a falta de recursos da DPSSF a nível central e comunitário.

82. Ao nível dos conteúdos da formação, uma expansão implicaria analisar em maior detalhe as especificidades de cada comunidade, por forma a ajustar as temáticas a cada realidade. Novas temáticas ligadas à inclusão financeira, violência de género, saúde sexual e reprodutiva foram apontadas como de grande necessidade para as famílias vulneráveis⁸⁸.

“A forma como se trabalha em cada comunidade deve ser muito diferente e única.”⁸⁹.

83. A implementação do PEP fornece as evidências necessárias para o promover diálogo sobre as políticas públicas, visando a mobilização e a gestão de recursos para a integração da educação parental nos

⁸⁵ UNICEF: “Standards for ECD Parenting Programmes”.; UNICEF: “Ending Violence against Children”, 2014

⁸⁶ Entrevista individual, Santana, 11.12.2019.

⁸⁷ Grupo Focal Famílias, Cantagalo, 11.12.2019

⁸⁸ Entrevista individual, skype, 30.12.2019,

⁸⁹ Entrevista individual, skype, 29.11.2019.

programas de proteção social existentes, que deverão ser complementadas com a melhoria da qualidade do ensino e o maior envolvimento dos educadores e professores⁹⁰.

84. Por fim, seria necessário considerar diferentes abordagens para a expansão do PEP, por forma a minimizar os custos e maximizar os benefícios do programa. Felizmente, existe uma grande complementaridade de programas sob a alçada da proteção social, como por exemplo o Programa de transferências monetárias do Banco Mundial, que podem ser analisados para otimizar recursos no que respeita as deslocações ao terreno, a contratação de especialistas, os recursos humanos dos programas, entre outros.

Conclusões preliminares do critério sustentabilidade

Conclusão	Parágrafo correspondente
SUS1: A estratégia de implementação do PEP garantiu o envolvimento do governo, nomeadamente o DPSSF como elemento responsável pela implementação do programa, almejando a institucionalização do programa. Contudo, a reduzida capacidade da DPSSF representa um constrangimento na expansão ou replicação do PEP, nomeadamente no que se respeita a falta de recursos humanos, a falta de especialização dos mesmos e a sua centralização.	Parág. 75-76
SUS2: A capacitação dos técnicos sociais e ativistas locais no programa terá jogado um papel preponderante na sua responsabilização e na sustentabilidade da dinâmica formativa futura do programa.	Parág. 76
SUS3: Ao nível intersetorial, constatou-se a necessidade de haver uma maior apropriação e um reforço da articulação dos meios de comunicação social, câmaras distritais, Ministério da Educação (Direção de Ensino Pré-escolar), escolas (inspetores, diretores, professores, associações de pais), unidades de saúde, enquanto parte ativa da implementação do programa.	Parág. 73-74; 81
SUS4: Ao nível da expansão do programa, constatou-se que as famílias beneficiárias demonstram muita vontade em continuarem com o seu processo de aprendizagem, e em alargarem esse processo aos restantes membros da comunidade, trabalhando as temáticas mais relevantes para cada comunidade.	Parág. 80; 82
SUS5: Existe uma grande complementaridade entre os programas sob a alçada da proteção social no país, que poderiam apoiar a replicação ou expansão do PEP, no que se refere a uma otimização de custos e resultados.	Parág. 84

⁹⁰ UNICEF: "UNICEF Annual Report", 2018.

3.5. TEMAS TRANSVERSAIS: GÉNERO, DIREITOS HUMANOS E EQUIDADE

Q1) Em que medida os meninos e meninas mais vulneráveis e/ou de áreas mais desfavorecidas dos municípios cobertos foram beneficiados pelo programa no país?

Q2) Em que medida o programa oferece as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para meninas e meninos?

Q3) Em que medida o programa abordou as barreiras específicas de género que impedem que meninas e meninos tenham acesso às atividades e serviços à sua disposição?

Q4) De forma geral, em que medida considerações específicas de género, direitos humanos e equidade foram tomadas em consideração na conceção, planeamento, implementação e monitoramento do programa. (Por exemplo, em relação à participação das mães e dos pais, das professoras e professores etc.)?



Figura 21- Famílias Beneficiárias em Plano de Agua Izé

Q1) Em que medida os meninos e meninas mais vulneráveis e/ou de áreas mais desfavorecidas dos municípios cobertos foram beneficiados pelo programa no país?

85. Como referido no critério relevância (capítulo 3.1.1), a teoria de mudança do programa tomou em consideração os problemas identificados que afetam as crianças mais vulneráveis. O PEP foi desenhado para as famílias vulneráveis pertencentes às regiões onde os meninos e meninas enfrentam as maiores privações, nomeadamente ao nível do abandono escolar e pobreza monetária. Apesar de ter sido realizado um processo de seleção das famílias, em conjunto com membros da comunidade e técnicos sociais, que visava selecionar as famílias com maiores vulnerabilidades, os critérios deste processo de seleção (ver tabela 16) não foram bastante objetivos (por exemplo o critério número 2 não precisa quantos filhos ou crianças já são considerados como muitos, enquanto o critério 4 se refere a mães solteiras, mas o programa também incluiu alguns pais (homens)). Isto pode ter resultado na omissão de famílias e crianças em situações de vulnerabilidade maior.

Tabela 16- Critérios para Admissão das Famílias - PEP II

1. Família muito pobre (sem rendimentos do trabalho, em pobreza ou pobreza extrema)
2. Família com muitos filhos (ou outras crianças a seu cargo)
3. Família com crianças deficientes ou idosos (ou outros membros em condições de fragilidade)
4. Mães solteiras (jovens solteiras, sem assistência ou viúvas)
5. Famílias com crianças em risco (fora da escola, a trabalhar, abandonadas, na rua, com comportamentos pré-delinquentes ou em ambiente de violência doméstica)
6. Famílias que recebem apoio do Estado Santomense (como por exemplo: “subsídio mães carenciadas”)
7. Pais ou cuidadores com necessidades especiais (atraso mental ou outra deficiência)

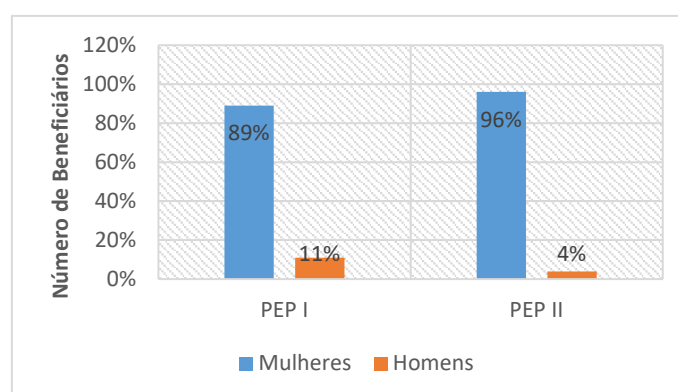
Q2) Em que medida o programa oferece as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para meninas e meninos?

86. Não foi efetuado registo do género das crianças pertencentes às famílias beneficiárias na fase de conceção ou implementação do programa, pelo que não foi possível aferir se efetivamente foram oferecidas as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para os meninos e meninas das famílias beneficiárias. O programa pretendia contribuir para o acesso das crianças a uma educação de qualidade através do reforço das capacidades dos pais e mães, contudo não foi identificada uma estratégia de implementação que garantisse iguais oportunidades para meninos e meninas.

Q3) Em que medida o programa abordou as barreiras específicas de género que impedem que meninas e meninos tenham acesso às atividades e serviços à sua disposição?

87. O incentivo à participação e inclusão de famílias marginalizadas, com uma grande maioria de chefes de família do género feminino, na fase de desenho e implementação do programa ajudou a garantir o respeito pela igualdade de género e equidade do PEP. Foi, contudo, identificada a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) na formação, que no momento de seleção não foram, na sua generalidade, tomados em consideração pelos técnicos e ativistas. Alguns testemunhos recolhidos nas entrevistas nas comunidades referiram que não consideraram os homens no processo de seleção porque não sabiam que os pais poderiam participar. Dos beneficiários, cerca de 89% no PEP I e 96% no PEP II eram do género feminino, como se apresenta na figura 23⁹¹. Os participantes do género masculino eram essencialmente pais que se viram obrigados a assumir as responsabilidades parentais por razões de viuvez. Acredita-se que o modelo de realização de sessões em grupos mistos pode não ser o mais adequado, não sendo suficientemente desinibidor para os representantes familiares masculinos e femininos, pelo que a abordagem poderá passar pela realização de grupos de formação, inicialmente separados por género, ou então por abordagens individuais, como visitas aos beneficiários. Importa sugerir que estes pais de família, para além ouvirem as mensagens-chave que as mães e companheiras participantes no PEP-STP possam veicular semanalmente sobre a educação, cuidados e bem-estar da criança, deverão ouvi-las diretamente.

Figura 22- Género dos representantes das famílias beneficiárias do PEP I e II



88. A questão da corresponsabilidade do pai é muito importante e deve ser igualmente trabalhada nas formações. Uma das recomendações recolhida nas interações dos grupos focais com as famílias foi que a participação dos pais (homens) da comunidade era muito relevante, visto que existe ambos devem estar sensibilizados sobre as práticas parentais positivas, não apenas as mães. Além disso, o envolvimento de forma direta dos pais (homens) no programa é essencial para que os mesmos entendam e assumam as suas responsabilidades enquanto corresponsável pela educação dos filhos⁹². Este constrangimento poderá contribuir inadvertidamente para a perpetuação do estigma das mulheres enquanto únicas responsáveis pela educação das crianças no país. Adicionalmente, esta questão é reforçada pela literatura existente, que indica que programas parentais que incluem mães e pais na educação infantil tem um impacto positivo no desenvolvimento da criança e no seio familiar⁹³.

“É importante trazer os pais [homens] para a formação porque há muita violência por parte dos

⁹¹ Não foi possível aferir quais as proporções do género das crianças beneficiárias, pois esse registo não foi feito pela equipa de implementação.

⁹² Entrevista individual, São Tomé, 4.12.2019.

⁹³ UNICEF: “Standards for ECD Parenting Programmes

homens com as crianças. Eu falo com o meu marido para não bater, mas ele não quer saber. Há pais que são muito agressivos com as crianças.”⁹⁴

89. Apesar de não terem sido identificadas estratégias específicas de abordagens de igualdade de género na conceção e implementação do programa, nem uma análise estruturada de género no mapeamento inicial das necessidades, a informação recolhida no terreno permite concluir que a partilha das responsabilidades familiares, especialmente no que respeita os cuidados e a educação das crianças é bastante desigual, sendo as crianças em grande parte deixadas à responsabilidade das mulheres, incluindo a responsabilidade financeira, sendo, em geral, a interação com os pais (homens) bastante reduzida. A intervenção está claramente inserida num contexto propício para a aplicação e o progresso dos direitos humanos e de igualdade de género. Destaca-se que foram feitas referências a conteúdos da formação que abordavam estas temáticas, nomeadamente no âmbito dos direitos das crianças⁹⁵. Alguns testemunhos dos grupos focais fizeram alusão a aprendizagens ligadas à igualdade de género, porém a avaliação constatou que este tópico poderia ter sido mais sistematicamente trabalhado nas formações, tendo em conta que vários testemunhos relataram problemas ao nível da violência de género.

”Ensinaram as mulheres a serem independentes e não depender dos homens, e a serem firmes e fortes.”⁹⁶

Q4) De forma geral, em que medida considerações específicas de género, direitos humanos e equidade foram tomadas em consideração na conceção, planeamento, implementação e monitoramento do programa. (Por exemplo, em relação à participação das mães e dos pais, das professoras e professores etc.)?

90. A avaliação constatou que o programa é coerente com os princípios da abordagem dos direitos humanos de não discriminação e igualdade, participação e inclusão e responsabilidade e estado de direito. Os objetivos do programa estão em conformidade com a normativa legal nacional e internacional, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC,1989), a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (artigo 52.º: “As crianças têm direito ao respeito e à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral”), a Lei de Família e a Lei sobre Violência Doméstica.

91. Ao nível da CDC, o programa visou criar condições operacionais para a divulgação e o cumprimento do artigo 18º da Convenção, por respeito à responsabilização primordial da família na educação e desenvolvimento da criança, ao garantir e promover uma assistência adequada dos pais, ou representantes legais da criança, no exercício parental que lhes cabe, assim como promover o acesso das famílias às instituições, instalações e serviços de apoio e assistência à infância. O Programa pretende contribuir, ainda, para a difusão de uma cultura jurídica de base assente no respeito do Direito positivo, que favoreça uma maior inserção dos indivíduos no sistema jurídico nacional, através da divulgação dos textos de Lei nacionais e internacionais que concorrem para os objetivos do Programa.

92. Os inquéritos realizados e os grupos focais com as famílias beneficiárias revelam um grande nível de

⁹⁴ Grupo Focal Famílias, Cantagalo, 11.12.2019

⁹⁵ UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.

⁹⁶ Grupo Focal Famílias, Lembá, 6.12.2019.

conhecimentos adquiridos ao nível dos direitos das crianças, tanto ao nível dos pais, como ao nível das crianças, como se demonstra no capítulo relativo à eficácia (capítulo 3.1.2), nomeadamente o direito à educação, proteção contra a violência, direito à saúde e à alimentação.

93. O programa pretendia contribuir para a melhoria das condições de vida da população mais vulnerável do país, com a finalidade de realizar os seus direitos a um nível de vida digno, nomeadamente das crianças, através de estratégias de proteção social da cidadania das famílias são-tomenses, sobretudo famílias em situação de pobreza e fragilidade extrema. Pode-se, então, argumentar que o programa terá sido sensível às questões de equidade, integrando intervenções para alcançar a franja da população mais carenciada.
94. Ao nível da desagregação de dados, o desenho da intervenção não contemplou indicadores desagregados por género das famílias ou crianças, apenas por situação socioeconómica. Os instrumentos de monitoria do programa conseguiram registar dados específicos relativos ao género, idades, estado civil, ocupação e alfabetização ao nível das famílias beneficiárias. Contudo, ao nível das crianças pertencentes às famílias beneficiárias foi exclusivamente registada a idade. Não foi possível encontrar dados sistematizados sobre o género, a frequência escolar, o aproveitamento escolar, os registos das crianças e/ou a existência de deficiências.
95. Por último, destaca-se a necessidade de se trabalharem outras temáticas no âmbito do programa, como por exemplo a questão das gravidezes precoces. Este é um problema de grande incidência no país intimamente ligado a normas sociais, que resulta na desistência das raparigas mães do ensino escolar (cerca de 85,7% dos casos), tendo sido em 2012 a primeira causa de abandono escolar a nível dos liceus do país⁹⁷. Esta temática, e outras, como a violência de género e saúde sexual e reprodutiva foram apontadas como de grande importância para a consideração de temas de direitos humanos, equidade e género na expansão do programa⁹⁸.

Conclusões preliminares dos temas transversais

Conclusão	Parágrafo correspondente
TT1: No que respeita a equidade, o programa foi desenhado para famílias vulneráveis que vivem em extrema pobreza em São Tomé e Príncipe, e de regiões onde os meninos e meninas enfrentam as maiores privações, nomeadamente ao nível do abandono escolar e pobreza monetária.	Parág. 85
TT2: O incentivo à participação e inclusão de famílias marginalizadas, com uma grande maioria de chefes de família do género feminino, na fase de desenho e implementação do programa ajudou a garantir o respeito pela igualdade de género e equidade do PEP.	Parág. 87

⁹⁷ UNICEF: “Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015 (SITAN)”, 2015.

⁹⁸ Entrevista individual, skype, 30.12.2019.

<p>TT3: Foi identificada a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) na formação, para que os mesmos entendam e assumam as suas responsabilidades enquanto corresponsável pela educação dos filhos, e compartilhem das mesmas aprendizagens para a educação dos seus filhos.</p>	<p>Parág. 88-89</p>
<p>TT5: A avaliação constatou que o programa é coerente com os princípios da abordagem dos direitos humanos de não discriminação e igualdade, participação e inclusão e responsabilidade e estado de direito, assim como em conformidade com a normativa legal nacional e internacional, nomeadamente os direitos das crianças e a legislação nacional. Foi demonstrado que as famílias beneficiárias revelaram um grande nível de conhecimentos adquiridos ao nível dos direitos das crianças.</p>	<p>Parág. 90</p>
<p>TT4: Ao nível da desagregação de dados, o desenho da intervenção não contemplou indicadores desagregados por género das famílias ou crianças, apenas por situação socioeconómica e idade.</p>	<p>Parág. 94</p>
<p>TT6: Foi constatada a necessidade de se trabalharem outras temáticas no âmbito do programa, como por exemplo a questão das gravidezes precoces, que tem um grande impacto no abandono escolar, assim como a violência de género e saúde sexual e reprodutiva.</p>	<p>Parág. 95</p>

4. CONCLUSÕES FINAIS

As conclusões retiradas das evidências da avaliação sugerem que o programa é altamente relevante no contexto do país e trouxe mudanças positivas nos comportamentos dos beneficiários, confirmando, em grande parte, a realização dos seus resultados e produtos esperados. As evidências encontradas estão de acordo com a literatura existente sobre programas de comportamento parental, que indica que este tipo de programas costuma produzir “melhorias nas relações entre o cuidador e a criança, reduzem comportamentos problemáticos das crianças e previnem a violência física e emocional”⁹⁹

O PEP mostrou estar plenamente alinhado com as políticas e estratégias nacionais de proteção social e educação, tendo definido uma abordagem intersectorial para apoiar as famílias e crianças mais vulneráveis no país, de acordo com as necessidades identificadas previamente. O programa foi altamente recomendado pelos beneficiários, membros da comunidade e pelas entidades nacionais governamentais, que expressaram o seu consenso sobre a adequabilidade das intervenções (REL1; REL2; REL4).

O programa foi eficaz na sensibilização e na melhoria do conhecimento dos beneficiários nas áreas temáticas de educação parental, nomeadamente nas temáticas dos direitos das crianças e desenvolvimento integral, contribuindo para os resultados esperados. Foram constatadas mudanças positivas nos comportamentos dos beneficiários ao nível da educação parental, com destaque para a redução de práticas de violência, melhoria nas práticas de saúde e higiene e demonstrações de afeto. Ao nível do impacto, foi possível registar alguma melhoria na frequência escolar das crianças, mas ainda não se registaram grandes melhorias ao nível da retenção escolar. Por outro lado, o acompanhamento individual das famílias em situação de risco, as campanhas de sensibilização ao nível da comunicação social, e o envolvimento dos atores multisectoriais ficou aquém do esperado (ECA1; ECA3; ECA6; ECA7; ECA 10).

A utilização da estrutura existente da DPSSF para a implementação do programa mostrou ser eficiente em termos de custos, mas também em termos de sustentabilidade, contribuindo para o reforço das capacidades do governo. Contudo, ainda se registou a sua reduzida capacidade na gestão das atividades ao nível dos distritos e comunidades; e uma grande necessidade de reforço da articulação da rede multisectorial. (EFI 1; EFI 3).

As evidências indicam que os benefícios experimentados tenderão a manter-se no futuro por próprio interesse das populações beneficiárias e constante supervisão e envolvimento dos ativistas e técnicos sociais nas comunidades. Adicionalmente, a capacitação dos técnicos sociais e ativistas locais terá jogado um papel preponderante na sua responsabilização da sustentabilidade da dinâmica formativa futura do programa. Contudo, a continuidade do programa mostra-se relevante para garantir que os resultados atingem mais famílias e solidificam os conhecimentos dos beneficiários, havendo a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) no programa, para permitir que as aprendizagens sejam sustentáveis no seio familiar, e promover o seu envolvimento na educação das crianças, uma questão ainda muito desafiante em São Tomé

⁹⁹ Centre for Evidence-Based Intervention, Department of Social Policy and Intervention, University of Oxford: “Parenting Interventions: How well do they transport from one country to another?”, 2017.

e Príncipe. De acordo com a literatura existente, programas parentais que incluem mães e pais na educação infantil têm um impacto positivo no desenvolvimento da criança e no seio familiar¹⁰⁰ (SUS4; SUS1; SUS2).

Por fim, o programa mostrou ser coerente com os princípios da abordagem dos direitos humanos de não discriminação e igualdade, participação e inclusão e responsabilidade e estado de direito, estando os objetivos do programa em conformidade com a normativa legal nacional e internacional. O Programa contribuiu para aumentar os conhecimentos das famílias beneficiárias sobre os direitos das crianças e procurou integrar a franja da população mais carenciada. O incentivo à participação e inclusão de famílias marginalizadas, com uma grande maioria de chefes de família do género feminino, na fase de desenho e implementação do programa ajudou a garantir o respeito pela igualdade de género e equidade do PEP. Contudo, foi identificada a necessidade de um maior envolvimento dos pais (homens) na formação, visto que a questão da corresponsabilidade do pai é muito importante e deve ser igualmente trabalhada nas formações (TT5; TT1; TT2; TT3).

¹⁰⁰ UNICEF: “Standards for ECD Parenting Programmes

5. LIÇÕES APRENDIDAS

Este capítulo foca-se nas lições retiradas da implementação do PEP, com base nas evidências recolhidas no processo de avaliação, e têm como objetivo aproveitar a experiência adquirida com o PEP para identificar pistas para a melhoria da relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade para a expansão do programa ou para futuros projetos em diferentes contextos ou setores.

Lição aprendida (LA)	Parágrafo correspondente
<p>LA1. Na fase de conceção programática, é importante tomar em consideração as questões de equidade no processo de seleção dos beneficiários de um programa, garantido que há pouco lugar para subjetividade, com apoio de critérios qualitativos e quantitativos claros e coerentes, que permitam atingir a população-alvo pretendida. É igualmente relevante que seja contemplado um plano para comunicação sobre os critérios de seleção às comunidades, para que estas compreendam e aceitem o programa na comunidade.</p>	Parág. 8
<p>LA2. À semelhança do ponto anterior, é importante relevar as questões de igualdade de género na fase de programação e implementação de um programa. A composição do grupo de beneficiários quase exclusivamente do género feminino, poderá contribuir para a dificuldade na aplicação dos conhecimentos no seio das famílias, e inadvertidamente, para a perpetuação do estigma das mulheres enquanto únicas responsáveis pela educação das crianças.</p>	Parág. 88
<p>LA3. Este tipo de intervenção comunitária tem um efeito inesperado muito positivo no combate ao isolamento social, que provou ser muito vantajoso no quotidiano das famílias, permitindo, ainda, o fortalecimento das relações com agentes comunitários e técnicos sociais.</p>	Parág. 30
<p>LA4. A constatação da existência de interesse genuíno das famílias em participarem neste tipo de programas, onde o seu benefício seria “unicamente” a aquisição de conhecimentos, sem quaisquer contrapartidas financeiras, é uma lição importante para futuros programas.</p>	Parág. 51
<p>LA5. A descentralização dos serviços sociais nos distritos e comunidades é essencial para uma boa implementação e acompanhamento das atividades ao nível comunitário, que terá impacto na eficácia e eficiência deste tipo de programa. De igual forma, a utilização de estruturas existentes do governo na implementação deste tipo de programas impedirá a disponibilidade dos técnicos em tempo integral para cumprimento das necessidades do programa (em termos quantitativos e qualitativos).</p>	Parág. 40; 68-69
<p>LA6. A coordenação multissetorial entre diferentes atores governamentais, intergovernamentais e não-governamentais em programas com abordagens intersectoriais exige a criação de mecanismos de coordenação e articulação estruturados para garantir a apropriação adequada pelos diversos atores e apoio no terreno.</p>	Parág. 73
<p>LA7. Por último, a falta de um sistema de monitoria do programa, que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos, assim como um registo completo e atualizado dos beneficiários constitui um grande impedimento para aferir os reais resultados e o impacto do programa nos beneficiários.</p>	Parág. 43; 84

6. RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas são apoiadas por evidências, conclusões e lições aprendidas, e dirigidas aos utilizadores da avaliação (UNICEF, governo, doadores, ONG e outros parceiros de implementação). A equipa de avaliação recolheu sugestões de recomendações através das consultas com as partes interessadas no terreno (grupos focais e entrevistas) e validou estas recomendações no *workshop* de validação realizado no dia 28 de janeiro de 2020. Foi utilizada uma abordagem realista e operacional na formulação de recomendações estratégicas e operacionais, tendo em conta o contexto do país e os recursos existentes, para que estas possam ser aplicadas na expansão do programa. As recomendações foram classificadas ao nível da sua prioridade: alta, média, baixa.



Figura 23- Workshop de Validação, São Tomé



Figura 24- Workshop de Validação, São Tomé

Recomendações Estratégicas (RE)			
Recomendação	Destinatário	Prioridade	Parágrafo correspondente
RE1. Rever os critérios de seleção dos beneficiários, garantindo a participação das famílias beneficiárias mais vulneráveis nos distritos (definindo um escopo claro de quais as famílias que se pretendem atingir no que se refere a número e idade de filhos, situação socioeconómica, nível de isolamento social, número de crianças em risco, entre outras, possivelmente através da aplicação de um inquérito de diagnóstico às famílias), e salvaguardado um processo de comunicação da seleção às comunidades claro e transparente. Ter ainda em atenção a inclusão de pais (homens) e outros encarregados de educação no	UNICEF e governo	Alta	Parág. 8; 16; 85

processo de seleção, para promover a interiorização das práticas no seio familiar.			
RE2. Reconsiderar a duração do programa de formação e sensibilização das famílias, e a transição para o governo enquanto política. De acordo com outros programas semelhantes que geraram resultados positivos, uma duração superior a 12 meses de trabalho com as famílias poderá ser benéfico para produzir mudanças efetivas de comportamentos e para sustentação dos resultados a longo-prazo ¹⁰¹ , e ainda permitir explorar outras formas de fazer chegar o conhecimento sobre as temáticas às famílias, que poderão passar por visitas domiciliárias para as mães e pais que não consigam participar em alguma formação, ou pais (homens) e trabalhar as problemáticas de forma mais individualizada. A duração do programa deve prever, a longo-prazo, a sua futura institucionalização.	UNICEF e governo	Média	Parág. 79
RE3. Desenvolver uma estratégia de descentralização do programa nos distritos/comunidades, que permita uma implementação e acompanhamento das atividades ao nível comunitário mais aproximado, que poderá passar pelo fortalecimento da presença da DPSSF, ou então o envolvimento de outras entidades governamentais ou não governamentais locais. Esta estratégia é essencial para se pôr em prática as atividades de acompanhamento individual das famílias e terá um efeito positivo na eficiência do programa. Considerar, também, o envolvimento de alguns recursos a <i>full-time</i> no programa (uma pequena estrutura de apoio à coordenação do programa).	UNICEF, governo e ONG/outros parceiros	Alta	Parág. 68-69
RE4. Desenvolver e implementar um plano/estratégia de comunicação¹⁰², em conjunto com os meios de comunicação do país, envolvendo os diferentes setores por forma a combater barreiras culturais (uso excessivo de álcool, violência) e de género (gravidez precoce, coresponsabilidade do pai na educação da criança) relacionadas com os	UNICEF, governo, e outros parceiros: meios de comunicação social ¹⁰³)	Média	Parág. 55

¹⁰¹ UNICEF: “Standards for ECD Parenting Programmes”

¹⁰² Para tal, aconselha-se visitar o programa Nacional de Apoio às Famílias e as estratégias aí definidas.

¹⁰³ Incluindo a Secretaria de Estado da Comunicação Social

<p>cuidados da criança. Este plano, elaborado em conjunto com estes parceiros desde o início do programa, proporcionará uma maior apropriação do por parte dos mesmos, para que nas suas funções quotidianas a nível nacional e comunitário promovam a educação parental positiva, construindo uma verdadeira rede de comunicação que alcance as famílias.</p>			
<p>RE5. Explorar as ligações de complementaridade com outros programas existentes sob a alçada da proteção social no país ou noutros setores, nomeadamente com o Programa de transferências monetárias do Banco Mundial, que pode ser uma forma de otimizar recursos no que respeita as deslocações ao terreno, a contratação de especialistas, os recursos humanos dos programas, entre outros. Adicionalmente, sinergias com o Programa Escolas Amigas das Crianças poderão ser explorada por forma a apoiar a disseminação do PEP junto dos professores, das crianças e dos pais (associações de pais).</p>	<p>UNICEF, governo e doadores</p>	<p>Alta</p>	<p>Parág. 48; 84</p>
<p>RE6. Criar um plano de ação multisectorial que defina o órgão de coordenação e os intervenientes e descreva as principais ações e papéis de cada interveniente governamental, intergovernamental e não-governamental ao nível local, distrital e nacional. Por exemplo, os agentes de saúde podem apoiar nas visitas domiciliárias ou na formação relacionada com questões de saúde e nutrição; enquanto os líderes religiosos poderão chegar mais facilmente aos pais (homens da comunidade). Este plano deverá, ainda, ter em consideração um maior envolvimento dos comunicadores, formadores de opinião e líderes comunitários que participaram nos seminários de conscientização em atividades com os beneficiários nas comunidades, para promover uma maior apropriação, incluindo os professores e educadores, por forma a combater comportamentos violentos que foram identificados na avaliação.</p>	<p>UNICEF e governo</p>	<p>Média</p>	<p>Parág. 73</p>
Recomendações Operacionais (RO)			
<p>RO1. Analisar em maior detalhe as especificidades de cada comunidade, por forma a ajustar as</p>	<p>UNICEF e governo</p>	<p>Média</p>	<p>Parág. 99</p>

temáticas a cada realidade, explorando temáticas ligadas à violência de género e na família. Gravidez precoce, direitos sexuais e reprodutivos devem igualmente ser exploradas.			
RO2. Criar um sistema de monitoria simples do programa , que permita registar o progresso dos resultados através de indicadores previamente definidos, assim como um registo completo e atualizado dos beneficiários. Este registo deverá incluir um diagnóstico dos beneficiários a realizar antes do início da fase de expansão, com recurso a indicadores previamente definidos, que permita aferir alguns dados de base para a sua monitorização e avaliação.	UNICEF e governo	Alta	Parág. 43; 84
RO3. Considerar a coordenação com abordagens que promovam o aumento de rendimentos das famílias ou, ainda, a introdução de temáticas de inclusão financeira e empreendedorismo na formação.	UNICEF e governo	Média	Parág. 50
RO4. Promover atividades de mentoria entre os beneficiários , em que as próprias famílias mais antigas do programa passem a ter um papel de ativistas com novas famílias do programa. Desta forma, podem contribuir para a promoção de uma aprendizagem mais acelerada, motivar a participação das outras famílias e monitorar o seu processo de aprendizagem e de mudança de comportamento. A literatura existente demonstra que os sistemas de apoio de pares também podem desempenhar um papel importante e positivo nas comunidades para o desenvolvimento das crianças ¹⁰⁴ , como por exemplo a utilização de grupos de apoio constituídos pelas próprias famílias para a redução da mortalidade infantil ¹⁰⁵ .	UNICEF e governo	Baixa	Parág. 29

¹⁰⁴ UNICEF: “Ending Violence against Children”, 2014.

¹⁰⁵ BMC Public Health: “Evaluation of the effectiveness of care groups in expanding population coverage of Key child survival interventions and reducing under-5 mortality: a comparative analysis using the lives saved tool (LiST)”, 2015.

7. ANEXOS

7.1. TERMOS DE REFERÊNCIA

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND IN GUINEE BISSAU

Termes de Reference pour une Equipe d'Evaluation

Consultation pour l'appui à l'Evaluation Multi-Pays Sommative des Programmes "Ecole Amis des Enfants" en Guinée Bissau et de l'"Education Parentale" en Sao Tome et Principe

1. Objet de l'évaluation

L'évaluation portera sur le programme « Ecole Amis des Enfants » (EAE) en Guinée Bissau et « Education Parentale » (PEP) en Sao Tome et Principe. Plus de détails seront fournis ci-dessous pour chacun de deux programmes qui feront l'objet de cette évaluation.

1.1. Programme EAE en Guinée-Bissau

Le volet « Équité et Qualité de l'éducation » du programme de coopération entre l'UNICEF et le Gouvernement de la Guinée-Bissau, lancé en 2016, est axé sur les soins et l'éducation de la petite enfance, l'éducation primaire et les enfants non scolarisés. Les résultats de l'UNICEF en matière d'éducation sont alignés sur le plan sectoriel de l'éducation (2017-2025) du gouvernement national et ont pour objectif de contribuer à l'accélération du rythme de réalisation d'un cycle complet d'enseignement primaire de qualité. Plus précisément, l'action de l'UNICEF devrait générer deux produits :

- (a) la mise en place d'un cadre réglementaire permettant d'accroître l'accès à un apprentissage de qualité et d'établir des normes d'interventions de qualité dans les écoles maternelles et primaires sur la base du cadre «Écoles Amies des Enfants» ; et
- (b) l'appui au Ministère de l'éducation afin d'accroître l'accès des enfants non scolarisés à l'éducation, surtout à travers la production de données probantes et à l'élaboration de stratégies qui s'y inspirent.

L'initiative EAE a été lancée en Guinée-Bissau en 2011 et comme décrit ci-haut elle s'inscrit dans le premier produit du programme de coopération actuel. Cette initiative, développée conjointement par l'UNICEF et d'autres partenaires et mise en œuvre dans beaucoup de pays du monde, a pour objectif d'assurer aux enfants un environnement d'apprentissage conduisant à des enseignements et apprentissages optimaux. Sa mise en œuvre, qui repose sur l'adaptation de lignes directrices internationales au contexte du pays, a permis de développer des outils répondant aux intérêts et besoins des 47 écoles ciblées par l'initiative dans 5 des 9 régions du pays.

Comme résultat, les EAE ont contribué au développement et à l'application de critères nationaux pour l'établissement d'une école de qualité. Par ailleurs, l'approche en Guinée-Bissau s'est vue ajouter un "+", parce que ses activités vont au-delà de l'éducation de base et incluent également l'alphabétisation des femmes - qui sont pour la plupart des mères d'enfants - ainsi que le développement du jeune enfant (DPE) pour les enfants en âge scolaire.

Avec en moyenne 1/2 million de dollars par an, l'intervention compte parmi ses bénéficiaires près de 9000 enfants par an, leurs parents, les membres de la communauté et environ 94 directeurs/professeurs des 47 écoles primaires et préscolaires ciblés.

Le développement et la mise en œuvre de l'approche EAE ne se sont pas faits sur la base d'une théorie de changement (ToC), mais un [Manuel détaillé](#) qui décrit l'approche existe. . Autant au niveau global que dans le cas spécifique de la Guinée Bissau, l'approche EAE poursuit un certain nombre des résultats attendus à plusieurs niveaux. Vu l'absence de la ToC pour la Guinée-Bissau, l'une des tâches de l'évaluateur sera de reconstituer la théorie du changement à partir des informations existantes.

L'UNICEF a appuyé le gouvernement dans la mise en place des EAE en suivant l'approche globale consistant à faciliter le renforcement des relations entre les communautés et les enfants. La stratégie a également consisté en la promotion d'une éducation de qualité à travers pas seulement la définition de normes et standards nationaux pour une école de qualité mais aussi l'adoption d'une approche intersectorielle impliquant les domaines de l'éducation, de la santé, de la nutrition, de l'hygiène et de l'assainissement, de la protection et des soins parentaux.

En dehors de l'UNICEF, la mise en œuvre du programme a fait appel à quatre types d'acteurs :

- le Gouvernement qui définit la politique globale ainsi que les normes en matière de EAE et veille à leur mise en œuvre;
- les communautés à la base, à la fois bénéficiaires mais aussi parties prenantes lors de la définition des normes et des politiques en matière d'éducation pour la petite enfance, surtout en vue de leur contextualisation ainsi que la prise en compte effective de leurs besoins ;
- les ONGs œuvrant sur la qualité des écoles, agissant pour le compte de bailleurs et/ou facilitant la relation entre le gouvernement et les communautés;
- les bailleurs de fonds qui apportent un appui financier mais aussi technique aux EAE.

1.2. Programme PEP en Sao Tome et Principe (STP)

Le Programme d'éducation parentale (PEP) a été mis en œuvre en Sao Tome et Principe entre 2016 et 2018 pour répondre à un certain nombre de lacunes identifiées par une étude commanditée par l'UNICEF en 2013 en soutien au Ministère des Affaires Sociales (« Etude sur les pratiques parentales des enfants de moins de 6 ans »).

Le PEP visait à encourager des comportements plus favorables dans les domaines de la santé, de la nutrition, du repos et du sommeil, de l'hygiène, de la protection, ainsi que du développement émotionnel, cognitif et

social des enfants, en soulignant la nécessité pour toutes les mères d'adopter des attitudes plus proactives et de communication envers leurs enfants. Compte tenu des caractéristiques des familles et de la pauvreté à São Tomé et Príncipe, il avait été considéré qu'un programme d'éducation parentale articulé autour d'un aspect économique dans ses différents aspects pourrait contribuer à l'élimination de l'extrême pauvreté. Une expérience pilote a été conçue et mise en œuvre dans le cadre d'une consultation internationale.

Le programme a ciblé 155 familles appartenant aux 11% des plus pauvres de la population dans 19 communautés de 4 districts (à savoir : Caue, Lemba, Cantagalo et Region Autonome du Principe) et a été mis en œuvre par la conception, le développement et l'expérimentation d'un ensemble de matériels de communication et de formation sur des thèmes spécifiques, tel que: dimension affective, développement intégral (santé, nutrition, protection et sécurité), droits de l'enfant et stimulation précoce et langage.

Le PEP a donc permis de tester différents instruments de politique et de programmes qui, pendant les deux ans de mise en œuvre, ont été considérés comme une réponse à la situation vulnérable des familles de Sao Tomé. Deux ans depuis le lancement du programme, il est pertinent maintenant de comprendre dans quelle mesure le programme constitue une réponse effective et adaptée au contexte.

L'objectif principal du PEP est de renforcer les compétences du rôle du père et de la mère dans plusieurs domaines de développement des enfants - en particulier dans les soins de base appropriés et efficaces - pour les assurer le plein développement : dans la stimulation précoce, dans le renforcement des relations affectives et dans la réduction des modèles éducatifs basés sous une discipline violente, en faveur d'une discipline plus "positive".

L'un des grands résultats prévus avec le programme PEP est l'évolution des pratiques parentales, visant à éradiquer les pratiques néfastes pour le développement global et harmonieux de l'enfant, et par conséquent renforcer les capacités et les connaissances des parents et des mères pour s'attaquer aux problèmes propres aux enfants,

Dans ce but, un plan parental positif a été conçu et mis en œuvre à travers plusieurs stratégies, à savoir des séances de groupe familial et des stratégies de communication pour le changement de comportement... Plusieurs activités clés ont été développées dans le domaine de la formation et de la sensibilisation par la formation de journalistes, de chefs religieux et de communes, d'agents de santé. Des documents de communication (spots, débats télévisés, messages clés, albums Seriate) ont été produits comme support pour soutenir la formation et la sensibilisation des familles. Pour davantage d'information sur le PEP et sur ses principaux indicateurs de performances et résultats escomptés se référer respectivement aux documents suivants :

- (i) PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AS FAMÍLIAS en Annexe 2 (lien : Annex 2)
- (ii) PLANO DE ACÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARENTAL, Annexe 5 (lien: Annex 5)

Bien que le PEP ne soit qu'à ses débuts, le Bureau Pays considère qu'il est important de mieux comprendre les forces et les faibles du processus de planification et de mise en œuvre du programme ; cela s'avère nécessaire pour introduire les réajustements nécessaires et opportuns avant de progresser dans l'expansion du PEP au niveau national.

En ce qui concerne l'éducation parentale en STP, le programme est inscrit dans le cadre des priorités du Programme de coopération 2017-2021 pour améliorer les soins et renforcer des pratiques parentales et promouvoir un meilleur accès aux services sociaux de base. Par ailleurs, le PEP a envisagé une approche intersectorielle, associant le secteur de l'éducation, la protection sociale, la protection de l'enfance, la santé et la communication. En ce sens, l'évaluation sera censée de vérifier si les stratégies combinées de protection sociale pour les familles en situation de pauvreté et d'extrême fragilité peuvent ou non constituer un point de référence significatif.

2. But de l'évaluation

Cette évaluation a deux buts : la redevabilité et l'apprentissage organisationnel.

En ce qui concerne la **redevabilité**, la présente évaluation répond à l'exigence de rendre compte de l'usage des ressources affectées à cette partie du programme de l'UNICEF aussi bien aux bailleurs de fonds (redevabilité verticale) qu'aux bénéficiaires (redevabilité horizontale).

En ce qui concerne l'**apprentissage**, l'évaluation va générer des données probantes sur la performance des deux programmes, qui serviront de base pour l'amélioration des initiatives futures.

Plus spécifiquement, en **Guinée-Bissau**, l'évaluation fournira au Gouvernement et ses partenaires des recommandations qui serviront de base pour des orientations stratégiques sur la question essentielle de la qualité de l'environnement scolaire et son impact sur la qualité des enseignements et des apprentissages. Ces leçons permettront de nourrir des actions futures en matière d'amélioration de la qualité des écoles. Cette évaluation se tient à une période charnière, la fin du programme actuel de coopération Guinée Bissau - Unicef 2016-2020 et le démarrage d'un nouveau cycle de coopération pour le quinquennat 2021-2025. A ce titre les résultats obtenus aideront à mieux définir le positionnement du nouveau programme en ce qui concerne la qualité des apprentissages.

A **São Tomé et Príncipe**, l'évaluation du PEP permettra de vérifier si les actions prévues ont effectivement contribué aux résultats définis dans le programme de soutien aux familles de Sao Tomé. Plus particulièrement, l'évaluation déterminera dans quelle mesure le programme PEP a contribué à modifier les pratiques parentales, si les pratiques nuisibles pour le développement global de l'enfant ont été abordées et si les capacités et les connaissances des parents pour traiter les problèmes spécifiques des enfants ont été renforcées ou améliorées. Cette évaluation vise aussi à examiner le processus de mise en œuvre de l'expérience pilote, notamment pour vérifier si les stratégies de protection sociale des familles de São Tomé e Príncipe avec des familles en situation de pauvreté et d'extrême fragilité peuvent constituer une référence significative ; elle vise en outre à savoir si les procédures utilisées sont durables. Cette évaluation servira aussi de base à l'extension du PEP à l'échelle nationale.

Les utilisateurs et utilisations envisagées de cette évaluation sont spécifiés dans le Tableau 1 ci-dessous.

Tableau 1: Les utilisateurs et utilisations envisagées de l'évaluation

Utilisateurs de l'évaluation	Utilisation de l'évaluation	
	Guinée Bissau	Sao Tomé e Principe
Section Education UNICEF Guinée Bissau	Contribuer à la définition des priorités et stratégies adaptées de la mise en œuvre en matière d'éducation de qualité pour le prochain Programme de Coopération (2021 – 2025).	Effectuer les réajustements du PEP au niveau de la conception, mise en œuvre et suivi/évaluation en vue de l'expansion du programme en 2020.
Bailleurs de fond	Orienter les financements vers les interventions les plus efficaces et les plus efficaces visant l'amélioration de la qualité de l'éducation.	Mieux orienter les financements dans le domaine du développement de la jeune enfance.
Bureau Régional de l'UNICEF (section d'éducation)	<ul style="list-style-type: none"> - Identifier et disséminer dans la région bonne pratiques et leçons apprises dans le but d'atteindre le résultat régional sur l'accès à l'éducation (KRC4). - Plaider en faveur des investissements appropriés pour garantir des programmes visant une éducation de qualité et des meilleurs résultats d'apprentissage. 	
Communautés/bénéficiaires	Mieux s'approprier des résultats du programme et continuer les efforts vers l'établissement d'un environnement plus propice à l'apprentissage dans et autour de l'école.	Mieux s'approprier les résultats du programme et renforcer les connaissances acquises grâce à un cycle de feedback positif.
Gouvernement (Ministère de l'Education et autres ministères)	Mieux orienter ses efforts dans la définition et la mise en œuvre des normes d'une école de qualité.	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuer à la définition et la mise en œuvre d'un programme d'éducation parentale au niveau national. - Mieux assurer la durabilité des résultats du PEP, tout en garantissant une gestion autonome des activités dans le futur ainsi que le fonctionnement des équipes de coordination et de supervision des actions et sessions de coordination sur le terrain.
ONGs/autres partenaires	Optimaliser et mieux focaliser la stratégie opérationnelle dans le domaine d'éducation et du développement de la jeune enfance, surtout dans le cadre des partenariats futures avec l'UNICEF.	

3. Objectifs de l'évaluation

Les objectifs de l'évaluation sont de :

- (1) Déterminer la pertinence, l'efficacité, l'efficience et la durabilité des programmes EAE (en Guinée-Bissau) et Education Parentale (en STP)¹⁰⁶ ;
- (2) Analyser les défis dans la mise en œuvre des approches (y compris le hiatus possible entre le développement des standards et leur mise en œuvre pratique) ;
- (3) Identifier et documenter dans la section sur les leçons apprises, les grands enseignements tirés et les bonnes pratiques à répliquer sur la mise en œuvre des approches ;
- (4) Formuler des recommandations opérationnelles et stratégiques afin d'améliorer la qualité d'éducation par les approches EAE et PEP.

L'intérêt de réaliser une évaluation multi-pays réside ici dans le fait de pouvoir d'une part réduire les coûts de transactions relatifs à la réalisation de telles évaluations, mais aussi de pouvoir faciliter la coopération et l'apprentissage en matière d'évaluation entre des pays qui réalisent des activités similaires ou qui contribuent aux mêmes résultats.

4. Portée de l'évaluation

Portée thématique :

Pour la **Guinée Bissau**, l'évaluation couvrira l'ensemble des thématiques et interventions du programme EAE (éducation de base, éducation préscolaire, éducation inclusive, alphabétisation des femmes, Wash in School, environnement scolaire, etc.). Au cours des neuf années couvertes par l'initiative, différents rapports ont été produits pour documenter le programme. Enfin d'autres documents ont été produits dans le cadre du développement des normes et standards pour une école de qualité issus de l'approche EAE. Toute cette documentation mérite d'être identifiée et analysée afin de contribuer à la réalisation de cette évaluation.

Pour STP, l'évaluation portera sur la planification et la mise en œuvre du programme d'éducation parentale exécuté en tant qu'approche intersectorielle, impliquant le secteur de l'éducation, la protection sociale, la protection de l'enfance, la santé et la communication, pour la période 2013-2018, en se concentrant sur la phase préparatoire et comprenant la phase pilote de mise en œuvre. Le document nommé RELATORIO FINAL JAN. 2018 PEP-STP II, correspond au rapport final de la mise en œuvre de ces deux phases du PEP ; ce document est présenté en annexe 4, lien : Annex 4

¹⁰⁶ En outre, l'évaluation doit couvrir (i) les chaînes des résultats spécifiques attendus ; (ii) l'adaptation et la concrétisation des guides globaux ; (iii) les stratégies d'exécution ; (iv) les bonnes pratiques eu égard au contexte de mise en œuvre ; (v) la couverture des interventions ; et (vi) l'appropriation nationale et l'intégration dans les politiques et stratégies.

Portée géographique :

La revue documentaire devra couvrir l'ensemble des activités réalisées dans le cadre de la mise en œuvre de l'EAE et de l'éducation parentale dans toutes les zones couvertes au niveau de chaque pays. Toutefois, la collecte de données doit couvrir un échantillon représentatif de 20 secteurs dans les régions de Gabu, Bafata, Oio, Quinara et Tombali où l'approche EAE a été mise en place en Guinée Bissau.

Pour STP, l'évaluation couvrira les régions de Lobata, Caué, Lemba et Région Autonome du Principe, couvrant un échantillon représentatif des familles bénéficiaires du programme réparties dans 19 communautés.

Portée chronologique :

Pour le programme EAE cette évaluation couvrira toutes les interventions des deux derniers cycles du programme de coopération UNICEF – Guinée Bissau : 2011-2015 et 2016-2019.

En ce qui concerne l'éducation parentale, l'évaluation couvrira la période 2013-2018, en mettant l'accent sur les phases préparatoires du programme et la mise en œuvre du projet pilote.

5. Contexte de l'évaluation

Guinée-Bissau

Confrontée à un passé politique tumultueux, la Guinée-Bissau est l'un des pays les plus pauvres du monde, se classant au 177e rang sur l'indice de développement humain (PNUD, 2018), avec un indice moyen (0,455) bien inférieur à la moyenne des pays d'Afrique subsaharienne (0,537). Les femmes et les enfants sont particulièrement exposés à la pauvreté et à la vulnérabilité. Une analyse menée conjointement par l'UNICEF et le PNUD en 2017 a révélé que 58% des ménages sont pauvres de manière multidimensionnelle alors que 97% des enfants sont privés d'au moins un de leurs droits fondamentaux.

Le pays continue à faire face à une instabilité de l'environnement politique et institutionnel qui entrave le développement du pays. La crise prolongée au fil des ans a eu un impact négatif sur le secteur de l'éducation. Les efforts visant à améliorer le secteur de l'éducation en Guinée-Bissau sont confrontés à des défis et à des limitations considérables : 40% de la population du pays est analphabète ; les réseaux routiers sont limités et souvent périlleux ; l'électricité est sporadique ou inexistante ; et des réseaux téléphoniques inadéquats entravent la communication. La Guinée-Bissau n'a pas atteint les objectifs fixés pour l'éducation dans les objectifs du Millénaire pour le développement et n'est pas en voie d'atteindre l'objectif de l'éducation pour tous (2020).

Le système éducatif bissau-guinéen continue de souffrir de la faiblesse de l'offre et de la qualité des services fournis à tous les niveaux de l'enseignement. Au fil des ans, le système a tardé à s'adapter aux demandes de la population croissante. Seulement un quart des écoles primaires sont pourvues d'infrastructure et de ressources permettant de couvrir la totalité des 6 grades du primaire. Cette situation contribue à l'abandon précoce du système scolaire par les enfants avec des compétences limitées en lecture, écriture et calcul. Les filles sont particulièrement plus touchées, car à cause de multiples raisons elles ont moins de chances de parcourir les longues distances nécessaires pour se rendre dans les écoles les plus proches, offrant des cours allant jusqu'à la sixième année.

Les grèves d'enseignants ont continué à frapper le système avec une perte de 46% des journées d'enseignement en 2017/18 et plus de 38% en 2018/19. Les provisions budgétaires par l'Etat tendent à baisser depuis 2015. Pendant deux années consécutives entre 2016 et 2017, il n'y avait pas de budget approuvé par l'État et, sur la base des informations disponibles, la part de l'éducation prévue en 2018 était de 8%. En 2017, l'un des développements majeurs pour le pays a été l'approbation du Plan sectoriel de l'éducation 2017-2025 et l'obtention du financement de 4,7 millions USD du Partenariat mondial pour l'éducation (GPE).

La mise en œuvre de l'initiative EAE s'inscrit dans les priorités du pays en matière d'amélioration de la qualité des enseignements et apprentissages. Comme l'environnement scolaire étant un des déterminants essentiels de cette qualité, il est important de voir dans quelle mesure des améliorations de cet environnement se traduisent effectivement par des progrès au niveau des enseignements et apprentissages.

Sao Tomé et Principe

Sao Tomé-et-Principe est un petit État insulaire en plein développement, dont l'économie fragile dépend fortement de l'aide étrangère. Depuis 2013, le pays est classé par la Banque mondiale parmi les pays à revenu intermédiaire de la tranche inférieure. Sa population est d'environ 197 900 habitants.

Bien que le pays soit considéré comme un État fragile en raison de sa situation insulaire, des progrès ont été accomplis ces dernières années dans le domaine de l'éducation et de la survie de l'enfant.

En Sao Tomé-et-Principe, les enfants âgés de 0 à 17 ans représentent environ 48 % de la population du pays (INE-STP, 2012), dont 70 % vivent dans la pauvreté et souffrent de privations multidimensionnelles. D'après les données MICS 2014, 21.7% des familles santoméennes vivent en dessous du seuil de l'extrême pauvreté. Les données du Recensement Générale e la Population et de l'Habitation (RGPH) révèlent que seulement 40 % des enfants vivent avec leurs deux parents, 13,4 % des enfants et adolescents vivent dans des familles monoparentales et 1 % vivent seuls (INE-STP, 2012).

Dans le cadre de l'élaboration du Programme national d'appui aux familles 2015-2018, une enquête a été menée qui a caractérisé les différentes configurations de la famille de Sao Tomé-et-Principe, à savoir: Le modèle monoparental prédomine dans lequel la responsabilité de l'éducation d'un enfant incombe exclusivement aux mères ; les unions de fait (concubinages) sont initiées très tôt, aboutissant à des séparations et unions successives et ayant des conséquences sur la composition et le fonctionnement de la cellule familiale.

Dans ce cadre, les gouvernements successifs et diverses entités nationales et internationales de la société civile ont élaboré des stratégies, des plans et des programmes comportant des formes de suivi, d'évaluation et d'allocation de ressources pour " la survie, l'éducation, la protection sociale et juridique des enfants " (ACPF, 2011), en bref, les politiques publiques adoptées et les approches programmatiques ont visé le développement des systèmes nationaux de protection des enfants et des familles, l'attention étant portée aux familles les plus vulnérables.

La période 2013-2018 a été marquée par de nombreuses interventions visant à répondre à la situation identifiée. La Direction de la protection sociale - DPSS, Ministère de la Justice et de l'Education, avec l'appui de l'UNICEF : a actualisé la loi sur la famille, mis en œuvre le programme 1000 jours, élaboré la stratégie de protection sociale, appuyé le programme pour le développement de la petite enfance axé sur l'éducation préscolaire des enfants de 4 et 5 ans et mis à l'essai le programme d'éducation des parents. Avec le soutien

financier de la Banque mondiale, le programme d'aide aux mères les plus démunies a été étendu par le transfert direct de fonds à 3500 familles.

6. Critères d'évaluation

Cette évaluation multi-pays du projet sera guidée par les cinq critères OCDE/CAD suivants : la pertinence, l'efficacité, l'efficience et la durabilité. La prise en compte des droits humains, du genre et de l'équité sera également appréciée dans le cadre de présente évaluation.

Malgré la non inclusion du critère d'impact faute des données de base (baseline), il est attendu que certaines indications d'impact seront capturées sous le critère d'efficacité.

6. Questions d'évaluation

Dans le but d'atteindre les buts de l'évaluation et sur la base des critères d'évaluation susmentionnés, une liste indicative de questions d'évaluation a été définie. Elle sera affinée et au besoin complétée par l'équipe d'évaluation dans leur proposition technique et finalisé lors de la phase de démarrage de l'évaluation. Une liste finalisée sera présentée et approuvée dans la note de cadrage.

7.1. Pertinence

Guinée Bissau et STP

- 7.1.1. Dans quelle mesure les activités des initiatives EAE et le PEP sont pertinentes face aux changements souhaités dans le secteur de l'éducation touchant les enfants (filles et garçons).
- 7.1.2. Dans quelle mesure les différents besoins des bénéficiaires envisagés et notamment les plus vulnérables^[1] ont-ils fait l'objet d'une évaluation préalable lors de la conception du programme ? Dans quelle mesure les résultats de cette évaluation ont-ils informé la planification et la mise en œuvre des programmes ?
- 7.1.3. Dans quelle mesure les approches proposées sont-elles adaptées pour atteindre les objectifs envisagés de chaque programme ? (Permettre aux apprenants de bénéficier effectivement d'un environnement propice aux apprentissages et améliorer leur niveau d'apprentissage pour l'EAE et aux enfants d'un environnement familial plus sûr et plus stimulant dans le cas du PEP.)

Questions spécifiques pour la Guinée Bissau

- 7.1.4. Dans quelle mesure l'approche et sa mise en œuvre sur le terrain sont-elles flexibles et tiennent compte des différents agendas des bénéficiaires ?

Questions spécifiques pour la STP

7.1.5. Dans quelle mesure le programme d'éducation parentale met-il l'accent sur le développement des compétences qui aident les parents, c'est-à-dire dans quelle mesure les thèmes développés pendant les séances ont-ils permis efficacement à changer les pratiques ?

7.2 Efficacité

Questions spécifiques pour la Guinée Bissau

Résultats

- 7.2.1. Quels sont les résultats concrets atteints au bout de la période de mise en œuvre de l'initiative ? (au niveau des enfants, de l'amélioration de la fréquentation du fait d'un environnement amélioré, du taux de réussite aux examens des élèves des EAE, de l'existence et de l'utilisation de normes et standards nationaux pour une école de qualité) ;
- 7.2.2. Quels sont les changements positifs et/ou négatifs observés chez les bénéficiaires (élèves, enseignants, parents, communautés, etc.) auxquelles l'approche EAE a contribué ?
- 7.2.3. Dans quelle mesure et comment l'approche EAE a contribué à influencer la perception des familles, des bénéficiaires et des communautés sur l'éducation en général et l'école ?
- 7.2.4. Dans quelle mesure, l'approche a-t-elle permis de fournir aux enfants qui fréquentent les EAE un paquet minimum de services intégrés (établissement des actes de naissance, acquisition de compétences en lecture, calcul, compétences de vie courante) ?
- 7.2.5. Quels sont les facteurs habilitants et/ou obstacles identifiés pour une mise en œuvre efficace d'EAE ?

Processus

- 7.2.6. Dans quelle mesure le modèle Ecole Amis des Enfants intégrant l'environnement d'apprentissage est un facteur de la qualité des enseignements et apprentissages ?
- 7.2.7. Dans quelle mesure la maîtrise de l'approche par les acteurs (enseignants, directeurs, parents, administrateurs de l'éducation, inspecteurs) a influencé les progrès dans la mise en place d'un cadre réglementaire permettant l'accès à un apprentissage de qualité et d'établir des normes d'interventions de qualité dans les écoles maternelles et primaire ?
- 7.2.8. Dans quelle mesure les activités planifiées sur la période de mise en œuvre permettent-elles (en quantité et en qualité) d'atteindre les résultats ? Y a-t-il des gaps non couverts par d'autres partenaires ou le gouvernement ?
- 7.2.9. Dans quelle mesure les partenariats établis ont-ils favorisé ou défavorisé l'atteinte des résultats escomptés ?

Questions spécifiques pour la STP

Résultats

- 7.2.10. Dans quelle mesure le programme PEP a atteint ses objectifs escomptés ?
- 7.2.11. Dans quelle mesure le programme a contribué aux changements positifs observés chez les bénéficiaires dans les domaines suivants : développement et relations affectif, développement intégral, droits de l'enfant, stimulation intellectuelle et langage ?

- 7.2.12. Dans quelle mesure le PEP a-t-il été mise en œuvre conformément aux directives du Programme d'aide aux familles ? Et dans quelle mesure la mise en œuvre a-t-elle été standardisée ?
- 7.2.13. Quels sont les facteurs habilitants et/ou obstacles identifiés pour une mise en œuvre efficace du PEP ?
- 7.2.14. Dans quelle mesure et comment le programme a-t-il influencé la perception des familles bénéficiaires et des communautés en général au sujet des soins et du développement des jeunes enfants ?
- 7.2.15. Dans quelle mesure le PEP contribue-t-il à améliorer la fréquentation et la rétention des enfants à l'école primaire ?

Processus

- 7.2.16. Dans quelle mesure le programme offre-t-il une alternative complémentaire aux programmes existants pour les familles vulnérables et leurs enfants ?
- 7.2.17. Dans quelle mesure les activités étaient-elles suffisantes (en quantité et qualité) pour atteindre les résultats escomptés du PEP ? Y a-t-il des gaps non couverts par d'autres partenaires ou le gouvernement ?
- 7.2.18. Dans quelle mesure les partenariats établis ont-ils favorisé ou défavorisé l'atteinte des résultats escomptés ?
- 7.2.19. Quels sont les défis auxquels sont confrontés les coordinateurs, superviseurs et activistes du PEP et comment ont-ils été relevés ?

7.3 Efficience

Guinée Bissau et STP

- 7.3.1. Dans quelle mesure les ressources financières, humaines et les biens ont été :
- Suffisantes (en termes de quantité) par rapport aux besoins identifiés et aux résultats escomptés ?
 - Adéquates (en termes de qualité) par rapport aux résultats escomptés ?
 - Déployées à temps ?
- 7.3.2. Dans quelle mesure les mêmes résultats auraient-il pu être atteints par d'autres alternatives moins coûteuses ?
- 7.3.3. Quels sont les facteurs de gestion qui ont favorisé ou empêché l'efficience du projet ?

7.4 Durabilité

Guinée Bissau et STP

- 7.4.1. Dans quelle mesure le Gouvernement, les inspecteurs, les directeurs, les enseignants, les parents et les communautés se sont-ils appropriés les approches dans les deux pays ?
- 7.4.2. Dans quelle mesure les conditions nécessaires pour une appropriation des interventions par la partie nationale et les communes ont été mises en place par UNICEF et ses partenaires ?
- 7.4.3. Dans quelle mesure les interventions des deux programmes vont continuer dans les deux pays sans le soutien des partenaires, tels que l'UNICEF ?

Questions spécifiques pour la Guinée-Bissau

- 7.4.4. Dans quelle mesure des dimensions de l'approche ont été intégrées dans les normes et standards nationaux pour une école de qualité ?
- 7.4.5. Quels sont les facteurs qui favorisent la pérennisation de de l'approche EAE ?

Question spécifique pour la STP

- 7.4.6. Quel a été le degré et le type de participation et d'engagement des équipes de coordination et de contrôle, au cours de la phase de mise en œuvre?

7.5. Genre, droits humains et équité

- 7.5.1. Dans quelle mesure les garçons/filles le plus vulnérables et/ou des zones le plus défavorisées des communes couvertes, ont-ils pu bénéficier des deux programmes dans les deux pays ?
- 7.5.2. Dans quelle mesure les deux programmes assurent les mêmes possibilités dans l'enseignement et les apprentissages aux filles et aux garçons ?
- 7.5.3. Dans quelle mesure les deux programmes ont adressé les barrières spécifiques au genre qui empêchent les filles et garçons à accéder aux activités et services qui sont mis à leur disposition ?
- 7.5.4. D'une manière plus large, dans quelle mesure les considérations spécifiques liées au genre, droits humains et équité ont-elles été prises en compte lors de la conception, planification, mise en œuvre et suivi de deux programmes. (Par exemple en ce qui concerne la participation des parents – meres, pères, enseignants féminines et masculins, etc.).

7. Méthodologie

L'évaluation sommative des deux programmes sera menée selon une approche **participative et inclusive**.

L'évaluation sera basée sur des **méthodes mixtes de collecte et d'analyse des données** auprès des bénéficiaires escomptés et des acteurs clés dans le processus de mise en œuvre de l'approche. Le but d'utiliser plusieurs méthodes et de trianguler les données provenant de différentes sources afin de formuler les constats est d'apporter des réponses le plus pertinentes et crédibles aux questions d'évaluation. Les **données primaires collectées sur le terrain** seront complétées par :

- L'analyse secondaire des données de routine générées par le dispositif de suivi d'UNICEF et ses partenaires (MICS, Système d'Information de Gestion de l'Éducation, annuaires statistiques scolaires, Plan Sectoriel de l'Éducation, données de suivi existantes, etc.) ;
- Une revue documentaire (plans d'actions, rapports de la mise en œuvre, etc.) et
- Un processus itératif de dialogue avec les principaux acteurs de la mise en œuvre, y compris
 - Le personnel d'UNICEF
 - Le personnel des MdE
 - Les agences de mise en œuvre
 - Les parents, les enseignants et tout autre informant clé au niveau de la communauté.

Ce dialogue multi-acteurs servira également d'opportunité pour reconstituer la théorie de changement de l'approche EAE et du PEP.

Les données et les documents existants sur les deux programmes (parmi les documents on retrouve UNDAF GB et STP, Programme de Coopération Guinée-Bissau-UNICEF et STP, Note Strategic STP 2017-2021, rapports sur l'état d'avancement et finale et tout le matériau développé pour la mise en œuvre du PEP, etc.) seront mis à disposition de l'équipe d'évaluation par le staff de deux Bureaux Pays de l'UNICEF au démarrage de la consultation.

Une méthodologie d'évaluation plus détaillée sera proposée par l'équipe d'évaluation, en prenant en compte les différences parmi les parties prenantes, en termes d'âge, de genre, et autres critères jugés pertinents. L'équipe proposera ainsi la méthodologie (y compris la stratégie d'échantillonnage et d'analyse) et les étapes de l'évaluation dans son offre technique.

Le bureau d'étude présentera une note de cadrage de l'évaluation (inception report en anglais) avec une méthodologie détaillée, qui inclura des éléments à la fois quantitatifs et qualitatifs, conçus pour répondre avec précision aux questions de l'évaluation lors de la première phase de la consultance. Dans le but de démontrer que l'équipe d'évaluation a bien saisi l'approche ainsi que les questions fondamentales adressées par cette évaluation, la note de cadrage devra fournir un résumé critique des informations contenues dans les documents programmatiques mises à disposition de l'équipe d'évaluation par l'UNICEF après la signature du contrat. La note devra aussi bien indiquer, pour chacune des questions de l'évaluation, les informations suivantes : quelles méthodes et quels outils de collecte de données seront utilisés pour y répondre, auprès de qui les données en question seront collectées (y compris la stratégie d'échantillonnage), quelles méthodes d'analyse seront utilisées pour interpréter lesdites données, quelles mesures seront adoptées afin d'assurer la qualité de l'évaluation, et comment les données seront disséminées. Cette note doit aussi proposer les mesures susceptibles de garantir au processus d'évaluation une assise éthique, et de protéger la confidentialité et la dignité de ceux qui participent à l'évaluation. La note de cadrage y compris les outils proposés pour la collecte des données doivent être validés par l'UNICEF avant le démarrage de la collecte des données primaires sur le terrain.

L'évaluation sera menée selon les [normes et standards](#) d'évaluation du Groupe de l'Evaluation des Nations Unies (UNEG). Elle intégrera de manière spécifique les droits humains, le genre et l'équité et sera conduite conformément au [code de conduite](#), [guide d'éthique](#) ainsi qu'aux [directives de l'UNEG](#) en matière d'intégration des droits humains et de l'égalité des sexes aux évaluations. Un accent particulier sera mis sur la conformité de différents livrables de ce mandat avec les standards du [GEROS](#). Faut d'une intégration adéquate des standards GEROS et des directives de l'UNEG en matière de genre, les livrables ne seront pas acceptés par l'UNICEF.

8. Plan de travail, Livrables, et Lieux de travail

La réalisation de la mission du bureau d'études/centre de recherche est prévue pour une durée de 4 mois au cours de la période allant d'août à décembre 2019. Ce délai prend en compte les travaux du bureau, les travaux sur le terrain, la rédaction des rapports et leur restitution. Le Tableau 2 ci-dessous présente le plan de travail indicatif de l'évaluation.

Tableau 2: Plan de travail indicatif

TACHES	Nombre de jours travaillés			
	Guinée-Bissau		Sao Tomé e Príncipe	
	Chef d'équipe	Consultant national	Chef d'équipe	Consultant national
I. Phase de Préparation				
Réunion initiale (par Skype)	1	1	1	1
Revue de la littérature, et entrevues préliminaires	3	3	3	3
Elaboration et soumission de la note de (une note de cadrage par pays doit être produite)	3	1	3	1
Révision de la note de cadrage sur la base des commentaires du Comité de Pilotage de l'évaluation	2	-	2	-
II. Phase de Collecte des données dans le pays				
Rencontre avec le staff de l'UNICEF et les autres parties prenantes dans les deux pays concernés par l'évaluation	3	3	3	3
Visites de terrain et collecte des données auprès des bénéficiaires et partenaires	8	8	8	8
Analyse des données et élaboration d'un PPT avec les conclusions préliminaires par pays	4	4	4	4
Analyse des données, restitution et discussion avec les partenaires de mise en œuvre (ex. sous forme d'un atelier participatif) et le Comité de Pilotage de l'évaluation	1	1	1	1
III. Phase de Rédaction du Rapport				
Elaboration et soumission du Rapport provisoire de l'évaluation (Draft 0 ; un rapport par pays doit être produit)	5	5	5	5
Elaboration et soumission de la version révisée du rapport (Draft 1) intégrant les commentaires du Comité de Pilotage.	3	2	3	2
Atelier de validation des recommandations (soit facilité par l'équipe d'évaluation soit	1	1	1	1

par les responsable M&E de l'UNICEF ou le Conseiller Régional pour l'Evaluation)				
Elaboration et soumission de la version finale du rapport (Draft 2) intégrant les commentaires ultérieurs du Comité du Pilotage (1 rapport par pays est attendu).	2	1	2	1
Elaboration et soumission de 2 notes de synthèse et version finale de la PPT.	2	-	2	-
Elaboration et soumission du rapport régional provisoire de l'évaluation (Draft 0)	4		-	
Elaboration et soumission de la version finale du rapport régional (Draft 2) intégrant les commentaires ultérieurs du Comité du Pilotage.	1		-	
TOTAL	43	30	38	30

Livrables pour chaque pays concerné par l'évaluation

Pour chacun de deux pays, le bureau d'études/centre de recherche fournira un rapport en portugais de préférence, ou alors si cela n'est pas possible en français comme seconde option. Les rapports une fois produits dans une de ces langues et validés par le Comité de Pilotage seront par la suite traduits dans l'autre à la charge de l'équipe d'évaluation. Les autres produits (PPT, notes de synthèse) doivent être fournis en portugais.

1. Une **note de cadrage** ou « inception report » présentant la méthodologie détaillée d'évaluation.

Cette note sera articulée autour des principaux points suivants :

- Introduction présentant l'objet d'évaluation, le but, la portée et les objectifs de l'évaluation ;
- Contexte de l'évaluation y compris les résultats préliminaires de la revue documentaire ;
- Les critères et questions d'évaluation affinées à partir de la revue documentaire et des entretiens préliminaires ;
- Méthodes de collecte des données y compris l'échantillonnage et la prise en compte des considérations éthiques ;
- Méthodes d'analyse des données ;
- Matrice d'évaluation présentant pour chaque critère et chaque question d'évaluation, les méthodes de collecte et les sources de données correspondantes ;
- Limites de l'évaluation ;
- Plan de travail indicatif ;
- Structure proposée pour le rapport final ;
- Annexe : liste des principaux documents revus ; ensemble des outils proposés pour la collecte des données ; liste des informateurs clés et sites à visiter.

2. Deux présentations PPT des conclusions \ préliminaires (1 pour chacun de deux pays) : Cette présentation sera discutée à l'occasion du mini-atelier de restitution des résultats de l'évaluation vers la fin de la mission sur le terrain. La présentation PPT sera par ailleurs actualisée et remise en même temps que le rapport final.

3. Deux rapports provisoires d'évaluation (1 pour chacun de deux pays) (à soumettre avant le 20

novembre 2019) présentant les principaux constats, conclusions et recommandations.

4. **Deux rapports provisoires d'évaluation révisés (1 pour chacun de deux pays) (à soumettre avant le 15 décembre 2019)** : ces deux rapports intégreront les commentaires fournis par le Comité de Pilotage sur le draft antérieur)
5. **Deux rapports finaux d'évaluation (1 pour chacun de deux pays) (à soumettre avant le 20 janvier 2020)** Ce produit devra être d'au plus 50 pages (sans les annexes) et intégrera un résumé exécutif d'au plus 5 pages. Le contenu du rapport d'évaluation sera conforme aux [normes de l'UNICEF](#). Il devra également répondre aux standards utilisés pour l'évaluation indépendante de la qualité des rapports d'évaluation de l'UNICEF (méta-évaluation) à travers le [GEROS](#).
6. **Une note de synthèses** ou « **policy brief** » d'au plus 5 pages qui servira d'outil de dissémination des principales conclusions et recommandations de l'évaluation.
7. **Un plan d'action** pour la mise en œuvre des principales recommandations de l'évaluation ou «management response» qui sera défini de manière participative au cours de l'atelier de validation du rapport d'évaluation par le groupe de référence élargi aux partenaires clés du secteur de l'éducation.

Livrables au niveau régional

1. Un rapport d'évaluation régional d'au plus 50 pages présentant un résumé des évaluations des 2 pays. Ce rapport doit correspondre aux mêmes standards et avoir la même structure que les rapports pays (à soumettre avant le 25 janvier 2020)
2. Une note de synthèses Régionale ou « policy brief » d'au plus 5 pages qui comparera les expériences des deux pays servira d'outil de dissémination des principales conclusions et recommandations de l'évaluation

Lieux de travail

L'équipe constituée par le bureau d'études/centre de recherche sera basée en Guinée-Bissau et Sao Tomé e Príncipe pendant la période de collecte de données primaires et réalisera le reste du travail à distance (chaque membre de l'équipe à partir de son lieu de résidence) lorsque leur présence sur le terrain n'est pas nécessaire (exemple : lors de la phase de préparation de la note de cadrage et de la rédaction du rapport). Cette répartition du temps du travail devra être proposée par l'équipe dans leur offre technique et discutée avec l'UNICEF

9. Gouvernance de l'évaluation

Le gestionnaire de l'évaluation : Le chargé de suivi et évaluation du bureau UNICEF Guinée Bissau sera le gestionnaire global de l'évaluation pour la Guinée Bissau et son homologue de Sao Tome le sera pour Sao Tome. Ceci contribuera à la préservation de l'indépendance de l'évaluation. Les deux staffs de l'UNICEF en question travailleront en collaboration avec le Conseiller Régional de l'UNICEF en évaluation, lequel apportera les orientations techniques nécessaires et veillera au maintien d'un niveau maximal de qualité de l'évaluation.

Les gestionnaires devront s'assurer du respect des normes et standards de l'UNICEF ainsi que du respect des normes de qualité.

Le Contrôle de qualité de l'évaluation sera effectué au moyen d'une revue des TDR, de la méthodologie et des rapports et assuré par *le gestionnaire de l'évaluation* en coordination avec le comité de pilotage et le bureau régional de l'UNICEF pour garantir la qualité.

En Guinée Bissau, *Le Comité de pilotage sera* présidé par le Secrétaire General du MEESCD. Le secrétariat de ce comité sera assuré par le gestionnaire de l'évaluation. Le comité est composé de :

Président : Secrétaire General du MEESCD

Rapporteur : Directeur adjoint du GEPASE

Membres :

- Représentant(e) de Direction de la planification et de la Statistique ;
- Représentant(e) de la Direction de l'Education de Base ;
- Représentant de l'Inspection générale ;
- Représentant de l'Institut National de Développement de l'Education (INDE) ;
- Représentants EAE ;
- Représentants UNICEF : Chef Section Programme Education de base, Spécialiste en Education, Chef Section Programme Politiques Sociales, Planification, Suivi et Evaluation, Spécialiste planification, suivi et évaluation de l'UNICEF.

En Sao Tome et Principe, *Le Comité de pilotage sera* présidé par la Directrice Ministère des Affaires Sociales. Le secrétariat de ce comité sera assuré par le gestionnaire de l'évaluation. Le comité est composé de :

Président : Directrice Ministère des Affaires Sociales

Rapporteur : Coordinatrice du PEP

Membres :

- Représentant(e) de Direction des soins primaires du Ministère de la Santé ;
- Représentant(e) de la Direction de l'Education Préscolaire ;
- Représentant(e) de organisations de la société civile ;
- Représentant(e) des services sociaux dans les districts ;
- Représentant de l'Institut National des Statistiques, point focal en matière d'enquêtes sur le terrain ;
- Représentants UNICEF : Spécialistes Education, Politiques Sociales et Santé, Suivi et Evaluation, communication et protection.

10. Durée du contrat ; Rémunération ; Autres Termes et Conditions

Le contractant sera engagé dans le cadre d'un contrat institutionnel à court terme et à temps plein, immédiatement après l'achèvement de la procédure de passation de marché, pour une période estimée à 4 mois. Le nombre exact de jours à proposer par le contractant et confirmé par l'UNICEF, y compris les délais

spécifiques, sera déterminé lors de la signature du contrat. Les termes de référence font partie intégrante du contrat institutionnel signé avec le contractant.

Les montants et les conditions de paiement sont sujets aux négociations, mais doivent être conformes aux normes des Nations Unies. Une ventilation détaillée du budget (offre financière) doit être soumise avec la proposition de l'offre technique. Le calendrier de paiement sera convenu et lié aux produits livrables.

L'UNICEF se réserve le droit de retenir tout ou partie du paiement si les résultats ne sont pas satisfaisants, si le travail / les résultats :

- est incomplet ;
- n'est pas conforme aux normes de qualité exigées par l'UNICEF et le gouvernement ;
- n'est pas livré ou n'a pas respecté les délais ;

(Pénalités liées aux retards dans les livrables : 5 jours – 10%, 15 jours – 20% ; 1 mois – 50% ; plus de 1 mois – paiement retiré).

Le contrat devrait durer 79 jours répartis sur la période de 4 mois (le Chef d'Equipe aura 79 jours de travail, les deux consultants nationaux auront de 30 jours chacun). Les autres conditions sont les suivantes :

- Lieux de travail : Le consultant international sera basé à la maison avec des missions en Guinée Bissau et Sao Tomé e Principe, avec des voyages sur les sites d'intervention ;
- Unicef prendre en charge les billets d'avion aller-retour en classe économique suivant le trajet le plus direct et économique ;
- Les paiements seront basés sur les livrables ;
- L'UNICEF ne fournit pas d'assurance maladie pour les consultants proposés par le bureau d'études/centre de recherche ;
- Le per diem sera payé conformément à la Commission de la fonction publique international

Le paiement des honoraires du consultant sera échelonné comme suit :

- 15% à la soumission de la note de cadrage pays 1 ;
- 15% à la soumission de la note de cadrage pays 2 ;
- 15% à la soumission du rapport préliminaire pays 1 ;
- 15% à la soumission du rapport préliminaire pays 2 ;
- 15% après validation du rapport final, du résumé exécutif et des notes de synthèse sur les principaux résultats de l'évaluation pays 1 ;
- 25% après validation du rapport final, du résumé exécutif et des notes de synthèse sur les principaux résultats de l'évaluation pays 2 et du rapport régional final.

11. Qualifications & Expérience

Cette publication est destinée à des centres de recherche ou bureaux d'études. Le bureau d'études/centre de recherche intéressé devra proposer une équipe composée de **3 consultants** :

- 1 Chef d'Equipe international qui couvrira les deux pays et
- 2 consultants Nationaux (un dans chacun de deux pays qui feront l'objet de cette évaluation).

L'équipe constituée devra avoir une solide expertise et une riche expérience dans le domaine de l'évaluation, éducation et développement du jeune enfant. L'équipe devrait également avoir une bonne connaissance du contexte national. Les membres de l'équipe travailleront en étroite collaboration pour la coproduction et la mise en œuvre d'une méthodologie et d'une démarche appropriées pour la réponse aux questions d'évaluation et l'atteinte des résultats escomptés. L'équipe devra adopter une démarche favorable au renforcement des capacités évaluatives nationales, particulièrement pour les « évaluateurs émergents ».

La/Le consultant(e) international chef d'équipe :

Elle/Il assurera la coordination de l'équipe d'évaluation et veillera à assurer le design de l'évaluation, le pilotage du processus évaluatif, l'assurance qualité et la délivrance des produits attendus en étroite collaboration avec les autres membres de l'équipe. Elle/Il devra conduire l'évaluation selon une approche favorable au transfert des compétences aux cadres nationaux membres de l'équipe d'évaluation. Elle/Il devra avoir le profil suivant :

- Avoir au moins un niveau DEA/DESS en éducation, science sociales, évaluation ou domaine connexe ;
- Avoir au moins 5 ans d'expérience en évaluation de programmes et de projets, particulièrement dans les domaines de l'éducation, développement du jeune enfant et des interventions à base communautaire ou des domaines connexes et au moins 5 ans d'expérience en tant que chef d'équipe ;
- Avoir géré des équipes d'évaluation, surtout dans le cadre d'évaluation multi-pays ;
- Disposer d'une solide expérience de travail dans les projets ou programmes en matière d'éducation de qualité et/ou de développement du jeune enfant (au moins 5 ans d'expérience) mesurable par le nombre d'années passées dans des initiations spécialisées dans le domaine ou par la réalisation d'études portant sur le domaine de l'éducation notamment sur la qualité des enseignements et apprentissages ;
- Disposer d'une parfaite maîtrise des méthodes quantitatives et qualitatives de recherche et des méthodes d'évaluation basée sur l'équité, les droits humains et le genre ;
- Avoir une bonne capacité de communication orale et écrite en Portugais et Français et de facilitation de processus participatifs ;
- Avoir une expérience de travail en Afrique de l'Ouest et en Guinée Bissau et/ou STP de préférence.

Autres membres de l'équipe d'évaluation (1 Consultants National pour Guinée Bissau et 1 Consultant National pour Sao Tome) :

Les deux consultants nationaux participeront à toutes les étapes du processus évaluatif et seront principalement chargés de la collecte et de l'analyse des données qui serviront à établir le jugement évaluatif. Ils contribueront également à l'analyse du contexte national et du secteur l'éducation et du développement du jeune enfant ainsi que à la contextualisation des résultats de l'évaluation. Il s'agira aussi bien de l'analyse secondaire des données que des entretiens qualitatifs qui seront menées auprès des communautés

bénéficiaires et des principales parties prenantes de la mise en œuvre du programme. Les consultants doivent avoir le profil suivant :

a. Consultant National en Guinée Bissau

- Avoir au moins un niveau DEA/DESS en éducation, sciences sociales ou domaines connexes ;
- Avoir une expérience d'au moins 5 ans dans le domaine de la gestion et/ou de l'évaluation des programmes et projets dans le secteur d'éducation primaire.
- Avoir une parfaite connaissance de la problématique de l'éducation du contexte national ;
- Avoir une parfaite maîtrise des méthodes quantitatives et qualitatives de collecte et d'analyse des Données ;
- Avoir une bonne capacité de communication orale et écrite en Portugais, la connaissance du Français sera un atout ;
- Avoir une bonne capacité d'analyse, de synthèse et de rédaction.

b. Consultant National en Sao Tome-et-Principe

- Avoir au moins un niveau DEA/DESS en éducation, sciences sociales, développement du jeune enfant ou domaines connexes ;
- Avoir une expérience d'au moins 5 ans dans le domaine de la gestion et/ou de l'évaluation des programmes et projets du développement du jeune enfant et de la protection sociale.
- Avoir une parfaite connaissance de la problématique du développement du jeune enfant et de la protection social ainsi que du contexte national ;
- Avoir une parfaite maîtrise des méthodes quantitatives et qualitatives de collecte et d'analyse des données ;
- Avoir une bonne capacité de communication orale et écrite en Portugais, la connaissance du Français sera un atout ;
- Avoir une bonne capacité d'analyse, de synthèse et de rédaction.

• **Soumission**

L'UNICEF accepte les demandes des bureaux d'études ou centre de recherche. Lors de la soumission de sa proposition le bureau d'études/centre de recherche doit soumettre deux propositions:

• **Une Proposition Technique qui devra inclure tous les documents suivants :**

- Une copie des CV du consultant international ainsi que de ceux de deux consultants nationaux (d'au plus 4 pages)
- Un exemplaire d'un rapport d'évaluation rédigé par le soumissionnaire dans les derniers 5 années ;
- Une note méthodologique (max 10 pages) qui devra démontrer ;
 - La compréhension des TdR (y compris des buts et des objectifs)
 - Les méthodes de collecte et d'analyse des données que le bureau d'études/centre de recherche bureau estimera pertinentes afin de répondre aux questions de l'évaluation inclus dans les TdR
 - Des justifications valides pour l'utilisation de chacune des méthodes de collecte et d'analyse

identifiées ;

- Une définition claire des rôles et responsabilités que chacun des consultants va jouer au sein de l'équipe et par rapport au Bureau Pays de l'UNICEF ;
- La capacité de couvrir les deux programmes dans les deux pays et de soumettre les livrables selon les échéances indiquées dans la section livrables (**il est impératif que les deux rapports finals d'évaluation pour la Guinée Bissau et Sao Tome Principe soient soumis avant le 20 janvier 2020**).

Ce document demeure un document technique et pas une lettre de motivation. Par ailleurs, cette note méthodologique ne devra répliquer le contenu d'aucune section des TdR).

Les propositions techniques complètes seront évaluées sur la base des critères suivants :

- Compréhension de la Problématique, des Rôles et responsabilités des différents membres de l'équipe, des Produits attendus ainsi que des But(s) de l'Evaluation ;
- Pertinence de la méthodologie proposée par rapport aux questions de l'évaluation ;
- Qualité de la justification des méthodes et approches d'évaluation proposées ;
- Respect du nombre de jours ;
- Répartition claire des tâches et responsabilités ;
- Prise en compte des délais raisonnables de validation ;
- Respect des normes et standards UNEG ;
- Capacités rédactionnelles ;
- Capacité de Visualisation/mise en page.
-

Table 3: Grille d'évaluation des propositions techniques

Nombre	Critères d'évaluation	Sous-critères	Note	Note total
1	Compréhension des TdR	Compréhension des TdR (en fonction de la valeur ajoutée de la proposition technique)	10	10
2	Méthodologie	Cadre de référence méthodologique pour répondre aux questions d'évaluation (en fonction de la pertinence du cadre méthodologique pour répondre aux questions d'évaluation)	10	25
		Méthodes de collecte des données (en fonction de la pertinence et de la cohérence des méthodes de collecte des données proposées pour répondre aux questions d'évaluation)	8	
		Méthodes d'analyse des données (en fonction de la pertinence et de la cohérence de la proposition pour répondre aux questions d'évaluation)	7	
3	Capacité organisationnelle de l'équipe d'évaluation/ du	Plan de travail de l'évaluation (en fonction de la pertinence du calendrier proposé pour l'exécution des produits attendus)	5	10

	cabinet d'exécuter le mandat	Rôles et responsabilités des membres de l'équipe d'évaluation <i>(selon la pertinence de la répartition des rôles et des responsabilités pour l'atteinte des résultats attendus dans les délais requis)</i>	5	
4	Expertise et expérience du chef d'équipe	Expertise du chef d'équipe <i>(en fonction de la conformité au profil requis et de l'évaluation des compétences en général et des évaluations axées sur l'équité et sur l'égalité des sexes et les droits humains)</i>	7	13
		Expérience du chef d'équipe <i>(en fonction de la qualité du rapport d'évaluation soumis dans le cadre de la proposition et de l'expérience du consultant en matière d'évaluation en général et dans le domaine thématique ciblé en particulier et en tant que chef d'équipe d'évaluation)</i>	6	
5	Expertise et expérience des membres de l'équipe d'évaluation	Expertise des membres de l'équipe <i>(en fonction de la conformité au profil recherché, de l'expertise dans le domaine thématique visé, de la connaissance du contexte national et des méthodes d'évaluation et de recherche)</i>	6	12
		Expérience des membres de l'équipe <i>(en fonction de l'expérience en matière d'évaluation en général et dans le domaine thématique ciblé)</i>	6	
Note totale attribuée à la proposition technique				70 Points

b) Une offre financière

L'offre financière proposée doit contenir les honoraires, la logistique (DSA et Billets) et les couts indirects (édition, reprographie). Les honoraires seront négociés et déterminés avant signature des contrats.

Les bureaux d'études ou centre de recherche intéressés sont vivement encouragés à envoyer leurs offres d'évaluation technique et financière par courrier électronique (les propositions doivent être soumises séparément).

Date limite de soumission : 2 semaines après la publication

7.2. COMPOSIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Lembá
<ul style="list-style-type: none"> • 46 famílias (17 famílias piloto em Santa Catarina e Neves e 29 famílias na fase de alargamento) nas seguintes comunidades: <ul style="list-style-type: none"> ○ 12 famílias de Santa Catarina ○ 6 famílias de Roça São João; Roça Brigoma e Roça Lembá ○ 8 famílias de Neves ○ 14 famílias de Rosema, Ponta Figo, Água Tomás e Benga ○ 6 famílias de Diogo Vaz • Nesta região, todas as representantes das famílias são do género feminino.
Caué
<ul style="list-style-type: none"> • 39 famílias (9 famílias piloto de Angolares e 30 famílias na fase de alargamento) nas seguintes comunidades: <ul style="list-style-type: none"> ○ 15 famílias de Angolares ○ 4 famílias de Porto Alegre ○ 3 famílias de Malanza e 8 famílias de Ponta Baleia ○ 4 famílias de Yô-Grande ○ 5 famílias de Ribeira Peixe • Nesta região, apenas 5 representantes das famílias são do género masculino.
Cantagalo
<ul style="list-style-type: none"> • 40 famílias (8 famílias piloto de Ribeira Afonso e 32 famílias na fase de alargamento) nas seguintes comunidades: <ul style="list-style-type: none"> ○ 10 famílias de Ribeira Afonso ○ 10 famílias de Santana (Riboque Santana, Cova água, Praia Messias Alves, Zandrigo Santana e Vila Alta Santana) ○ 8 famílias de Água Izé (Plano de Água Izé) ○ 4 famílias de Uba-Budo ○ 8 famílias de Monte Belo • Nesta região, apenas 1 representante de família é do género masculino.
RAP
<ul style="list-style-type: none"> • 30 famílias nas seguintes comunidades: <ul style="list-style-type: none"> ○ 11 famílias de Porto Real ○ 9 famílias de São Joaquim ○ 5 famílias de Nova Estrela ○ 3 famílias de Ponta do Sol • Nesta região, todas as representantes das famílias são do género feminino.

7.3. MATRIZ DE AVALIAÇÃO

Critério de avaliação	Questão de avaliação	Indicadores	Fonte/ instrumento/método de recolha de dados
Relevância	Em que medida os objetivos estão alinhados com os objetivos de planeamento nacional/estratégias nacionais?	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de alinhamento do programa com políticas e estratégias nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas
	Em que medida as atividades da iniciativa PEP são pertinentes para as mudanças desejadas para que as crianças (meninas e meninos) por todas as partes interessadas?	<ul style="list-style-type: none"> Nível de relevância das atividades previstas para a obtenção dos resultados esperados. Critérios de seleção dos beneficiários 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Em que medida as diferentes necessidades dos beneficiários previstos e, em particular, os mais vulneráveis, foram objeto de uma avaliação preliminar na fase de conceção do programa? Em que medida os resultados dessa avaliação informaram o planeamento e a implementação dos programas?	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um estudo de base, que tenha identificado e mapeado corretamente as necessidades dos beneficiários Evidência de consultas realizadas com os beneficiários e parceiros, através de informação coletada. Correlação entre dados do estudo de base e objetivos do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Em que medida as atividades propostas foram adaptadas aos objetivos pretendidos do programa? (Permite que as crianças beneficiem de ambiente familiar mais seguro e estimulante no caso do PEP.)	<ul style="list-style-type: none"> Existência de uma teoria de mudança que defina a visão de mudança, alterações de comportamento, e pressupostos fundamentados. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais

Eficácia	Quais são os resultados concretos alcançados no final do período de implementação da iniciativa em relação aos objetivos? Quais os resultados não intencionais?	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de resultados atingidos vs previstos. Mudanças nos comportamentos dos beneficiários nas áreas chave do programa (desenvolvimento e relacionamento emocional, desenvolvimento integral, direitos da criança, estímulo intelectual e linguagem, frequência e a retenção de crianças na escola) Mudanças na percepção das comunidades sobre as temáticas do programa Evidência de resultados não intencionais 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Análise de dados secundários Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Quais são os fatores facilitadores e/ou barreiras identificados para a eficaz implementação do PEP?	<ul style="list-style-type: none"> Vantagens e constrangimentos identificados ao nível da gestão da implementação, participação e apropriação dos beneficiários e parceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Em que medida as partes interessadas e beneficiários foram envolvidos apropriadamente no desenvolvimento das atividades?	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de utilização de abordagens participativas no planeamento e execução Taxas de participação nas atividades de formações Disponibilidade para transitar do programa piloto para o alargamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
Eficiência	Em que medida os recursos financeiros, humanos e patrimoniais foram: <ul style="list-style-type: none"> - Suficientes (em quantidade) em relação às necessidades identificadas e aos resultados esperados? - Adequados (em termos de qualidade) em relação aos resultados esperados? - Implementados atempadamente? 	<ul style="list-style-type: none"> Relação custo-benefício Evidência de adequação de recursos às atividades planeadas, incluindo planeamento dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas

		<ul style="list-style-type: none"> Evidência de recursos já disponíveis que poderiam ter sido mobilizados, como complementaridade de intervenções Nível de cumprimento do calendário do programa Informação financeira completa e precisa 	
	Em que medida os mesmos resultados poderiam ser alcançados por outras alternativas menos dispendiosas?	<ul style="list-style-type: none"> Existência de alternativas economicamente mais eficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas
	Quais são os fatores de gestão que favoreceram ou prejudicaram a eficiência do programa?	<ul style="list-style-type: none"> Fatores de gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas
Sustentabilidade	Em que medida o governo, inspetores, diretores, professores, pais e comunidades adotaram as abordagens no seu país?	<ul style="list-style-type: none"> Nível de compromisso e apropriação com as abordagens do programa, através de estratégias ou atividades planeadas para o efeito Nível de aprovação ou estabilidade social e política dos dirigentes 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Em que medida foram implementadas as condições necessárias para a apropriação nacional e municipal das intervenções do UNICEF e os seus parceiros, após o final do programa?	<ul style="list-style-type: none"> Atividades planeadas para a apropriação dos resultados a nível nacional e municipal, incluindo capacitação dos implementadores. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas
	Em que medida as intervenções do programa continuarão no país sem o apoio de parceiros, como o UNICEF? Qual foi o grau e o tipo de participação e envolvimento das equipas de coordenação e controlo durante a fase de implementação?	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de compromisso dos beneficiários e parceiros implementadores. Evidência de atividades planeadas para continuidade pós-programa Nível de coordenação e controlo entre equipas de implementação. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	Em que medida esta abordagem poderá ser replicada/expandida no país?	<ul style="list-style-type: none"> Evidências de adaptabilidade aos restantes distritos 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas

		<ul style="list-style-type: none"> Vantagens e constrangimentos identificados para a expansão 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos Focais
<p>Temas transversais: Género, direitos humanos e equidade</p>	<p>Em que medida os meninos/meninas mais vulneráveis e/ou de áreas mais desfavorecidas dos municípios cobertos foram beneficiados pelo programa no país?</p>	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de equidade na seleção de beneficiários Critérios de seleção dos beneficiários e áreas do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	<p>Em que medida o programa oferece as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para meninas e meninos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de integração de estratégias de equidade na conceção e/ou implementação do programa Nível de participação de beneficiários do género masculino vs do género feminino 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	<p>Em que medida o programa abordou as barreiras específicas de género que impedem que meninas e meninos tenham acesso às atividades e serviços à sua disposição?</p>	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de identificação adequada das principais barreiras de género no mapeamento de necessidades inicial Evidência de integração de estratégias de género na conceção e/ou implementação do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas Grupos Focais
	<p>De forma geral, em que medida considerações específicas de género, direitos humanos e equidade foram tomadas em consideração na conceção, planeamento, implementação e monitoramento do programa. (Por exemplo, em relação à participação das mães e dos pais, das professoras e professores etc.).</p>	<ul style="list-style-type: none"> Evidência da utilização dos quadros normativos internacionais (nacionais e regionais) de direitos humanos e igualdade de género. Evidência de integração de estratégias e intervenções de género, direitos humanos e equidade na conceção e/ou implementação do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas semi-estruturadas

7.4. LISTA DE PARTES INTERESSADAS CONSULTADAS

7.4.1. Entrevistas

Participantes - Entrevistas semi-estruturadas		
	Entidade	Posição
1.	UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> Responsável da Educação Responsável Monitoria e Avaliação Responsável Proteção Social
2.	UNICEF	Representante Adjunta
3.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenadora PEP
4.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenador Distrital PEP - Lembá
5.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenador Distrital PEP - Caué
6.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenador Distrital PEP - Cantagalo
7.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenadores PEP – RAP (1)
8.	Ministério do Trabalho, Solidariedade Social e Família (DPSSF)	Coordenadores PEP – RAP (2)
9.	Ministério da Educação e Ensino Superior, Direção da Pré-escolar	<ul style="list-style-type: none"> Diretora Pré-Escolar Ex-Diretora Pré-Escolar
10.	Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos	Direção de gabinete assuntos jurídicos
11.	Secretariado de Estado da Comunicação Social	Secretário de Estado
12.	Banco Mundial	Representante Banco Mundial STP
13.	MOVE	Voluntárias do PEP
14.	FONG	<ul style="list-style-type: none"> Presidente Secretário Geral Permanente Secretária da Mesa da Assembleia
15.	ARCAR	Presidente
16.	Igreja Católica	Líder religioso
17.	Caritas de S. Tomé	Líder religioso
18.	PEP	Ativista Santana
19.	PEP	Casal Chave ¹⁰⁷ Monte Belo
20.	PEP	Ativista Yô Grande
21.	PEP	Ativista Porto Alegre
22.	PEP	Ativista Angolares (1)
23.	PEP	Ativista Angolares (2)
24.	PEP	Ativista Neves
25.	PEP	Ativista Santa Catarina
26.	PEP	Ativistas RAP (1)
27.	PEP	Ativistas RAP (2)
28.	PEP	Ativistas RAP (3)
29.	PEP	Ativistas RAP (4)
30.	PEP	Consultora PEP I e II

¹⁰⁷ Casal de ativistas

7.4.2. Grupos Focais

Participantes - Grupos Focais com Famílias					
1. Grupo Focal Famílias Cantagalo e Caué					
	Distrito	Comunidade	Género	Idade	Crianças (filhos/netos)
1.	Caué	Angolares	F	38	8
2.	Caué	Angolares	M	36	4
3.	Caué	Angolares	F	40	6
4.	Caué	Malanza	F	35	5
5.	Caué	Porto Alegre	F	48	10
6.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	32	5
7.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	34	3
8.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	31	3
9.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	40	8
10.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	34	4
11.	Cantagalo	Santana	F	26	3
12.	Cantagalo	Santana	F	31	6
13.	Cantagalo	Monte Belo	F	50	9
14.	Cantagalo	Monte Belo	F	30	4
2. Grupo Focal Cantagalo e Caué					
	Distrito	Comunidade	Género	Idade	Crianças (filhos/netos)
1.	Lembá	Brigoma	F	47	8
2.	Lembá	Santa Catarina	F	43	7
3.	Lembá	Rosema	F	68	3
4.	Lembá	Diogo Vaz	F	39	4
5.	Lembá	Diogo Vaz	F	31	4
6.	Lembá	Diogo Vaz	F	31	4
7.	Lembá	Agua Tomás	F	61	6
8.	Lembá	Diogo Vaz	F	25	3
9.	Lembá	Santa Catarina	F	23	2
10.	Lembá	Agua Tomás	F	45	4

Participantes - Grupos Focais com Crianças				
3. Grupo Focal Meninas Cantagalo e Caué				
	Distrito	Comunidade	Género	Idade
1.	Caué	Angolares	F	15
2.	Caué	Angolares	F	11
3.	Cantagalo	Ribeira Afonso	F	13
4.	Cantagalo	Monte Belo	F	8
5.	Cantagalo	Monte Belo	F	13
6.	Cantagalo	Santana	F	15

4. Grupo Focal Meninos Cantagalo e Caué				
1.	Caué	Angolares	M	13
2.	Cantagalo	Santana	M	11
3.	Cantagalo	Monte Belo	M	7
4.	Cantagalo	Santana	M	10
5.	Cantagalo	Santana	M	7
6.	Cantagalo	Monte Belo	M	11
5. Grupo Focal Meninos e Meninas Lembá				
1.	Lembá	Diogo Vaz	M	12
2.	Lembá	Diogo Vaz	F	12
3.	Lembá	Diogo Vaz	M	13
4.	Lembá	Diogo Vaz	F	14
5.	Lembá	Brigoma	F	8
6.	Lembá	Santa Catarina	F	7
7.	Lembá	Agua Tomás	F	10
8.	Lembá	Santa Catarina	M	8
9.	Lembá	Rosema	F	12
10.	Lembá	Rosema	M	10
11.	Lembá	Diogo Vaz	F	6

Participantes - Grupo Focal com a Comunicação Social		
	Organização	Tipo
1.	TV São Tomense	Nacional – Setor Público
2.	Radio Nacional	Nacional – Setor Público
3.	Radio Lembá	Nacional – Setor Privado
4.	Radio Cantagalo	Nacional – Setor Privado

7.4.3. Inquéritos

Participantes - Inquérito		
Distrito	Mulheres	Homens
Caué	25	3
Cantagalo	17	-
Caué	7	-
RAP	28	-
Total	77	3

Participantes – Inquérito por faixa etária						
Inquéritos	Totais		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Até aos 30	10	12,50%	0	0,00%	10	12,50%
31-45	44	55,00%	2	2,50%	42	52,50%

46 em Diante	26	32,50%	1	1,25%	25	31,25%
Total de Inquiridos	80	100,0%	3	3,8%	77	96,3%

7.4.4. Total de beneficiários envolvidos na avaliação, por faixa etária

Grupos Focais	Totais		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Até aos 30	4	16,67%	0	0,00%	4	16,67%
31-45	15	62,50%	1	4,17%	14	58,33%
46 em Diante	5	20,83%	0	0,00%	5	20,83%
Total de Inquiridos	24	100,0%	1	4,2%	23	95,8%

Inquiridos	Totais		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Até aos 30	10	12,50%	0	0,00%	10	12,50%
31-45	44	55,00%	2	2,50%	42	52,50%
46 em Diante	26	32,50%	1	1,25%	25	31,25%
Total de Inquiridos	80	100,0%	3	3,8%	77	96,3%

Totais (GF+Inq)	Totais		Homens		Mulheres	
	Nr.	em %	Nr.	em %	Nr.	em %
Até aos 30	14	13,46%	0	0,00%	14	13,46%
31-45	59	56,73%	3	2,88%	56	53,85%
46 em Diante	31	29,81%	1	0,96%	30	28,85%
Total de Inquiridos	104	100,0%	4	3,8%	100	96,2%

7.5. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

7.5.1. Guião de Entrevista

Duração da entrevista: 60 a 90 min.

Tipo de entrevista

Entrevista sem-estruturada suportada por um guião que determina os eixos temáticos do diálogo, sendo flexível no desenvolvimento das questões específicas a colocar.

A reação do entrevistado deve ser induzida a partir de uma frase interrogativa genérica, mas muito clara. Para a prossecução dos propósitos das questões colocadas devem ser solicitados, sempre que necessário, novos dados complementares, opiniões e juízos, recorrendo principalmente a técnicas da interrogação, reformulação.

Procedimentos

Os objetivos da avaliação devem ser apresentados no início da reunião.

Os participantes devem decidir se querem participar na avaliação e podem a qualquer momento desistir da participação.

Os dados recolhidos devem ser registados nesta ficha de protocolo da entrevista. Esta ficha fará parte da biblioteca do programa. Na ficha devem ser colocados todos os comentários considerados pertinentes para uma melhor interpretação das intervenções dos participantes, nomeadamente os sinais de natureza comportamental. Chama-se a atenção para os cuidados a tomar de modo a evitar interpretações subjetivas e abusivas das palavras do entrevistado.

Todas as frases que pela sua potencial singularidade ou por revelar uma abordagem muito pessoal do participante devem ser, sempre que possível, reproduzidas nos termos por si utilizados.

Entrevistado:		Local:	
Função:		Data:	
Entidade:			

BLOCO A - Apresentação da discussão

Apresentação do objetivo do grupo focal:

- Referir os objetivos da avaliação do PEP
- Referir que a discussão levará cerca de 60 minutos
- Perguntar se há a necessidade de mais esclarecimentos

BLOCO B - Perguntas

1. Qual foi o processo de desenvolvimento do PEP?
 - 1.1. Como foram identificadas e visadas as famílias e crianças mais desfavorecidas? E os distritos do programa?
 - 1.2. O que levou as famílias a participar no programa?
 - 1.3. Como foram elaborados os conteúdos e a metodologia?
 - 1.4. Foi realizada uma avaliação preliminar das necessidades dos beneficiários? De que forma esse estudo se refletiu nas atividades desenvolvidas?
 - 1.5. As atividades previstas foram adequadas para os objetivos do programa?
 - 1.6. Como foram iniciadas as parcerias?
 - 1.7. O programa foi desenvolvido no calendário previsto?
 - 1.8. Foram identificadas barreiras de género no mapeamento de necessidades inicial?
2. O programa foi bem-sucedido?
 - 2.1. Que resultados teve? E que resultados não inesperados?
 - 2.2. Quais foram os melhores aspetos?
 - 2.3. Quais foram as falhas do programa?
 - 2.4. Qual a eficácia das intervenções para melhorar as competências dos pais das crianças mais desfavorecidas? Em que áreas?

3. Relativamente às formações:
 - 3.1. O conteúdo das formações foi adequado?
 - 3.2. A metodologia foi boa?
 - 3.3. A frequência das reuniões?
 - 3.4. As sessões de formações tiveram impacto direto no quotidiano das famílias? Em que áreas?
4. Como foram elaborados os materiais das formações?
5. Quais foram os mecanismos de monitoria das intervenções?
6. Que vantagens e constrangimentos foram identificados ao nível da gestão do programa?
7. Como tem funcionado a abordagem intersectorial?
 - 7.1. Que valor acrescentou?
8. Como tem funcionado a parceria Estado-sociedade civil?
9. Na sua opinião, as intervenções contribuíram para a igualdade de género e maior respeito pelos direitos da criança?
10. Os documentos de comunicação são alinhados com o conteúdo das formações?
11. Com que consistência as estratégias de PEP são implementadas?
12. Outras crianças/famílias (não PEP) são beneficiadas pelo programa? De que forma?
13. De que forma se poderia alcançar os mesmos resultados do programa por outras alternativas menos dispendiosas?
14. Que apoio adicional é necessário para que as intervenções de PEP funcionem bem?
15. Como pode ser sustentado o impacto a longo prazo das intervenções?
16. Que estratégia é necessária para expandir o programa a nível nacional?

7.5.2. Guião de Grupo Focal

Duração: 90 min.

Objetivo global

Promover uma discussão a partir da partilha de pontos de vista e de ideias dos participantes para permitir examinar as diferentes perspetivas em jogo e a forma como foram construídas, bem como a sua estabilidade/irredutibilidade.

Papel do facilitador (avaliador)

Quem dinamiza a discussão deve promover a interação e confrontação de diferentes pontos de vista para fazer emergir as perceções e os pontos de vista dos participantes sobre os tópicos que abaixo se referem. O papel de facilitador durante as discussões no grupo focal deve ter por propósito desencadear a discussão e alargar a variedade de respostas. Os participantes devem ser encorajados a abordar os assuntos sob novos e inesperados pontos de vista.

Deve-se tomar em consideração que a promoção do confronto de pontos de vista e de opiniões nunca devem colocar as participantes em causa, quer do ponto de vista institucional ou pessoal.

Participantes

O grupo deve ser compreendido entre 6 a 10 participantes. Os participantes devem decidir se querem participar na avaliação e podem a qualquer momento desistir da participação.

Procedimentos

Os objetivos da avaliação devem ser apresentados no início da reunião.

Na ficha está estruturada por tópicos de debate. Nela devem ser colocados todos os comentários considerados pertinentes para uma melhor interpretação das intervenções dos participantes, nomeadamente os sinais de natureza comportamental. Chama-se a atenção para os cuidados a tomar de modo a evitar interpretações subjetivas e abusivas das palavras do participante.

Todas as frases que pela sua potencial singularidade ou por revelar uma abordagem muito pessoal do participante devem ser, sempre que possível, reproduzidas nos termos por si utilizados.

Local:	Data:				
Participante:	Comunidade/ Organização:	Idade (no caso das crianças):	Género (F/M):	Participou no piloto (S/N) (no caso das famílias):	Participou no alargamento (S/N) (no caso das famílias):

BLOCO A - Apresentação da discussão

Apresentação do objetivo do grupo focal:

- Referir os objetivos da avaliação do PEP
- Apresentar o que é esperado de cada participante: opiniões e pontos de vista. Não há a necessidade de atingir consensos!
- Referir que a discussão levará cerca de 90 minutos
- Perguntar se há a necessidade de mais esclarecimentos

BLOCO B - Tópicos

Pais

1. O que sabe sobre o PEP? Quando foi a primeira vez que ouviu falar do programa e como?
2. O que levou a participar neste programa?
3. Como tem aproveitado as formações? O seu conteúdo foi relevante para a sua vida familiar? De que forma?
4. Quais foram os aspetos/temas mais relevantes?
5. Como foi a frequência das formações?
6. O local das formações e a hora em que era realizada eram apropriados?
7. Como correu a relação com os membros da equipa do PEP?
8. Que impacto teve o PEP na sua família?
9. Que impacto é que as sessões de formações tiveram no quotidiano da sua família? Quais os aspetos que mudaram na vida familiar apos a formação, nomeadamente com os seus filhos? Pode dar exemplos?
10. Que outros impactos teve o PEP, para além da vida familiar (na comunidade, por exemplo, e nas outras famílias não participantes no PEP)?

11. O que se pode melhorar no programa para o futuro? Que recomendações faria para o PEP no futuro?
12. Gostaria de continuar com as formações? O que gostaria de aprender no futuro?

Crianças

1. Que idade tens?
2. Vais à escola? Se não, porquê? Se sim, desde quando?
3. O que sabes sobre o programa PEP?
4. Achas que teve um impacto positivo na tua família?
5. Como passas o tempo? Gostas de passar tempo em casa? Fazes alguma tarefa doméstica? De que tipo?
6. Nos últimos tempos, mudou alguma coisa nas conversas com os teus pais/pai/mãe? O que mudou?
7. Que acontece contigo quando existe um conflito na tua família? Houve alguma mudança?
8. O que acontece quando ficas doente?
9. Que tipo de jogos há na tua casa? Com quem jogas?
10. Assistes a programa de televisão? Quando?
11. Há algum assunto adicional sobre o qual queiras falar?

Meios de comunicação

1. Como vê o PEP? Quais são os aspetos mais importantes?
2. Com quem tem interagido? Como tem funcionado a colaboração?
3. Recebeu alguma formação? Se sim, qual?
4. Como foi o conteúdo da formação?
5. Qual a utilidade desta formação no seu trabalho? Que diferença fez?
6. Os documentos de comunicação estão alinhados com o conteúdo das formações?
7. Como pode ser sustentado o impacto das intervenções a longo prazo?
8. Tem alguma recomendação sobre como melhorar este programa no futuro?

7.5.3. Inquérito aos Beneficiários

Duração: 15 min.

Tipo de entrevista

Inquérito suportado por questionário.

Procedimentos

Os objetivos da avaliação devem ser apresentados no início da reunião.

Os participantes devem decidir se querem participar na avaliação e podem a qualquer momento desistir da participação.

Os dados recolhidos devem ser registados nesta ficha de protocolo da entrevista. Esta ficha fará parte da biblioteca do programa.

Local:	Data:	Participante:		
Comunidade/ Organização:	Idade:	Género (F/M):	Número de filhos:	Participou no piloto (S/N) (no caso das famílias):

BLOCO A - Apresentação

Apresentação do objetivo do inquérito:

- Referir os objetivos da avaliação do PEP
- Apresentar o que é esperado de cada participante: a sua opinião. Não há respostas certas ou erradas.
- Referir que a o inquérito levará 15 minutos
- Perguntar se há a necessidade de mais esclarecimentos

BLOCO B – Responda sim, não ou talvez

Pergunta	Sim	Não	Talvez
----------	-----	-----	--------

1. Lembra-se do Programa de Educação Parental (PEP?)			
2. Participou frequentemente nas formações do PEP?			
3. O local das formações e a hora em que era realizada eram apropriados?			
4. As suas crianças estão registadas?			
5. As suas crianças em idade escolar vão à escola?			
6. As suas crianças em idade escolar iam à escola antes de participar no PEP?			
7. Costuma interagir com os técnicos de Proteção Social ou os ativistas locais do PEP?			

BLOCO B – Concorda ou discorda das seguintes afirmações.

1. Participou neste programa porque queria aumentar o seu conhecimento sobre a educação das suas crianças?			
Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião
2. Os temas abordados na formação foram relevantes para a sua vida familiar e educação das suas crianças?			
Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião
Pode dar exemplos:			
3. As sessões de formações tiveram um impacto positivo no quotidiano da sua família?			
Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião
Pode dar exemplos:			

4. O PEP teve um impacto positivo na sua vida familiar (na comunidade, por exemplo, e nas outras famílias não participantes do PEP)?

Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião

Pode dar exemplos:

5. A relação com os membros da equipa do PEP foi boa?

Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião

Pode dar exemplos:

6. Seria útil continuar com as formações do PEP?

Concordo plenamente	Concordo	Discordo	Sem opinião

7.6. DADOS BIOGRÁFICOS DOS AVALIADORES

Peter Matz

Peter MATZ, alemão, nascido a 6 de abril de 1967. É formado em Educação e Relações Internacionais. Trabalhou como Especialista de Programas de educação e trabalho infantil para o UNICEF, OIT e GIZ em Alemanha, Suíça e Angola, de 2000 a 2009. Consultor independente desde 2010, com missões na África, Ásia e Médio Oriente.

Aires Bruzaca

Aires Bruzaca de MENEZES, nascido a 9 de março de 1956, é Doutor em Estudos de Desenvolvimento pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) em Portugal e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão em Portugal. Foi Reitor da Universidade de São Tomé e Príncipe e professor na Universidade de São Tomé e Príncipe e na Lusíada de São Tomé e Príncipe.

Uffé Vieira

Uffé VIEIRA, Bissau-guineense, nascido a 10 de julho de 1989. É formado em Administração e Economia Social desde 2013, em Gestão Baseada em Resultados desde 2015, professor do Centro de Formação Juvenil do Liceu e do Ensino Médio desde 2010. Gestor de Projeto e consultor em Planificação, Gestão, Monitoramento e Avaliação de projetos desde 2014, onde desenvolveu muitos trabalhos na Guiné-Bissau e no exterior com organizações da sociedade civil, instituições privadas e estatais.

Patricia Carvalho

Patrícia CARVALHO, nascida a 28 de Setembro de 1987, é Mestre em Ciências Políticas, possui vasta experiência profissional na área de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, em várias atividades de apoio ao setor institucional, ao setor privado e à sociedade civil. A sua experiência inclui trabalho desenvolvido com organizações como as Nações Unidas, a União Europeia, o Banco Mundial e outras cooperações bilaterais. Atualmente, é responsável pela gestão de projetos de desenvolvimento económico nos PALOP na Mundi Consulting.

7.7. REFERÊNCIAS

- ACEP: “Direitos das crianças em São Tomé e Príncipe”, 2015.
- António Neto-Mendes e Gabriela Portugal: “Educação, culturas e cidadania das crianças: Livro de Atas do IV Seminário Luso-Brasileiro de Educação de Infância & I Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação”, 2019.
- BMC Public Health: “Evaluation of the effectiveness of care groups in expanding population coverage of Key child survival interventions and reducing under-5 mortality: a comparative analysis using the lives saved tool (LiST)”, 2015.
- BMJ Glob Health: “Cost and cost-effectiveness of a parenting programme to prevent violence against adolescents in South Africa”, 2019
- Centre for Evidence-Based Intervention, Department of Social Policy and Intervention, University of Oxford: “Parenting Interventions: How well do they transport from one country to another?”, 2017.
- Departamento de Proteção Social da OIT: “Extensão da Proteção Social em São Tomé e Príncipe”.
- Direção de Proteção Social e Solidariedade: “Política e Estratégia Nacional de Proteção Social”, 2014.
- ILAC: “Contribution analysis: An approach to exploring cause and effects”, 2008.
- Ministério da Educação e Ensino Superior: “Carta de Política Educativa 2019-2023”, 2019.
- Ministério da Educação e Ensino Superior: “Carta de Política Educativa (visão 2022)”, 2012.
- Ministério da Saúde: “Plano Nacional do Desenvolvimento da Saúde 2017 – 2021”, 2017.
- Ministério do Plano e Desenvolvimento: “Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2012-2016)”, 2012.
- MOVE: “Relatório Final, Projeto AGR”, 2018.
- National Institute of Statistics: “Sao Tome and Principe Multiple Indicator Cluster Survey 2014, Final Report”, 2016.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (CAD): “Documentos de Referência e Linhas de Orientação do CAD. Normas de Qualidade para a Avaliação do Desenvolvimento”, 2010.
- UNICEF Office of Research – Innocenti: “Ethical Research Involving Children.”, 2013.
- UNICEF: “Análise da situação das crianças e das mulheres em São Tomé e Príncipe em 2015 (SITAN)”, 2015.
- UNICEF: “Atividades preparação - ED Parental”.
- UNICEF: “Avaliação do nível de conhecimento das famílias beneficiadas do programa educação parental em relação às temáticas ministradas durante as sessões de formação”, 2017.
- UNICEF: “Country programme document”, 2016
- UNICEF: “Country programme document”, 2016.

-
- UNICEF: “Diagnóstico organizacional e funcional da Direção da Proteção Social e da Solidariedade do Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais da República Democrática de São Tomé e Príncipe”, 2016
 - UNICEF: “Ending Violence against Children”, 2014.
 - UNICEF: “Nota Estratégica - Programa do país São Tomé e Príncipe (2017-2021)”, 2017
 - UNICEF: “Plano de Ação do Programa de Educação Parental”.
 - UNICEF: “Plano de trabalho - Consultoria PEP- Alargamento do programa de educação parental”.
 - UNICEF: “Pratiques Parentales vis-a-vis des Enfants de Moins de 6 ans à São Tomé et Príncipe» Julho de 2013.
 - UNICEF: “Pré-Teste PEP-STP II”.
 - UNICEF: “Programa dos Primeiros 1.000 Dias Mais Críticos – Proposta Final”, 2014.
 - UNICEF: “Programa nacional de apoio às famílias 2015-2018 - Componente Educação Parental” 2014.
 - UNICEF: “Proposta de Trabalho - Alargamento PEP-STP”.
 - UNICEF: “Relatório de Monitorização I - Programa Piloto de Educação Parental PEP – STP”, 2016.
 - UNICEF: “Relatório Final - Programa Piloto de Educação Parental PEP – STP”, 2017.
 - UNICEF: “Relatório Final- Alargamento do programa de educação parental PEP-STP II 2017-2018” 2018.
 - UNICEF: “Standards for ECD Parenting Programmes”.
 - UNICEF: “Termes de Reference pour le recrutement d’un Bureau d’Etudes/Centre de recherche - Consultation pour l’appui à l’Evaluation Multi-Pays Sommativ des Programmes “Ecole Amis des Enfants” en Guinée Bissau et de l’Education Parentale” en Sao Tome et Principe”, 2019.
 - UNICEF: “UNICEF Annual Report”, 2016.
 - UNICEF: “UNICEF Annual Report”, 2017.
 - UNICEF: “UNICEF Annual Report”, 2018.
 - UNICEF: “Caracterização das famílias do PEP”.
 - United Nations Evaluation Group: “Ethical Guidelines for Evaluation”, 2016.
 - United Nations Evaluation Group: “Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations”, 2014.
 - United Nations Evaluation Group: “Norms and Standards for Evaluation”, 2016.